LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SRE DIAMANTINA

Regimento Escolar

Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão
Município Aricanduva

Vigência a partir de 2023

DADOS DA ESCOLA

IDENTIFICAÇÃO

NOME DA ESCOLA

A Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão

CÓDIGO DO INEP: 31024295

TIPOLOGIA: RO45B3

LOCALIZAÇÃO/ENDEREÇO

O prédio da Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão, está localizado na praça da matriz, nº144, CEP:39678000, Aricanduva MG, com horário de funcionamento de 7h às 21h30min.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CIRCUNSCRIÇÃO

SRE DIAMANTINA

CONTATOS

E-MAIL: escola.24295@educacao.mg.gov.br

TELEFONE: (33)35159003

Site/Página Face book: eeteodomirocaldeiraleao.blogspot.com

Sumário

IDENTIFICAÇÃO....8
HISTÓRICO....8
ATOS AUTORIZATIVOS DA ESCOLA....9
TÍTULO I....10
DA EDUCAÇÃO....10
TÍTULO II....10
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL....10
TÍTULO III....11
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO....11
CAPÍTULO I....11
DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE....11
CAPÍTULO II....11
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA....11
SEÇÃO I....11
DO ENSINO FUNDAMENTAL....11
SEÇÃO II....12
DO ENSINO MÉDIO....12
CAPÍTULO III....13
DAS MODALIDADES DE ENSINO....13
SEÇÃO I....13
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS....13
SEÇÃO II....13
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL....13
SEÇÃO III....14
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA....14
TÍTULO IV....15
DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA ESCOLA....15
CAPÍTULO I....15
DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA....15
CAPÍTULO II....15
DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ESCOLA....15
TÍTULO V....16
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DA ESCOLA....16
CAPÍTULO I....16
DA DIRETORIA....16
SEÇÃO I....16
DA CONSTITUIÇÃO....16
SEÇÃO II....17
DA COMPETÊNCIA....17
SEÇÃO III....27
DO FUNCIONAMENTO....27
CAPÍTULO II....27

DA SECRETARIA....27
SEÇÃO I....27
DO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA....27
SEÇÃO II....28
DO SECRETÁRIO ESCOLAR....28
SEÇÃO III....31
ASSISTENTES TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA....31
CAPÍTULO III....33
DOS SERVIÇOS GERAIS....33
CAPÍTULO IV....34
DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS....34
SEÇÃO I....34
DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA....34
CAPÍTULO V....37
DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA....37
SEÇÃO I....37
DO PROFESSOR REGENTE DE AULAS....37
SEÇÃO II....39
DO PROFESSOR PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE DOCENTE....39
SEÇÃO III....39
DO PROFESSOR PARA ENSINO DO USO DA BIBLIOTECA....39
CAPÍTULO VI....41
DOS RECURSOS E SERVIÇOS PEDAGÓGICOS....41
SEÇÃO I....42
DA BIBLIOTECA....42
SEÇÃO II....43
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO....43
SEÇÃO III....45
DO MATERIAL DIDÁTICO....45
SEÇÃO IV....46
DO REPRESENTANTE DE TURMA....46
SEÇÃO V....48
DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO....48
SEÇÃO VI....50
DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS....50
SEÇÃO VII....50
DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA....50
SEÇÃO VIII....51
DA MONITORIA....51
SEÇÃO IX....52
DAS PARCERIAS....52
CAPÍTULO VII....54
DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO....54
SEÇÃO I....55

DO PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA....55
CAPÍTULO VII....56

DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES....56
SEÇÃO I....56
DA CAIXA ESCOLAR....56
SEÇÃO II....59
DO GRÊMIO ESTUDANTIL....59
SEÇÃO III....60
DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS....60
CAPÍTULO VIII....60
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS....60
SEÇÃO I....60
DO COLEGIADO ESCOLAR....60
SEÇÃO II....60
DO CONSELHO DE CLASSE....60
TÍTULO VI....62
DA ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA....62
CAPÍTULO I....62
DA CONTRIBUIÇÃO ESCOLAR....62
TÍTULO VII....62
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA....62
CAPÍTULO I....62
DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO....62
SEÇÃO I....63
DO ENSINO FUNDAMENTAL....63
SEÇÃO II....65
DO ENSINO MÉDIO....65
CAPÍTULO II....67
DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA....67
SEÇÃO I....67
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS....67
SEÇÃO II....67
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL....67
SEÇÃO II - A....71
DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE....71
SEÇÃO V....77
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO....77
CAPÍTULO VI....82
DA ESTRATÉGIA DE CORREÇÃO DE FLUXO....82
TÍTULO VIII....83
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA....83
CAPÍTULO I....83
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....83
CAPÍTULO II....85
DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA....85
CAPÍTULO III....90
DO ENSINO FUNDAMENTAL....90
SEÇÃO I....95

DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL....95
CAPÍTULO IV....96
DO ENSINO MÉDIO....96
SEÇÃO I....100
DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO....100
SEÇÃO II....102
DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS....102
SEÇÃO III....104
ATIVIDADES EXTRAESCOLARES....104
CAPÍTULO VII....105
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO....105
TÍTULO IX....106
DO REGIMENTO ESCOLAR....106
CAPÍTULO I....106
DO CALENDÁRIO ESCOLAR E DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR....106
CAPÍTULO II....107
DA MATRÍCULA....107
SEÇÃO I....107
DOS PRAZOS E CONDIÇÕES....107
SEÇÃO I....116
DA RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA....116
CAPÍTULO III....117
DA TRANSFERÊNCIA....117
SEÇÃO I....119
DA ADAPTAÇÃO DO AJUSTAMENTO PEDAGÓGICO....119
CAPÍTULO IV....120
DOS ESTUDOS REALIZADOS NO EXTERIOR....120
CAPÍTULO V....121
DA FREQUÊNCIA....121
SEÇÃO I....121
DA OBRIGATORIEDADE....121
SEÇÃO II....121
DA APURAÇÃO DA FREQUÊNCIA....121
TÍTULO X....123
DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO ESPECIAL....123
TÍTULO XI....124
DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR....124
CAPÍTULO I....124
DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR....124
SEÇÃO I....128
PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL....128
CAPÍTULO II....129
DA PROMOÇÃO....129
CAPÍTULO III....129
DOS ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO....129

CAPÍTULO IV....131
DA PROGRESSÃO CONTINUADA....131
CAPÍTULO V....131
DA PROGRESSÃO PARCIAL....131
CAPÍTULO VI....133
DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS....133
SEÇÃO I....133
DA CLASSIFICAÇÃO....133
SEÇÃO II....134
DA RECLASSIFICAÇÃO....134
CAPÍTULO V....136
DA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS E DO AVANÇO ESCOLAR....136
CAPÍTULO VI....136
DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES....136
CAPÍTULO VII....137
DA EMISSÃO DE COMPROVANTE DE CONCLUSÃO DO 5º ANO DE ESCOLARIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL....137
CAPÍTULO VIII....138
DOS CERTIFICADOS....138
SEÇÃO I....138
DA CERTIFICAÇÃO ESPECIAL....138
TÍTULO XII....139
DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR....139
CAPÍTULO I....139
DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO....139
SEÇÃO I....139
DA CONSTITUIÇÃO....139
SEÇÃO II....139
DAS FORMAS DE ADMISSÃO....139
SEÇÃO III....140
DOS DIREITOS....140
SEÇÃO IV....140
DOS DEVERES....140
SEÇÃO V....144
DAS PROIBIÇÕES....144
SEÇÃO VI....147
DAS INFRAÇÕES SOFRIDAS PELOS SERVIDORES....147
SEÇÃO IV....149
DAS MEDIDAS DISCIPLINARES....149
CAPÍTULO II....149
DO PESSOAL DISCENTE....149
SEÇÃO I....149
DOS DIREITOS....149
SEÇÃO II....150
DOS DEVERES....150
SEÇÃO III....151
DAS RESTRIÇÕES AOS DISCENTES....151

SEÇÃO IV....152
DAS MEDIDAS DISCIPLINARES DO CORPO DISCENTE....152
CAPÍTULO III....156
DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO DE INDISCIPLINA PRATICADO POR DISCENTE....156
CAPÍTULO V....157
DOS ÓRGÃOS DISCIPLINARES....157
CAPÍTULO XX....159
DA COMUNICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA OU ADOLESCENTES. 159
CAPÍTULO IV....159
DOS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS POR CRIANÇA E ADOLESCENTES....159
TÍTULO XIII....161
DO DESEMPENHO NA ESCOLA....161
TÍTULO XIII....162
DOS REGISTROS, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVOS ESCOLARES....162
CAPÍTULO I....162
DA RESPONSABILIDADE E AUTENTICIDADE....162
CAPÍTULO II....163
DAS FORMAS E REGISTROS....163
CAPÍTULO III....163
DOS INSTRUMENTOS DE REGISTRO E ESCRITURAÇÃO ESCOLAR....163
CAPÍTULO IV....164
DOS REGISTROS E DOCUMENTOS ESCOLARES DO ESTUDANTE....164
CAPÍTULO V....167
DO DIÁRIO ESCOLAR DIGITAL - DED....167
CAPÍTULO VI....168
INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS....168
TÍTULO XIV....168
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS....168
VALIDAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR....171

HISTÓRICO

HISTÓRIA DE NOSSA ESCOLA

A Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão foi fundada em 10 de setembro de 1910, com o nome de Escola Mista de Lorena, cujo nome permaneceu até 1945. A primeira professora foi Mestra Amélia de Andrade Câmara –(1910 -1945).

Em 1944, Lorena, o antigo nome da nossa cidade mudou para Aricanduva, mudando também o nome da escola, que passou a se chamar Escola Pública Mista de Aricanduva.

Em 1960, recebeu o nome de Escolas Reunidas Teodomiro Caldeira Leão. Atualmente é Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão.

O primeiro prédio escolar constituído de dois salões foi construído pelo senhor Teodomiro Caldeira Leão, com recursos próprios, o que lhe rendeu o título de patrono desta escola, quando, então, a escola passou a chamar-se Escolas Reunidas Teodomiro Caldeira Leão.

Logo, em seguida, a escola foi estadualizada e teve como diretores: D. Pedrelina de Araújo Ferreira, a primeira diretora, D. Diva Ramires Oliveira, D. Maria Aparecida Andrade, D. Maria do Amparo Cordeiro Santana e D. Maria Abigail Santos Andrade. Foi uma época de muita luta, falta de recursos, mas de muito amor pela educação.

Com a demanda cada vez maior de alunos, o prédio como apenas duas salas de aula, já não era suficiente. A escola passou a funcionar também em várias salas alugadas em diferentes pontos da cidade e até mesmo na Igreja Matriz. Por isso, em 1978, durante o mandato do então prefeito, Tarcísio Geraldo de Andrade, filho de Aricanduva, teve início a construção do novo prédio escolar, com dois pavilhões, inaugurado em 1980. Em 1981, realizava-se o sonho da extensão de série, com duas turmas de quinta série em funcionamento e em 1984 acontecia a formatura da primeira turma de oitava série. Época de realização de antigos sonhos, de uma dedicação determinada pela educação. Na década de 80 foram diretores Maria Alexandrina Cordeiro, Maria Abigail Santos Andrade, Salvador Andrade e Maria Arlete do Santos Azevedo.

Com a emancipação, a cidade foi crescendo. O município passou a representar a promessa de futuro para muitas famílias que aqui chegavam. E mais uma vez o prédio de dois pavilhões tornou-se pequeno para atender a tantos alunos que queriam estudar. Os alunos formavam na oitava série e tinham que terminar seus estudos em Capelinha ou em outro município. Por isso, no ano 2000 foi criado o Ensino Médio e o prédio escolar foi ampliado com a construção de mais um pavilhão, com salas de aula, biblioteca, laboratório de informática e quadra poliesportiva.

Nos últimos anos, sob a direção de D. Maria da Glória Santos Caldeira e o atual diretor Célio Maurício da Costa, a escola ostenta o título de Escola Referência, para coordenar o atendimento aos alunos com necessidades especiais, defendendo o sagrado direito de todos à educação, e o nome respeitado desta escola em toda a região. A acessibilidade com qualidade é um sonho que vai se conquistando aos

poucos, com o empenho de todos os que acreditam na Pedagogia do Afeto para vencer as barreiras e construir educação.

"É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que num dado momento, a tua fala seja a tua prática".

Paulo Freire

ATOS AUTORIZATIVOS DA ESCOLA

A Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão, instalada em 10/09/1910.

- 5ª a 8º série: Resolução nº 3867/81 de 21/02/1981.
- Ensino Médio: Decreto nº41803/2001 e portaria 839/01 de 26/10/2001.

TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 1º- A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo único - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º - A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. igualdade de condições para acesso e permanência na escola;

II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII. valorização do profissional da educação escolar;

VIII. gestão democrática do ensino público, na forma da legislação dos sistemas de ensino;

IX. garantia de padrão de qualidade;

X. valorização da experiência extraescolar;

XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII. consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII. garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

XIV. respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva.

TÍTULO III
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO
CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Art. 4º- A educação escolar compõe-se de:

I. educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II. educação superior.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1 **Art. 5º-** A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único: São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades da educação Básica.

SEÇÃO I
DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 6º- O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 7º- O ensino fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com a formação integral dos estudantes, ofertando uma educação com equidade e qualidade.

Parágrafo único. O ensino fundamental deve promover um trabalho educativo inclusivo e equitativo que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais; atenda às diferenças e necessidades específicas de cada um.

Art. 8º - O Ensino Fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano.

SEÇÃO II
DO ENSINO MÉDIO

Art. 9º - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

V. O desenvolvimento do protagonismo juvenil como forma de exercício da autonomia e fortalecimento dos processos de escolhas dos estudantes.(Res. SEE 4692)

CAPÍTULO III
DAS MODALIDADES DE ENSINO

Art. 10 - São modalidades da educação básica:

I. Educação de Jovens e Adultos;

II. Educação Especial;

III. Educação Profissional e Tecnológica;

IV. Educação do Campo;

V. Educação Escolar Indígena;

VI. Educação Escolar Quilombola.

Parágrafo único -As etapas da educação básica poderão ofertar uma ou mais modalidades.

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 11 - A Educação de Jovens e Adultos - EJA - destina-se àqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar ou de concluir os estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para reparação de direitos, para a educação e para a aprendizagem.

Parágrafo único - A Educação de Jovens e Adultos deve comprometer-se em oferecer oportunidades educacionais adequadas às características de seus estudantes, às experiências de vida, aos seus interesses, às condições de vida e de trabalho.

SEÇÃO II
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 12 - A educação especial, modalidade de ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, é destinada aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Art. 13 - A educação especial deverá viabilizar as condições de acesso, percurso, permanência com qualidade e conclusão das etapas de ensino, garantindo o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes e as flexibilizações previstas na legislação vigente

Art. 14 - São princípios e objetivos da educação especial inclusiva:

I. direito de acesso ao conhecimento, desde o início de sua vida escolar, sem nenhuma forma de negligência, segregação, violência e discriminação;

II. direito à educação de qualidade, igualitária, equitativa, inclusiva e centrada no respeito e na valorização à diversidade humana;

III. direito de acesso, permanência e percurso com qualidade de ensino e aprendizagem, bem como a continuidade e conclusão nos níveis mais elevados de ensino;

IV. direito ao atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e recursos de acessibilidade a fim de garantir o acesso ao currículo em condições de igualdade com os demais estudantes.

Art. 15 - O atendimento educacional especializado (AEE) consiste na utilização de métodos, técnicas, recursos e procedimentos didáticos desenvolvidos nas diferentes modalidades, anos de escolaridade e níveis de ensino para complementar ou suplementar a formação dos estudantes público da educação especial e garantir o acesso ao currículo com qualidade.

SEÇÃO III
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Art. 16 - A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Art. 17 - A educação profissional e tecnológica é modalidade educacional, transversal e integrada a outras modalidades e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos.

Parágrafo único. A educação profissional e tecnológica deve estar em consonância com a estrutura sócio ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

Art. 18 - A educação profissional e tecnológica é desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I. qualificação profissional, inclusive a formação inicial e a formação continuada de

trabalhadores;

II. educação profissional técnica de nível médio, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica.

TÍTULO IV

DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA ESCOLA

CAPÍTULO I

DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Art. 19 – A função social desta escola está vinculada a importância que se dará aos conteúdos curriculares, revelando seu compromisso de:

I. formar cidadãos capazes de interferir na realidade para transformá-la, possibilitando-lhes condições para desenvolver competência e consciência profissional;

II. criar condições para que todos os estudantes desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas da cidadania, na construção de uma sociedade mais democrática e não excludente;

III. formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, através de conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais, cuja aprendizagem e assimilação são essenciais para o exercício da cidadania;

IV. fazer da escola um espaço de formação e informação para inserção do estudante no dia a dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior;

V. instrumentalizar os jovens para participar da cultura, das relações sociais e políticas, abrindo-lhes oportunidades para que aprendam e atuem na formação de valores e atitudes em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, ao meio ambiente e à tecnologia.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ESCOLA

Art. 20 - Tendo em vista os fins da Educação Nacional e os objetivos gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, esta escola propõe-se a alcançar os seguintes objetivos específicos:

I. possibilitar ao educando possibilidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais existentes;

II. promover a sondagem de aptidões no sentido de orientar o estudante em sua opção e posterior integração na força do trabalho;

III. promover estudos permanentes, com vistas à adequação dos métodos e processos, às exigências das situações ensino-aprendizagem, aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV. manter intercâmbio comunidade escola ensejando a integração do estudante ao meio físico social;

V. verificar as novas experiências pedagógicas que englobam o Ensino Fundamental e Médio;

VI. assegurar uma educação de qualidade proporcionando aos estudantes condições de terem uma visão real da sociedade;

VII. proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento da capacidade de observar, analisar, refletir e tomar decisões necessárias ao exercício consciente da cidadania e a prática competente da profissão;

VIII. capacitar o estudante para vivenciar e intervir no mundo em constantes e imprevisíveis mudanças socioculturais e tecnológica

IX. promover o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

TÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DA ESCOLA
CAPÍTULO I
DA DIRETORIA
SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 21 - A administração da Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão será constituída por: Diretor, Vice-diretores e Colegiado Escolar.

§1º - A Direção terá seu funcionamento determinado pela legislação vigente, em consonância com as necessidades da escola.

§2º - O Colegiado Escolar é o órgão representativo da comunidade escolar e sua regulamentação está prevista na legislação aplicável em vigor.

Art. 22 - É função específica do Diretor ser o articulador político, pedagógico e administrativo da escola.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 23 - A administração desta escola terá as seguintes competências:

I. coordenar, desenvolver, supervisionar a gestão escolar contemplando as dimensões: administrativa e financeira, de pessoas e pedagógica, na perspectiva da gestão democrática, participativa e transparente voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;

II. praticar condutas probas, que levem em consideração os princípios que regem a administração pública com vistas a uma gestão eficiente e capaz de elevar a qualidade de ensino da escola;

III. representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos estudantes, pais e/ou responsáveis, professores e demais membros da equipe escolar por meio de uma gestão democrática, participativa

e transparente, voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;

IV. representar a escola perante os órgãos de ensino ou repartições públicas;

V. cumprir e fazer cumprir as legislações em vigor, portarias, resoluções, programas, projetos e orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Superintendência Regional de Ensino (SRE).

VI. planejar junto com os Especialistas de Educação Básica e Corpo Docente todo o trabalho escolar;

VII. organizar, coordenar e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos no estabelecimento de ensino;

VIII. zelar pela observância do regime didático-pedagógico e disciplinar;

IX. estabelecer diretrizes e instruções referentes ao regime disciplinar para o pessoal técnico-administrativo, docente e discente;

X. promover o bom relacionamento de todo o pessoal da escola;

XI. favorecer a integração da Escola com a comunidade através de mútua cooperação, na realização das atividades de caráter social, cívico e cultural;

XII. desenvolver gestão escolar contemplando as dimensões: administrativa e financeira, de pessoas e pedagógica, na perspectiva da gestão democrática, participativa e transparente voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;

XIII. participar, integralmente, do curso de formação nas dimensões pedagógica, administrativo-financeira e de pessoas, que se dará imediatamente após a posse e das demais ações formativas oferecidas pela SEE

XIV. cientificar a Superintendência Regional de Ensino, sistemática e tempestivamente, sobre as alterações ocorridas na escola.

Art. 24 - São atribuições e deveres do Diretor da escola:

I. Administrar o patrimônio da Escola que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais:

a) manter atualizado o inventário dos materiais e bens existentes na Escola;

b) zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar, pela sua preservação e recuperação, quando necessário;

c) racionalizar o uso dos bens materiais de consumo e acompanhar, constantemente, o consumo eficiente dos recursos de energia elétrica, água, telefonia e demais insumos utilizados na unidade escolar;

d) tomar providências necessárias à manutenção, conservação e reforma do prédio, dos equipamentos e do mobiliário da Escola;

e) comunicar à Superintendência Regional de Ensino (SRE) a necessidade de intervenção na rede física da escola e realizar, quando autorizado pela SRE, serviços de manutenção da infraestrutura, para garantir boas condições dos espaços escolares;

II. Coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola:

a) gerenciar os recursos financeiros, de acordo com o Plano de Atendimento, destinados às ações do processo educativo, assegurando que todos eles sejam revertidos em benefício do estudante e a regularidade do funcionamento da caixa escolar, responsabilizando-se por todos os atos praticados na gestão da escola;

b) gerenciar os recursos financeiros de acordo com o previsto no plano de aplicação e ou planilha aprovada pela SEE-MG, conjuntamente com o Colegiado Escolar;

c) gerenciar o recebimento de verbas oficiais e orientar a captação de recursos em outras fontes;

d) utilizar os recursos financeiros transferidos por meio de termos de compromisso, assim como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, em tempo hábil e de acordo com o previsto no plano de trabalho;

e) prestar contas das ações realizadas e da presidência da Caixa Escolar, observando as legislações e normas que regulamentam a execução administrativa e financeira da escola;

f) submeter ao Colegiado da Escola a prestação de contas dos recursos financeiros aplicados;

g) assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar, responsabilizando por todos os atos praticados na gestão da escola;

h) manter regular a situação fiscal da Caixa Escolar nas receitas federal, estadual e municipal;

i) fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela Secretaria, em meios físicos e nos sistemas, observando os prazos estabelecidos.

j) acompanhar, constantemente, o consumo eficiente dos recursos de energia elétrica, água, telefonia e demais insumos utilizados na unidade escolar;

k) garantir a boa gestão da alimentação escolar, no que diz respeito à aquisição, à conservação de gêneros alimentícios e à aplicação das orientações da Secretaria;

l) realizar o preenchimento das informações obrigatórias das fichas cadastrais de todos os estudantes da unidade escolar no SIMADE, revisando constantemente o endereço residencial e a necessidade de provimento de transporte escolar para cada estudante, sinalizando o modal utilizado;

III. Coordenar a administração de pessoal:

a) estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação, possibilitando, sempre que possível, a participação dos mesmos nos processos de formação continuada e qualificação, observando as normas;

b) cumprir as determinações para a organização e dimensionamento do quadro de pessoal da escola, observados os dispositivos legais pertinentes;

c) cumprir, de acordo com a legislação vigente, medidas necessárias ao ingresso, à movimentação e ao processamento de benefícios, direitos e vantagens dos servidores da escola;

d) atribuir as tarefas aos servidores, observando as normas legais e assegurando o seu cumprimento;

e) cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar previsto na legislação específica;

f) manter atualizados os registros da vida funcional do servidor em meios físicos e

nos sistemas;

g) definir com os servidores da escola, seus períodos de férias.

h) acompanhar e responsabilizar-se pelo controle da frequência dos servidores;

i) conduzir o processo de avaliação de desempenho da equipe da escola;

j) instruir processo de acúmulo de cargos e ou funções e de abandono de cargos dos servidores da escola e encaminhar à SRE;

k) convocar e/ou contratar servidor para o exercício de função pública, de acordo com a legislação pertinente;

l) dispensar o servidor cuja contratação temporária/convocação não mais se justificar.

m) organizar o Quadro de Pessoal, registrar e atualizar os dados de pessoal Quadro de Escola e Quadro de Horários

n) verificar, bimestralmente, a frequência regular de alunos para dimensionar as turmas e processar ajustes no Quadro de Pessoal.

o) promover o aproveitamento de todo servidor efetivo e estabilizado;

IV. Favorecer a gestão participativa da escola:

a) difundir a defesa e garantia de direitos humanos na escola e territórios educativos;

b) fomentar o reconhecimento e o respeito às identidades e à diversidade do ambiente escolar;

c) promover uma Escola Acolhedora, por meio de uma convivência democrática no ambiente escolar;

d) contribuir para a prevenção e redução das violências no contexto escolar;

e) promover a formação continuada de gestores e educadores;

f) consolidar espaços de construção coletiva dentro do ambiente escolar, promovendo o uso das práticas de Resolução Dialogada de Conflitos;

g) incentivar as parcerias com as Redes de Proteção Social no território educativo.

h) promover situações de gerenciamento coletivo em prol de uma educação de qualidade;

i) definir conjuntamente com a comunidade escolar as regras e normas de convivência;

j) propor e acompanhar ações educativas voltadas para convivência democrática;

k) revisar as normas de convivência escolar adequando-as com o plano de convivência democrática;

l) oferecer oportunidades para elaboração de um planejamento coletivo, ativo e significativo para as atividades educacionais;

m) participar e acompanhar as tomadas de decisões da comunidade, através das ações colegiadas;

n) utilizar mecanismos de participação democrática nas reuniões, evitando a tomada de decisão autoritária e centralizadora;

o) submeter à apreciação do Colegiado Escolar, observando a legislação pertinente, questões que devem ser decididas participativamente;

p) promover e estimular o envolvimento dos estudantes, pais, professores e demais membros da equipe escolar, tornando a escola aberta aos interesses da comunidade;

q) delegar competências quando se fizer necessário, de acordo com os dispositivos legais.

V. Gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da Escola:

a) participar do levantamento das necessidades de capacitação do pessoal da Escola, estimulando o desenvolvimento profissional;

b) articular-se com as instituições e educadores, visando a sua participação nas atividades de capacitação do pessoal da Escola;

c) adotar, na hipótese de práticas de violência física, verbal ou ameaça contra o

servidor, medidas estabelecidas na legislação vigente;

d) submeter ao colegiado escolar, quando necessário, casos de violência física ou moral, envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola, respeitadas as normas legais pertinentes;

VI. Orientar, acompanhar e zelar pelo funcionamento da secretaria da escola, garantindo a legalidade e autenticidade da vida escolar dos estudantes:

a) manter atualizados os dados da secretaria escolar e do sistema mineiro de administração escolar – Simade, bem como o registro estatístico escolar nacional anual, e organizados de acordo com as normas estabelecidas pelos respectivos sistemas de ensino.

b) orientar, supervisionar, retificar e validar os registros de dados no Simade, sob a responsabilidade do PEB, do Secretário Escolar e do Assistente Técnico de Educação Básica (ATB), dentro dos prazos previstos pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

c) monitorar a inserção dos dados no Simade, garantindo a sua fidedignidade e atualização periódica, em conformidade com as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

d) estabelecer e acompanhar a rotina do funcionamento da secretaria, garantindo a regularidade das atividades de informação;

e) orientar e monitorar os servidores da secretaria da escola sobre as normas e procedimentos referentes à escrituração escolar e a situação funcional dos servidores;

f) orientar e organizar os arquivos de legislação referente à educação;

g) acompanhar o andamento dos processos de regularização de vida escolar;

h) informar e despachar expedientes com a secretaria da escola.

VII. Participar do atendimento escolar no município:

a) realizar a divulgação e orientação, à comunidade escolar, dos processos de cadastro, encaminhamento para matrícula e inscrição às vagas remanescentes;

b) monitorar o processo de matrícula e inserção de dados nos sistemas informatizados da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, zelando pelo cumprimento dos prazos estabelecidos;

c) propor a expansão de níveis das modalidades de ensino, com base nas necessidades da comunidade;

d) promover a regularização do fluxo escolar, tomando medidas que visam à redução da evasão e da repetência.

VIII. representar oficialmente a escola ou designar representantes perante órgãos do sistema educacional e outros segmentos, sempre que necessário.

IX. Zelar, por meio das ações abaixo detalhadas, para que a escola ofereça serviços educacionais de qualidade:

a) coordenar e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico;

b) envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos estudantes no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, fazendo uso de todos os recursos disponíveis;

c) acompanhar o desenvolvimento da avaliação pedagógica, divulgar seus resultados e adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos estudantes nas avaliações internas e externas;

d) promover a participação nas avaliações externas com vistas a garantir a presença de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos estudantes;

e) garantir, na avaliação da aprendizagem, procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos estudantes;

f) garantir o cumprimento do calendário escolar e da carga horária obrigatória dos estudantes, em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

X. convocar e presidir reunião de pais, professores, pessoal técnico e administrativo;

XI. orientar, supervisionar e coordenar o serviço pedagógico da escola;

XII. fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG e SRE, observando os prazos estabelecidos;

XIII. observar as legislações, cumprir e fazer cumprir as determinações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

XIV. assinar certificados, transferências e demais documentos expedidos pela Escola;

XV. coordenar o processo da Avaliação de Desempenho Individual e Avaliação Especial de Desempenho no âmbito de sua atuação, responsabilizando-se pela manutenção e permanente atualização do processo funcional do servidor:

a) dar conhecimento prévio aos servidores das normas e dos critérios a serem utilizados no processo avaliatório;

b) coordenar o processo de formação das Comissões de Avaliações e de Recursos, quando for o caso;

c) disponibilizar tempestivamente os formulários do processo de avaliação;

d) comunicar ao servidor o início de sua Avaliação de Desempenho Individual em cada período avaliatório ou etapa de Avaliação Especial de Desempenho;

e) preencher o PGDI juntamente com o servidor e atualizá-lo periodicamente;

f) acompanhar o desempenho do servidor durante o período avaliatório da ADI ou etapa de AED;

g) supervisionar, coordenar e orientar a inserção dos dados da Avaliação Especial de Desempenho e Avaliação de Desempenho Individual, no sistema informatizado de Avaliação de Desempenho – SISAD.

XVI. remeter ao Conselho Tutelar, ao Juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público, para atuação junto ao estudante e à família, os casos de estudantes infrequentes, em cumprimento às determinações da legislação pertinente;

XVII. desincumbir-se de todas as atividades que por sua natureza, ou em virtudes das disposições regulamentares, não sejam decorrentes de suas atribuições.

XVIII. compromissos relativos à gestão pedagógica:

a. garantir o cumprimento do calendário escolar estabelecido conforme as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

b. zelar para que a escola ofereça serviços educacionais de qualidade;

c. assumir pleno compromisso na execução de plano de ação da unidade escolar, em prol da melhoria dos indicadores educacionais;

d. apoiar o desenvolvimento da avaliação pedagógica e tornar pública a evolução dos indicadores da unidade para toda a comunidade escolar;

e. acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos discentes e sanar as dificuldades apontadas nas avaliações internas e externas;

f. incentivar a frequência e a permanência dos estudantes na unidade escolar, monitorar as ausências, implementando ações imediatas para a normalização da frequência escolar, em conformidade com a legislação vigente;

g. lançar, tempestivamente, os dados da unidade escolar, no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), zelando pela fidedignidade das informações, de acordo com as normas da Secretaria, bem como adotar medidas para garantir o lançamento dos dados nos sistemas por parte dos demais servidores da escola, conforme calendário escolar;

h. garantir a legalidade, autenticidade e a regularidade do funcionamento da escola e da vida escolar dos estudantes;

i. promover a participação nas avaliações externas com vistas a garantir a presença de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos estudantes

Art. 25 - Compete ao Vice-diretor:

I. responder pela escola, mantendo-se à frente da instituição em parceria com o diretor, excetuando as restrições legais, enquanto durar a investidura na função;

II. substituir o diretor no afastamento temporário ou na vacância do cargo, nos termos da legislação;

III. assumir as atribuições delegadas pelo Diretor da Escola;

IV. assessorar o Diretor no planejamento, execução e avaliação de todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola;

V. auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções;

VI. comportar-se com urbanidade e respeito no trato com o Diretor, Especialistas da Educação, estudantes, pais e demais servidores;

VII. manter as autoridades informadas sobre a vida administrativa do estabelecimento;

VIII. coordenar o funcionamento geral do turno;

IX. manter-se informado de todas as atividades desenvolvidas e de todos os assuntos relativos ao ensino de forma geral;

X. supervisionar a manutenção da limpeza, conservação das instalações aos auxiliares de serviços, bem como elaborar horários de trabalho;

XI. monitorar e executar a elaboração do cardápio da merenda oferecida pela escola e auxiliar no controle da merenda escolar;

XII. gerenciar o controle de recebimento de material, distribuição, estoque e inventários;

XIII. zelar para que a escola ofereça serviços educacionais de qualidade, a fim de elevar os níveis de proficiência dos estudantes, contribuindo para a sua formação integral;

XIV. permanecer no estabelecimento, em turno determinado pelo diretor, conforme as exigências legais.

SEÇÃO III
DO FUNCIONAMENTO

Art. 26 - A diretoria terá seu funcionamento determinado pela legislação em vigor, em consonância com as necessidades do estabelecimento.

CAPÍTULO II
DA SECRETARIA
SEÇÃO I
DO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA

Art. 27 - À Secretaria cabe a responsabilidade pela escrituração escolar, a execução e controle das normas administrativas, a documentação e arquivos escolares.

Art. 28 - As atividades executadas na Secretaria ficarão sob a responsabilidade do Secretário Escolar, legalmente habilitado com registro ou autorizado, e dos Assistentes Técnicos de Educação Básica, sendo encarregados, entre outros serviços, de:

I. organizar os serviços de escrituração escolar do corpo discente, docente e pessoal técnico e administrativo;

II. executar e controlar as normas administrativas da escola;

III. manter atualizado o inventário dos bens patrimoniais da escola, de acordo com a legislação pertinente.

SEÇÃO II
DO SECRETÁRIO ESCOLAR

Art. 29 - O Secretário Escolar é um cargo de provimento em comissão, de confiança do Diretor, sendo sua designação processada nos termos da legislação pertinente.

Art. 30 - Compete ao Secretário Escolar:

I. responder, perante o Diretor, pelo expediente geral da Secretaria;

II. assinar todos os documentos que devam, por lei, conter sua assinatura;

III. atender à comunidade, prestando esclarecimentos referente à escrituração escolar e legislação pertinente, através de informes por escrito, quando se fizer necessário;

IV. evitar a divulgação de assuntos considerados sigilosos;

V. recolher, selecionar, classificar e catalogar todos os documentos que circulam ou que devam ser arquivados definitivamente;

VI. organizar os arquivos de modo funcional, mantendo-os sob sua guarda, observando as orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, quanto ao sigilo de informações;

VII. garantir a conservação e restauração dos documentos recolhidos;

VIII. organizar as fontes de pesquisa e as pastas de arquivo, de modo que qualquer documento exigido seja rapidamente localizado;

IX. manter atualizada a documentação escolar, zelando pela sua fidedignidade,

X. identificar, interpretar e aplicar a legislação pertinente à organização da unidade escolar;

XI. divulgar todas as normas procedentes de órgãos superiores, estimulando o pessoal em exercício na escola a respeitá-las, valorizá-las e agir corretamente;

XII. planejar seu trabalho de acordo com as necessidades da escola, estabelecendo objetivos claramente definidos e padrões mínimos de desempenho;

XIII. elaborar cronograma de atividades da Secretaria, tendo em vista a racionalização do trabalho e sua execução em tempo hábil;

XIV. executar, controlar e avaliar as atividades planejadas e, se necessário, planejá-las, a fim de adequar seu trabalho à realidade da Escola;

XV. participar da elaboração do planejamento e da avaliação das atividades da Escola, quando convocado;

XVI. participar das reuniões como representante da escola, quando solicitado pelo Diretor;

XVII. participar da elaboração do Regimento Escolar e do cumprimento de suas normas;

XVIII. inserir e manter atualizados os dados cadastrais da escola, de seus servidores e estudantes, observando as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

XIX. realizar a configuração do Programa Pedagógico, observando a matriz curricular vigente para cada tipo de ensino e etapa de escolarização;

XX. realizar a matrícula e enturmação no Simade imediatamente, após o acolhimento do estudante;

XXI. efetuar, dentro dos prazos estabelecidos, a criação de turmas, atendendo ao disposto na legislação vigente;

XXII. organizar as turmas, aulas e funções a serem atribuídas ao PEB, atendendo ao disposto na legislação vigente;

XXIII. associar os docentes aos conteúdos curriculares, visando o acesso ao DED, das suas respectivas turmas;

XXIV. assegurar o registro no Simade, da frequência e aproveitamento dos estudantes matriculados nos cursos e modalidades e participantes dos projetos ofertados pela escola em até 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento das atividades de cada bimestre;

XXV. conferir os resultados escolares dos estudantes no Simade em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento de cada bimestre letivo;

XXVI. manter a trajetória acadêmica dos estudantes atualizada no Simade e em meios físicos, observando as normas e orientações da SEE, garantindo a regularidade da vida escolar dos estudantes;

XXVII. responder, perante o Diretor, pelo expediente e pelos serviços gerais da Secretaria e auxiliá-lo, dando-lhe assistência, executando ou fazendo executar suas determinações;

XXVIII. atender e auxiliar o Inspetor Escolar em suas visitas à escola, apresentando-lhe a documentação solicitada;

XXIX. atender à Superintendência Regional de Ensino, estudantes, servidores e membros da comunidade escolar na prestação de esclarecimentos solicitados;

XXX. solicitar informações ao Inspetor Escolar para esclarecimento de dúvidas;

XXXI. orientar e acompanhar o trabalho desenvolvido dos servidores que atuam na Secretaria da Escola, evitando desperdício de tempo do pessoal envolvido;

XXXII. contribuir para o aumento de esforço individual, criatividade e satisfação do pessoal envolvido no trabalho;

XXXIII. participar da vivência de técnicas inerentes às suas atribuições, através de intercâmbio com outros secretários, objetivando melhor desempenho de seu trabalho;

XXXIV. receber, registrar, classificar, arquivar e expedir correspondências, tomando as providências necessárias;

XXXV. acessar diariamente a caixa do correio eletrônico e outros meios de comunicação oficial da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, atendendo prontamente às suas demandas;

XXXVI. zelar pelo controle do material de consumo, material permanente e equipamentos da secretaria;

XXXVII. participar de cursos de atualização, seminários, encontros e outros.

SEÇÃO III
ASSISTENTES TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 31 - Compete aos Assistentes Técnicos de Educação Básica:

I. executar tarefas administrativas relativas à sua função;

II. receber, classificar, expedir, protocolar, distribuir e arquivar documentos em geral;

III. atender prontamente ao público em geral, prestando informações e transmitindo avisos e esclarecimentos;

IV. atender à equipe técnica, administrativa e aos professores nas atividades que estejam relacionadas ao serviço da secretaria;

V. executar demais atribuições que lhe forem confiadas pela Direção ou diretamente pelo Secretário da Escola;

VI. coletar dados para a divulgação dos resultados bimestrais e finais para os estudantes;

VII. conferir listagens de enturmação no início do ano;

VIII. organizar e manter atualizados os dados de identificação da turma, estudantes e professores nos diários de classe;

IX. proceder a inserção e atualização dos dados de identificação da turma e estudantes no Simade, tendo em vista a migração para o Educacenso e encerramento do ano letivo;

X. manter sigilo sobre informações confidenciais;

XI. conhecer e aplicar a legislação do ensino na área de sua competência;

XII. interpretar e aplicar normas relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais, especificamente no campo da educação;

XIII. proceder à autenticação, registro e emissão de documentos comprobatórios da vida funcional de servidores da educação e vida escolar dos estudantes;

XIV. providenciar a concessão de direitos e vantagens do pessoal no âmbito da escola;

XV. organizar e manter atualizados cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração da unidade escolar;

XVI. redigir documentos destinados à comunicação, arquivo, informação e outros expedientes;

XVII. providenciar certidões, atestados, históricos escolares e outros documentos específicos solicitados;

XVIII. coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados e informações para os fins necessários;

XIX. realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos e formulários;

XX. realizar trabalhos de digitação e impressão;

XXI. zelar pelo uso e conservação do material, mobiliário e equipamentos sob sua guarda;

XXII. inserir e manter atualizados os dados cadastrais da escola, de seus servidores e estudantes, observando as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;

XXIII. realizar a configuração do Programa Pedagógico, observando a matriz curricular vigente para cada tipo de ensino e etapa de escolarização;

XXIV. realizar a matrícula e enturmação no Simade imediatamente após o acolhimento do estudante;

XXV. efetuar, dentro dos prazos estabelecidos, a criação de turmas, atendendo ao disposto na legislação vigente;

XXVI. organizar as turmas, aulas e funções a serem atribuídas ao Professor da Educação Básica, atendendo ao disposto na legislação vigente;

XXVII. associar os docentes aos conteúdos curriculares, visando o acesso ao DED, das suas respectivas turmas;

XXVIII. assegurar o registro no Simade, da frequência e aproveitamento dos estudantes matriculados nos cursos e modalidades e participantes dos projetos ofertados pela escola em até 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento das atividades de cada bimestre;

XXIX. conferir os resultados escolares dos estudantes no Simade em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento de cada bimestre letivo;

XXX. manter a trajetória acadêmica dos estudantes atualizada no Simade e em meios físicos, observando as normas e orientações da SEE, garantindo a regularidade da vida escolar dos estudantes;

XXXI. desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 32 - Esta escola terá serviços de conservação e limpeza diariamente visando à higiene e conservação do patrimônio.

Art. 33 - Os Auxiliares de Serviços de Educação Básica serão admitidos em consonância com as exigências legais.

Art. 34 - As atribuições do pessoal responsável pelos serviços gerais serão supervisionadas pela diretoria, de acordo com as necessidades da escola.

Art. 35 - São competências dos Auxiliares de Serviços de Educação Básica:

I. realizar trabalhos de limpeza e conservação de locais e utensílios sob sua guarda, zelando pela ordem e higiene em seu setor de trabalho;

II. realizar trabalhos de movimentação de móveis, utensílios e aparelhos;

III. fazer uso do uniforme e equipamentos de proteção individual - EPI's e armazená-los em local destinado para os pertences dos ASBs;

IV. manter a higiene do ambiente onde são preparados os alimentos e as condições de armazenamento dos alimentos;

V. preparar e distribuir alimentos mantendo limpo e em ordem o local, zelando pela adequada utilização e guarda de utensílios e gêneros alimentícios;

VI. realizar pequenos reparos de móveis, utensílios, alvenaria, marcenaria, pintura, eletricidade e instalações hidráulicas;

VII. executar serviços simples de jardinagem, agropecuária e atividades afins;

VIII. identificar defeitos nos aparelhos, providenciando pequenos reparos;

IX. participar da elaboração e promoção de eventos da Escola;

X. colaborar com a organização e a disciplina da escola, respeitando o direito dos estudantes;

XI. executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo previstas em regulamento;

Art. 36 - As atribuições do pessoal responsável pelos serviços gerais serão delegadas pela Direção da Escola, em conformidade com as necessidades da escola.

CAPÍTULO IV
DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS
SEÇÃO I
DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 37 - É papel específico do Especialista em Educação Básica - Supervisor Pedagógico ou Orientador Educacional - articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos estudantes e de seus familiares em torno de um eixo comum.

Art. 38 – Compete ao Especialista em Educação Básica da Escola – Supervisor Pedagógico e/ou Orientador Educacional:

I. Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola:

a) coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;

b) assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados ao atingimento dos objetivos curriculares;

c) promover o desenvolvimento curricular, redefinindo conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino;

d) articular os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola definindo suas atividades específicas;

e) avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à reorientação de sua dinâmica referentes às avaliações interna e externa;

f) participar, com o corpo docente, do processo de avaliação interna e externa, da análise de seus resultados e propor ações de intervenção pedagógica;

g) acompanhar e monitorar a implementação do Plano de Intervenção Pedagógica com a participação da comunidade escolar;

h) identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;

i) orientar o trabalho docente, colaborando na elaboração de instrumentos de avaliação e sua aplicação, fazendo o estudo e o registro dos resultados;

j) rever, sempre que necessário, a Proposta Pedagógica da Escola.

II. Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola:

a) analisar os resultados da avaliação sistêmica feita juntamente com os professores e identificar suas necessidades;

b) realizar a avaliação do desempenho dos professores, identificando as necessidades individuais de treinamento e aperfeiçoamento;

c) efetuar o levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes na escola;

d) manter intercâmbio com instituições educacionais ou pessoas visando sua participação nas atividades de capacitação da escola;

e) analisar os resultados obtidos com as atividades de capacitação docente, na melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

III. Realizar a orientação dos estudantes, articulando o envolvimento da família no processo educativo:

a) identificar junto com os professores as dificuldades de aprendizagem dos estudantes;

b) orientar os professores sobre as estratégias mediante aos quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas, em nível pedagógico;

c) promover a integração do estudante no mundo do trabalho, através da informação profissional e da discussão de questões relativas aos interesses profissionais dos estudantes e à configuração do trabalho na realidade social;

d) envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola;

e) utilizar os resultados do levantamento das características sociais, econômicas e linguísticas do estudante e sua família como diretrizes para as diversas atividades do planejamento do trabalho escolar;

f) analisar com a família os resultados do aproveitamento do estudante, orientando se necessário, para obtenção de melhores resultados;

g) oferecer apoio às instituições escolares discentes, estimulando a vivência da prática democrática dentro da escola;

h) coordenar o processo e a escolha dos representantes de turma e proceder seu acompanhamento;

IV. exercer em unidade escolar a supervisão do processo didático como elemento articulador no planejamento, no acompanhamento, no controle e na avaliação das atividades pedagógicas, conforme o plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da unidade escolar;

V. atuar como elemento articulador das relações interpessoais internas e externas da escola que envolvam os profissionais, os estudantes e seus pais e a comunidade;

VI. planejar, executar e coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional em formação continuada;

VII. participar da elaboração do calendário escolar;

VIII. participar das atividades do Conselho de Classe ou coordená-las;

IX. exercer, em trabalho individual ou em grupo, a orientação, o aconselhamento e o encaminhamento de estudantes em sua formação geral e na sondagem de suas aptidões específicas;

X. atuar como elemento articulador das relações internas na escola e externas com as famílias dos estudantes, comunidade e entidades de apoio psicopedagógicos e como ordenador das influências que incidam sobre a formação do educando;

XI. exercer atividades de apoio à docência;

XII. exercer outras atividades integrantes do Projeto Político Pedagógico da escola, previstas na legislação pertinente e neste regimento escolar;

XIII. conhecer os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação implementados na escola e acompanhar a sua execução;

XIV. monitorar o controle de frequência diária dos estudantes e aproveitamento através do Diário Escolar Digital (DED), realizando as atividades previstas na legislação vigente;

XV. acompanhar o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas turmas, quanto à adoção de estratégias para garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem;

XVI. acompanhar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) dos estudantes público alvo da educação especial, conforme orientações e diretrizes pedagógicas;

XVII. realizar outras atividades que, por sua natureza, recaiam no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO V
DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SEÇÃO I
DO PROFESSOR REGENTE DE AULAS

Art. 39 - O professor, no exercício do magistério, inspirado no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e na promoção dos valores, tem por atribuições

Art. 40 - São atribuições do Professor de turma e aula:

I. exercer a docência na educação básica, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela orientação de aprendizagem na educação de jovens e adultos, pela substituição eventual de docente, pelo ensino do uso da biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos e em oficina pedagógica, por atividades artísticas de conjunto e acompanhamento musical nos conservatórios estaduais de música e pela recuperação de estudante com deficiência de aprendizagem;

II. participar do processo que envolve planejamento, elaboração, execução, controle e avaliação do projeto político-pedagógico e do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola;

III. participar da elaboração do calendário escolar;

IV. exercer atividade de coordenação pedagógica de área de conhecimento específico, nos termos do regulamento;

V. atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos ou, como docente, em projeto de formação continuada de educadores, na forma do regulamento;

VI. participar da elaboração e da implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar;

VII. participar de cursos, atividades e programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado;

VIII. acompanhar e avaliar sistematicamente seus estudantes durante o processo de ensino-aprendizagem;

IX. realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas;

X. promover e participar de atividades complementares ao processo da sua formação profissional;

XI. inserir a frequência diária dos estudantes, semanalmente no DED, em conformidade com as normas e orientações da Secretaria de Estado de Educação;

XII. inserir os conteúdos lecionados nas aulas, em até 05 (cinco) dias úteis no DED, após o encerramento das atividades de cada bimestre;

XIII. informar no DED os procedimentos de avaliação, oportunidades de aprendizagem, o aproveitamento alcançado pelos estudantes em cada bimestre;

XIV. inserir no DED o resultado final das avaliações, conforme orientações específicas da SEE-MG, em até 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento do calendário escolar;

XV. assegurar o atendimento educacional, conforme orientação específica, ao estudante que estiver em gestação ou tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado;

XVI. construir, em conjunto com os demais profissionais, o plano de desenvolvimento individual (PDI) do estudante da educação especial, registrando o seu desenvolvimento e aprendizagem, garantindo os recursos de acessibilidade necessários a cada estudante;

XVII. exercer outras atribuições integrantes do Projeto Político Pedagógico da escola, previstas em legislação específica e neste regimento escolar.

SEÇÃO II

DO PROFESSOR PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE DOCENTE

Art. 41 - Compete ao Professor para substituição eventual de docente:

I. substituir professor regente de turma nos afastamentos legais do titular por período igual ou inferior a 10 (dez) dias, exceto, se o professor eventual já estiver atuando em substituição a outro docente de acordo com a legislação pertinente;

II. acompanhar e orientar os alunos no recreio conforme organização da escola;

III. auxiliar na organização da entrada e saída do turno;

IV. cooperar com o serviço pedagógico nas avaliações extraclasse e em atividade de recuperação de alunos;

V. realizar atividades de intervenção pedagógica.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR PARA ENSINO DO USO DA BIBLIOTECA

Art. 42 - São atribuições específicas do professor para o ensino do uso da biblioteca:

I. organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro e de outros materiais e/ou equipamentos nela existentes, assegurando ao usuário um ambiente propício à reflexão e estimulador da criatividade e da imaginação;

II. zelar pela conservação do acervo da biblioteca, orientando o usuário, docente e discente, com vistas à adequada utilização desse acervo;

III. promover atividades individuais e/ou coletivas, especialmente as que estimulem os estudantes a produzirem textos;

IV. divulgar, no âmbito da escola, os programas de vídeo disponíveis, fazendo com que a sua utilização seja instrumento de lazer, cultura, informação, humanização e socialização;

V. desenvolver um trabalho articulado Imagem, Leitura e outras Artes, buscando a integração entre Educação e Cultura como fator de melhoria da qualidade do ensino;

VI. colaborar com o desenvolvimento das atividades curriculares da escola, facilitando a interdisciplinaridade e criando condições para que os estudantes compreendam melhor a realidade em que vivem;

VII. ministrar aulas de uso da biblioteca sensibilizando professores e estudantes para o hábito de leitura;

VIII. participar efetivamente da vida cultural e social da comunidade escolar incentivando, por meio de promoções, o gosto pela leitura;

IX. proporcionar condições para o desenvolvimento de habilidades de consultas, estudos e pesquisas;

X. organizar e controlar o empréstimo de livros, textos didáticos aos estudantes e professores do estabelecimento;

XI. zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu setor de trabalho;

XII. ministrar aulas de leitura que lhes forem designadas pela direção da escola;

XIII. atender às consultas de estudantes, orientando-os na elaboração dos trabalhos;

XIV. promover campanhas direcionadas à formação de hábitos de leitura;

XV. promover campanhas e propor a aquisição de livros ou outras publicações e audiovisuais para o enriquecimento do acervo da biblioteca;

XVI. divulgar, no âmbito do estabelecimento de ensino, os programas de vídeos disponíveis, fazendo com que sua utilização seja um instrumento de lazer, cultura, informação, humanização e socialização;

XVII. reunir periodicamente com os demais professores do turno para definir as atividades articuladoras que poderão acontecer na Biblioteca Escolar;

XVIII. conhecer o acervo da Biblioteca da sua escola e participar do processo de seleção de obras;

XIX. apropriar quanto ao conhecimento das técnicas de gerenciamento e administração da Biblioteca Escolar, boas práticas e intercâmbio entre escolas para troca de

experiência;

XX. organizar as atividades de leitura a serem desenvolvidas com todas as turmas, tendo como prioridade a formação de leitores, uma vez que o ato de ler é uma prática pedagógica que deve permear todas as disciplinas;

XXI. participar de reuniões pedagógicas e reuniões coletivas (Módulo II), sempre que possível, com os especialistas e professores, para discutir e planejar ações a serem desenvolvidas em coparticipação com a Biblioteca Escolar;

XXII. desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS E SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

Art. 43 - Os Recursos e Serviços Pedagógicos são os seguintes:

I. Biblioteca;

II. Estágio Supervisionado;

III. Material didático;

IV. Representante de Turma;

V. Capacitação de Recursos Humanos;

VI. Formação Continuada dos Profissionais da Educação

VII. Laboratório Didático;

VIII. Laboratório de Informática;

IX. Monitoria;

X. Núcleo de Acolhimento Educacional

XI. Parcerias.

XII. Projeto Político Pedagógico

XIII. Plano de Intervenção Pedagógica

SEÇÃO I
DA BIBLIOTECA

Art. 44 - A Biblioteca é um espaço centralizador do acervo bibliográfico e de material especial desta escola, servindo de apoio às ações docentes e discentes à construção do conhecimento, oferecendo suporte a pesquisas que propiciem aprendizagem e contribuam para a formação integral dos estudantes.

Art. 45 - O servidor responsável pelo funcionamento da biblioteca será o Professor para Ensino do Uso da Biblioteca- Mediador de Leitura e/ou o Professor/Servidor em Ajustamento Funcional e terá as funções inerentes ao seu cargo.

Art. 46 - A biblioteca funcionará em horários paralelos ao funcionamento dos turnos, respeitando o quantitativo de servidores nesta função;

Art. 47 - A organização e funcionamento da Biblioteca estarão sujeitos às normas estabelecidas pela direção da escola.

Art. 48 - As atividades a serem exercidas pelos professores para o ensino do uso da biblioteca estão estruturadas em cinco eixos fundamentais:

I. desenvolvimento profissional do professor para o ensino do uso da biblioteca escolar;

II. planejamento das ações da biblioteca escolar e proposta pedagógica da escola;

III. formação de leitores e envolvimento dos pais e comunidade;

IV. atuação no Plano de Intervenção Pedagógica da escola e na melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Art. 49 - Todo o acervo da biblioteca será catalogado e registrado em livro próprio.

Art. 50 - O empréstimo de obras da biblioteca será efetivado sob as seguintes condições:

I. o aluno ou servidor da escola terá direito à pesquisa na biblioteca e poderá retirar obras da mesma, se necessário for;

II. o prazo máximo para empréstimo de obra será de X dias, renováveis por igual

período e sob controle do responsável pela biblioteca:

a) a data da devolução de obra, coincidindo com sábado, domingo ou feriado será feita no 1° dia útil subsequente de funcionamento da escola;

b) o aluno ou servidor que não devolver em tempo hábil, a obra tomada por empréstimo, estará sujeito às Medidas Educativas

SEÇÃO II
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 51 - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Parágrafo único - O estágio supervisionado tem por finalidade proporcionar o aprimoramento profissional do estudante, levando-o a colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso, de constituir um instrumento de integração e de aperfeiçoamento técnico cultural.

Art. 52 - O estágio supervisionado tem por finalidade proporcionar o aprimoramento profissional do estudante, levando-o a colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso, de constituir um instrumento de integração e de aperfeiçoamento técnico cultural.

Art. 53 - A realização do estágio curricular supervisionado não cria vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre o estagiário e a Secretaria de Estado de Educação, entretanto, deve haver o convênio firmado entre ambos.

Art. 54 - O estágio será desenvolvido sob a supervisão das instituições de ensino superior, conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação.

Art. 55 - Compete à escola quando esta receber estagiários:

I. celebrar termo de compromisso com a instituição conveniada e com o estudante, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II. facultar o acesso do estagiário às atividades e reuniões pedagógicas da escola;

III. indicar um profissional da equipe pedagógica, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário, devendo a validação de documentos ser realizada pelo Diretor da Escola;

IV. exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

Art. 56 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em sua organização curricular contemplará estágio supervisionado somente nos cursos técnicos que compõem o Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

Art. 57 - A prática pedagógica de formação poderá ser desenvolvida integralmente na escola ou em empresas da região, através de simulações de empresas ou de departamentos de uma empresa, experiências, oficinas, ensaios e demais técnicas de ensino que permitam o conhecimento do mercado e a vivência dos alunos em situações próximas da realidade do setor produtivo.

Parágrafo único - O desenvolvimento de projetos, estudos de casos, realização de visitas técnicas monitoradas, pesquisas de campo em grupo e individuais e aulas práticas desenvolvidas em laboratórios, oficinas e salas ambiente garantirão o desenvolvimento de competências específicas da área de formação.

SEÇÃO III
DO MATERIAL DIDÁTICO

Art. 58 - O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Art. 59 - São objetivos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD:

I. aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;

II. garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;

III. democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

IV. fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;

V. apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;

VI. apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 60 - São diretrizes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD:

I. o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

II. o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;

III. o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;

IV. o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e

V. a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Art. 61 - A seleção dos livros e outros materiais didáticos, deverá ser feita por professores e especialistas da escola, de acordo com os dispositivos legais e considerando:

I. as finalidades do Ensino Fundamental e Médio.

II. o processo didático adotado.

III. a busca de alternativas pedagógicas que complementem a utilização do livro didático.

Art. 62 - A Caixa escolar buscará alternativas que viabilizem a aquisição e distribuição de material didático de forma a assegurar aos estudantes as condições necessárias ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Art. 63 - A direção da Escola deverá facilitar o acesso do estudante ao material didático através do funcionamento da Biblioteca Escolar.

SEÇÃO IV
DO REPRESENTANTE DE TURMA

Art. 64 - O Conselho de Representantes de Turma, tem o intuito de promover a participação estudantil nas escolas e estimular o protagonismo dos estudantes no espaço escolar, a partir de eleição nas turmas e elaboração/execução de Planos de Ação nas Escolas Estaduais de Minas Gerais;

Art. 65 - O Conselho tem o papel de contribuir para o fortalecimento da gestão democrática e da participação dos/as estudantes e é responsável por planejar e executar o Plano de Ação dos estudantes.

Art. 66 - O Conselho de Representantes de Turma é constituído por todos os Representantes de Turma eleitos na Escola.

Art. 67 - A coordenação dos representantes de turmas é de responsabilidade do Especialista em Educação Básica.

Art. 68 - O Conselho de Representantes de Turma terá as seguintes finalidades:

I. Representar os interesses dos estudantes de cada turma;

II. Discutir, deliberar e propor ações referentes às demandas apresentadas pelos representantes de turma e demais estudantes;

III. Convocar reuniões, constituir comissões de trabalho e convocar Assembleias Estudantis, sempre que julgar necessário e/ou quando provocados pelos demais estudantes;

IV. Manter diálogo e articulação permanentes com o Colegiado Escolar, Grêmio Estudantil outros Coletivos Estudantis da escola e demais estudantes;

V. Definir em acordo com a direção e o corpo docente da escola a organização do trabalho dos Representantes de Turma;

VI. Manter todos os estudantes informados sobre as decisões e ações do Conselho;

VII. Conduzir junto ao Grêmio e/ou outros Coletivos Juvenis a construção do Plano de Convivência Democrática da escola, no que tange às questões relacionadas aos estudantes, com o apoio e orientação da equipe pedagógica da escola e em articulação com o restante da Comunidade Escolar;

Art. 69 - O Representante de Turma é o estudante eleito, de forma democrática pelos seus pares, para representá-los, no âmbito da escola.

Parágrafo único - Cada turma elegerá um (a) representante.

Art. 70 – O representante de turma terá ainda as seguintes finalidades:

I. estimular o aprimoramento pedagógico e a elevação do nível de ensino e de aprendizagem;

II. repassar as orientações da diretoria com fidedignidade;

III. representar seus colegas perante a direção, professores no Conselho de Classe.

IV. Escutar todos/as os/as colegas da classe em relação às questões de interesse coletivo que emergirem;

V. Compartilhar com a turma as informações repassadas por professores, coordenação e direção da escola;

VI. Compartilhar com os demais colegas da turma as decisões e ações definidas pelo Conselho de Representantes de Turma;

VII. Levar aos/às professores/as, coordenadores/as e à direção da escola as demandas da sua turma;

VIII. Representar os/as colegas no Conselho de Representantes de Turma, em reuniões e em outros espaços junto aos demais segmentos da Comunidade Escolar;

IX. Propor e ajudar a organizar momentos coletivos de discussão da turma e da escola;

X. Manter o diálogo permanente com o Grêmio Estudantil e/ou outros Coletivos Estudantis e o Colegiado Escolar, podendo também ser integrante desses espaços.

SEÇÃO V

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 71 - A formação continuada é um processo que envolve os saberes acumulados e experimentados por profissionais da educação, em sua trajetória profissional, ao lidar com problemas e desafios nas práticas e rotinas do cotidiano escolar, transformando e aperfeiçoando a prática pedagógica em um processo contínuo pela busca dos conhecimentos para o ensino e uma atuação profissional cada vez mais eficiente.

Parágrafo único - As escolas devem incentivar e promover, no espaço escolar, diálogos e trocas de experiências entre os profissionais da educação, bem como acesso à formação específica nas áreas de conhecimento em que atuam, com o objetivo de propiciar a partilha de conhecimentos, garantindo um ambiente permanente de formação e de incorporação das mudanças propostas pelo Currículo referência de Minas Gerais.

Art. 72 - A escola proporcionará oportunidades de participação em cursos de capacitação para o corpo docente, técnico e administrativo com base no Projeto Político Pedagógico, oferecidos pelo sistema.

Art. 73 - A escola promoverá, regularmente, a formação continuada, visando atualização e o aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo, de acordo com o Calendário Escolar e Proposta Pedagógica.

Art. 74 - Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

§1º- A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor.

§2º- Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas:

a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino;

d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

Art. 75 - Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:

a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;

b) trabalhar cooperativamente em equipe;

c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa; d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.

SEÇÃO VI
DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS
DOCUMENTO ORIENTADOR ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 76 - Os laboratórios didáticos servirão para atendimento das aulas práticas e terão seu funcionamento determinado pela direção, especialistas e professor responsável.

SEÇÃO VII
DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Art. 77 - A escola contará com um laboratório de informática que visa propiciar a experimentação e difusão de propostas sobre a utilização da tecnologia computacional, com o objetivo de aprimorar a prática educativa e qualidade de ensino através de Informática Educativa, formação de recursos humanos e preparação para o trabalho

Art. 78 - O laboratório de informática tem como finalidades:

I. propiciar condições de utilização do computador como instrumento pedagógico que favoreça maior participação do estudante na formação do próprio conhecimento;

II. proporcionar a oportunidade de apropriação crítica e criativa da tecnologia computacional, no processo de produção pedagógica;

III. fomentar a utilização intensiva das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC como fator preponderante para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem;

IV. auxiliar o corpo docente, enriquecendo sua prática pedagógica e elevando a qualidade do processo ensino-aprendizagem;

V. favorecer a integração escola e comunidade;

VI. ampliar as tecnologias da comunicação e informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

Art. 79 - O uso do laboratório de informática far-se-á mediante apresentação de projetos, ou outro, de interesse do estudante e da escola.

Art. 80 - Caberá à equipe pedagógica da escola estabelecer normas de atendimento aos estudantes de acordo com as necessidades.

Art. 81 - Esta escola desenvolverá ações e projetos que visem estimular o corpo docente e discente sempre de forma responsável e adequada com orientação direta dos professores durante toda a aula, objetivando aprendizagem do aluno e a preservação dos computadores e demais equipamentos.

SEÇÃO VIII
DA MONITORIA

Art. 82 - A monitoria tem a finalidade de possibilitar a realização de atividades pedagógicas auxiliares ou suplementares à aprendizagem do estudante.

Art. 83 - À monitoria compete:

I. apresentar plano de estudos à direção escolar e o submeter à possível adequação ao Projeto Político Pedagógico da escola.

II. assistir ao estudante de forma individual ou coletiva, no que se relaciona à aprendizagem;

III. auxiliar os estudantes nas atividades escolares, a fim de contribuir com o desenvolvimento de suas habilidades.

Art. 84 - A monitoria é organizada com um ou mais monitores, conforme a necessidade da classe.

Art. 85 - A monitoria será utilizada no estabelecimento de ensino para o desenvolvimento de projetos especiais de estudos de recuperação e para outras atividades em consonância com o Projeto Político Pedagógico.

Art. 86 - O serviço de monitoria poderá ser desempenhado por estudantes da escola, estagiários do Curso Normal de Nível Médio e de cursos de licenciatura.

Art. 87- O serviço de monitoria não implicará em vínculo empregatício para o Estado.

SEÇÃO IX
DAS PARCERIAS

Art. 88 - A direção da escola poderá buscar parcerias para o desenvolvimento de suas ações e projetos junto a associações diversas, instituições filantrópicas, iniciativa privada, instituições públicas e comunidade em geral, propondo às Superintendências Regionais de Ensino, quando for o caso, a assinatura de convênios ou instrumentos jurídicos equivalentes para viabilizar as referidas parcerias.

Parágrafo único - Os projetos e ações propostos pela escola devem ser desenvolvidos de maneira integrada ao Projeto Político Pedagógico e estar alinhados com as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 89 - Para garantir a oferta de diferentes Itinerários Formativos, as instituições ou as redes de ensino poderão estabelecer parcerias com diferentes instituições educacionais para oferta de cursos, para realização de estudos e de atividades escolares, em tempos e em espaços próprios, que serão considerados para fins de composição da carga horária vivenciada pelo estudante.

§1º - As parcerias podem ser estabelecidas com instituições educacionais da mesma rede ou de redes de ensino distintas, com instituições públicas, privadas e confessionais de Ensino Médio e de Educação Profissional que ofertam cursos FIC ou com instituições de Ensino Superior.

§2º - A parceria pode ser celebrada para colaboração na oferta dos itinerários de aprofundamento em áreas do conhecimento, do itinerário de formação técnica e profissional e dos itinerários integrados.

§3º - As parcerias devem ser firmadas mediante a elaboração de planos e de projetos, em consonância com as propostas pedagógicas da instituição educacional de origem e da instituição parceira.

§4º - Quando do estabelecimento de parcerias, a instituição educacional de origem dos estudantes deve-se responsabilizar pelos atos escolares, incluindo matrícula, controle de frequência, aproveitamento e certificação de conclusão do Ensino Médio.

§5º - Os profissionais, que atuarão nas parcerias para oferta de formação técnica e profissional, devem estar devidamente habilitados, conforme as diretrizes específicas para docência na Educação Profissional Técnica.

Art. 90 - As instituições educacionais ofertantes do Ensino Médio poderão estabelecer parceria com Instituições de Ensino Superior -IES, desde que estas demonstrem experiência em atividades e/ou em cursos destinados a jovens na faixa etária correspondente ao Ensino Médio, vinculam-se aos conteúdos habilidades do Itinerário Formativo, devendo ser seguidos todos os regramentos para sua aprovação, dispostos nesta Resolução, incluindo professores devidamente habilitados para o atendimento do curso, objeto da parceria.

Art. 91 - A parceria deve ser devidamente formalizada, sendo que as instituições parceiras devem ser credenciadas pelo CEE-MG e ter ato autorizativo publicado.

Art. 92 - Para fins de monitoramento e de acompanhamento, a instituição educacional ou a rede de ensino ofertante do Ensino Médio deverá manter registro da parceria, contendo as atividades curriculares realizadas, com sua respectiva carga horária, a habilitação dos profissionais envolvidos na realização das atividades escolares e a comprovação dos requisitos indicados nas normas específicas do CEE-MG.

Art. 93 - O Analista de Educação Básica (AEB) - Psicólogo terá como atribuições:

I. propor e desenvolver atividades coletivas para os demais profissionais da escola, relacionadas às fases do desenvolvimento humano, sócio emocional, aprendizagem, relações interpessoais que permeiam o processo educativo, dimensão subjetiva das experiências educacionais entre outros temas, de acordo com a necessidade da escola e da política educacional;

II. promover ações que estimulem a participação dos estudantes no ambiente escolar e o protagonismo juvenil;

III. auxiliar especialistas e professores na relação com os estudantes, visando à melhoria do processo ensino e aprendizagem que favoreça o desenvolvimento dos estudantes;

IV. fomentar os programas desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação que abordam os temas contemporâneos transversais.

Art. 94 - O Analista de Educação Básica (AEB) - Assistente Social terá como atribuições:

I. contribuir para o ingresso, retorno, permanência do estudante, desenvolvendo ações de intervenções para minimizar os problemas sociais que impactam no processo de escolarização;

II. desenvolver estratégias para estimular a participação da família na escola e no processo educativo dos estudantes;

III. promover e auxiliar a gestão escolar em ações coletivas que contribuam para o acolhimento e a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

CAPÍTULO VII
DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Art. 95 - O projeto político pedagógico consiste no conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam os programas, projetos e práticas pedagógicas e administrativas, obedecidas as normas do sistema educacional, constituindo um documento formal, intencional e articulador desta escola.

Art. 96 - O projeto político pedagógico atenderá aos princípios de flexibilidade, autonomia e liberdade da escola e será construída coletivamente, com a participação da comunidade escolar e aprovada pelo Colegiado Escolar

Art. 97 - O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira desta escola, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

Parágrafo único - A autonomia desta escola baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção do projeto pedagógico e do regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.

Art. 98 - Os planos e projetos de que a escola faz parte devem estar contemplados no projeto político pedagógico, expressando com clareza os direitos de aprendizagem que serão garantidos aos estudantes.

Art. 99 - O Projeto Político Pedagógico desta escola será avaliado anualmente e atualizado periodicamente em conformidade com a legislação, aprovado pelo colegiado da escola, implementados e amplamente discutidos e divulgados na comunidade escolar.

SEÇÃO I
DO PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 100 - O Plano de Intervenção Pedagógica desta escola se constitui no planejamento de ações para promover a efetiva aprendizagem dos estudantes e estratégias de intervenção que serão utilizadas e oferecidas pela escola, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, ao estudante que não desenvolveu as habilidades previstas.

Parágrafo único - Integra o Projeto Político Pedagógico, é elaborado, anualmente, pela equipe pedagógica desta escola, a partir dos resultados das avaliações internas e externas, para atendimento aos estudantes que ainda apresentam defasagens na(s) habilidade(s) do(s) componente(s) curricular(es), em decorrência de distorção idade/ano de escolaridade e em situação de progressão parcial.

Art. 101 - Os profissionais desta escola reunir-se-ão, periodicamente, conforme cronograma estabelecido pela equipe gestora, para estudos, avaliação coletiva das ações desenvolvidas e redimensionamento do processo pedagógico, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico, e no Plano de Intervenção Pedagógica.

Art. 102 - A Intervenção Pedagógica será realizada no próprio turno e no contraturno, conforme as possibilidades da escola e dos seus profissionais por:

I. professores regentes de turmas, eventual e regente de aulas;

II. professores em complementação de carga horária;

III. professores para o ensino do uso da biblioteca;

IV. estudantes - monitores da própria sala de aula, organizados em grupos de estudo ou monitores de nível mais elevado de escolaridade.

Art. 103 - A equipe pedagógica organizará as ações da Intervenção Pedagógica e procederá ao acompanhamento e à avaliação.

Art. 104 - A família será comunicada desta ação, participará de reuniões, acompanhará a execução e será informada dos resultados apresentados.

Art. 105 - Os resultados obtidos após as ações da Intervenção Pedagógica previstas nas diferentes oportunidades de aprendizagem deverão prevalecer sobre os registros anteriores.

Art. 106 - A escola elaborará o Plano de Intervenção Pedagógico de acordo com as orientações da SEE/MG referentes ao ano escolar vigente.

CAPÍTULO VII
DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES
SEÇÃO I
DA CAIXA ESCOLAR

Art. 107 - Esta escola manterá uma Caixa Escolar regida por regulamento próprio, cujo funcionamento se dará em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 108 - Recursos financeiros da Caixa Escolar:

I. subvenções e auxílios repassados pela União, Estado, Município, por particulares e entidades públicas ou privadas, associações de classe e outras;

II. receita oriunda de eventos e promoções legalmente permitidas;

III. contribuições voluntárias dos estudantes, pais ou responsáveis ou da comunidade.

Art. 109 - A Caixa Escolar tem como finalidade:

I. gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que todos eles sejam revertidos em benefício do estudante;

II. promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino;

III. colaborar na execução de uma política de concepção desta escola, essencialmente democrática, como agente de mudanças, que busca melhoria contínua em todas as dimensões;

IV. contribuir para o funcionamento eficiente e criativo desta escola, vinculados a Caixa Escolar por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Art. 110 - São órgãos administrativos e deliberativos da Caixa Escolar:

I. Assembleia Geral;

II. Diretoria;

III. Conselho Fiscal.

Art. 111 - A Assembleia Geral, órgão superior de deliberação, é constituída pela totalidade dos associados efetivos, em pleno gozo de seus direitos.

Art. 112 - A Diretoria da Caixa Escolar será constituída de presidente, secretário, tesoureiro e respectivos suplentes qualificados na Ata da Assembleia Geral.

Art. 113 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, maiores de idade, nos termos da legislação pertinente, escolhidos pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 114 - É vedado à Caixa Escolar:

I. adquirir gêneros alimentícios não previstos nas preparações dos cardápios elaborados pela equipe de nutricionistas da SEE-MG;

II. realizar despesa em data anterior ao recebimento do recurso, crédito na conta do projeto, e posterior à vigência do termo de compromisso.

III. movimentação financeira para quitação de despesa anterior à emissão de documentos fiscais;

IV. contratação de seguro;

V. adquirir combustíveis ou lubrificantes, exceto para máquinas e equipamentos;

VI. efetuar pagamento em espécie com recursos transferidos pela SEE-MG, excetuando os recursos de pronto pagamento, conforme previsto no art. 18;

VII. alterar a planilha de serviços de construção de obras, ampliação ou reforma sem a autorização prévia da SEE-MG;

VIII. utilizar os recursos em desacordo com o objeto descrito no plano de trabalho;

IX. adquirir materiais escolares que caracterizem assistência ao educando;

X. a comercialização de lanches e bebidas contendo os produtos e/ou preparações, industrializados ou não, que contenham altos teores de calorias, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre, sal, teor alcoólico e baixo teor nutricional;

XI. manter em arquivo cheques em branco assinados pelo tesoureiro e/ou Presidente da Caixa Escolar para cobrir despesas futuras;

XII. obter recursos por meio de comercialização nas dependências da escola, exceto nas festividades previstas no calendário escolar, aprovado pela SEE-MG, vinculadas ao projeto político-pedagógico da unidade de ensino.

XIII. obter recursos por meio de locação de espaço físico/infraestrutura da unidade escolar;

XIV. ressarcimento de despesas excedentes ao valor do regime especial de adiantamento em aberto.

XV. realização de despesas em regime de adiantamento, no caso de despesas que deveriam se submeter ao processo usual, previsto nesta Resolução.

XVI. executar qualquer construção, ampliação, reforma ou mudança no prédio da Escola, sem aprovação prévia do Projeto Básico ou planilha pela Secretaria de Estado de Educação;

XVII. alugar dependências físicas, móveis e equipamentos da Escola;

XVIII. conceder empréstimos ou dar garantias de aval, fiança ou caução, sob qualquer forma;

XIX. adquirir veículos;

XX. empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza em desacordo com os programas ou projetos a que se destinam;

XXI. complementar vencimentos ou salários dos servidores;

XXII. contratar pessoal para a realização de serviços inerentes às atribuições da escola e serviços de natureza contínua.

XXIII. Contratar seguro, excetuados os casos específicos.

Parágrafo único - Não se inclui nas proibições a que se refere o artigo acima, a contratação eventual de serviços temporários que não caracterizam vínculo empregatício, para execução de projetos ou atividades específicas.

Art. 115 - Em datas excepcionais de festas comemorativas ou promovidas pela escola, como páscoa, dia das crianças, festa junina e outras, não se aplicam as vedações previstas na

legislação, podendo a escola fornecer ou permitir a venda de lanches e bebidas que não contenham álcool, observando a legislação em vigor

Art. 116 - Esta escola contará com um mural de uso e comunicação específica, para apresentar à Comunidade Escolar o balancete mensal da Caixa Escolar, aquisições e outras demandas que comprovem a transparência da gestão escolar;

Art. 117 - A Caixa Escolar será regida por estatuto próprio, em conformidade com a Legislação Vigente.

SEÇÃO II
DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Art. 118 - O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais.

Art. 119 - O grêmio tem como objetivo:

I. congregar e representar os estudantes da escola;

II. defender seus direitos e interesses;

III. cooperar para melhorar a escola e a qualidade do ensino;

IV. incentivar e promover atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais;

V. realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional.

Art. 120 - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim.

Art. 121 - A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

SEÇÃO III
DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS

Art. 122 - Poderá ser organizada associação de pais e mestres com o objetivo de promover a participação da família na tarefa da educação e da assistência educacional aos filhos.

Parágrafo único - A associação de pais reger-se-á por estatuto próprio.

CAPÍTULO VIII
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
SEÇÃO I
DO COLEGIADO ESCOLAR

2 **Art. 123** - O Colegiado Escolar desta Escola, terá como objetivo a participação de professores, servidores, estudantes e família na gestão escolar e no fortalecimento da autonomia da escola.

Art. 124 - O Colegiado Escolar é órgão representativo da Comunidade Escolar com função deliberativa e consultiva:

I. As funções de caráter deliberativas compreendem as decisões relativas às normas previstas neste regimento, aos processos educativos, às diretrizes pedagógicas, à gestão de pessoas, administrativas e financeiras, previstas no Projeto Pedagógico da Escola e no Plano de Gestão;

II. As funções de caráter consultivo referem-se à análise de questões de interesse da escola, propostas pelos diversos segmentos da comunidade escolar, e à apresentação de sugestões para a solução das referidas questões.

Art. 125 - A composição, competência e funcionamento do Colegiado serão regulamentados em legislação própria da Secretaria de Estado de Educação.

SEÇÃO II
DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 126 - O conselho de classe é uma instância colegiada, responsável por favorecer a articulação entre professores, realizar a análise das metodologias utilizadas, estabelecer a

relação dos diversos pontos de vistas e as intervenções necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem.

Art. 127 - O Conselho de Classe é um Órgão Colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva no processo ensino-aprendizagem. Compete-lhe servir de fórum de discussão para definir sobre:

I. objetivos a serem alcançados em cada componente curricular por ano, de forma bimestral;

II. metodologias e estratégias de ensino;

III. critérios para seleção dos conteúdos curriculares;

IV. projetos coletivos de ensino e atividades;

V. formas de acompanhamento dos estudantes durante o período letivo;

VI. critérios para apreciação do desempenho do estudante para o acompanhamento no decorrer do ano e para informações aos pais ou responsáveis;

VII. proposta curricular diversificada e inovadora;

VIII. adaptação curricular para os estudantes com necessidades e especificidades educacionais, inclusive as necessidades especiais.

Parágrafo Único - O Conselho de Classe é uma reunião colegiada de reflexão, discussão, decisão, ação e revisão da prática educativa.

Art. 128 - O Conselho de Classe será constituído por todos os professores das turmas, especialista em educação e pelo diretor ou outro profissional por ele indicado, que coordenará o Conselho.

Art. 129 - Sempre que for necessário, o Conselho de Classe poderá convidar estudantes e pais para participar de suas reuniões.

Art. 130 - A Escola promoverá um mínimo de 04 (quatro) reuniões do Conselho de Classe ao longo do ano letivo, conforme registro no Calendário Escolar ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário.

Parágrafo único - As ações do Conselho de Classe apresentadas no pós-conselho podem ser discutidas nas reuniões pedagógicas.

Art. 131 - O conselho de classe terá sua composição e organização regulamentadas por documento específico.

TÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA
CAPÍTULO I
DA CONTRIBUIÇÃO ESCOLAR

Art. 132 - É vedada a esta escola e à sua Caixa Escolar, cobrar do estudante mensalidade, contribuição regular ou taxas de qualquer natureza.

§1º - Contribuições voluntárias oferecidas pelos pais ou responsáveis ou parcerias podem ser aceitas devendo ser contabilizadas e incorporadas aos recursos da caixa escolar.

§2º - A eventual colaboração financeira dos pais dos estudantes à escola, preferencialmente não deve coincidir com o período de matrículas.

§3º - As doações deverão ser amplamente divulgadas no âmbito da escola e no caso de valores, definida a sua destinação, sempre ouvidos o colegiado e a comunidade escolar.

§4º - É expressamente vedada a cobrança de taxa para emissão de documento escolar, como: declaração de transferência, certificado e diploma.

Art. 133 - Serão afixados nesta escola, em local visível, cartazes com os seguintes dizeres: "Este é um estabelecimento de ensino público e gratuito e não é permitida a cobrança de taxa de matrícula, mensalidade nem taxa pela emissão de documento escolar".

TÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

Art. 134 - A Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I. a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de

duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Art. 135 - A Educação Básica nos níveis Fundamental e Médio será distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e uma carga mínima de 800 horária obrigatória.

Parágrafo único - Para a educação de jovens e adultos, na etapa do ensino fundamental e ensino médio, serão garantidos o mínimo de 100 dias letivos e a carga horária mínima de 400 horas semestrais.

Art. 136 - Respeitados os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no ensino fundamental e médio, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias.

Art. 137 - Poderá ser organizado horário escolar, com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular, para melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem.

Art. 138 - A organização das turmas fundamentar-se-á em critérios que garantam o atendimento aos estudantes no processo de aprendizagem, resguardadas as determinações legais.

SEÇÃO I
DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 139 - O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

Art. 140 - Serão garantidos carga horária obrigatória de:

I. 800 horas para o ensino fundamental anos iniciais;

II. 833 horas e 20 minutos para o ensino fundamental anos finais;

Art. 141 - O ensino fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com a formação integral dos estudantes, oferecendo uma educação com equidade e qualidade.

Art. 142 - O ensino fundamental, definido como anos iniciais e anos finais, deve promover um trabalho educativo inclusivo e equitativo que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais; atenda às diferenças e necessidades específicas de cada um,

favorecendo, assim, uma cultura escolar respeitosa à diversidade de indivíduos e garantidora do direito a uma educação de qualidade.

Art. 143 - Os anos iniciais do ensino fundamental são organizados por dois ciclos contínuos de aprendizagem.

§1° - O ciclo da alfabetização, formado pelo 1° e 2° ano, tem o foco no processo de alfabetização para garantir aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita, permitindo, assim, seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos, bem como o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções e o significado e uso das quatro operações matemáticas.

§2° - Ciclo complementar, formado pelo 3°, 4° e 5° ano, tem o objetivo de consolidar aprendizagens anteriores e ampliar as práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, ampliando a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, possibilitando ao estudante lidar com sistemas mais amplos que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

Art. 144 - O ensino, nos anos iniciais do ensino fundamental, deve estar articulado com as experiências vividas na educação infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos

Art. 145 - A escola deve, ao longo de cada ano dos ciclos - alfabetização e complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos estudantes, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos estudantes.

Art. 146 - A transição dos estudantes do ciclo complementar dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental deverá garantir a articulação sequencial necessária, em face das demandas diversificadas exigidas dos estudantes, pelos diferentes professores, em contraponto à uni docência dos anos iniciais.

Art. 147 - Os anos finais do ensino fundamental oferecido nesta escola compreendem os 6º, 7º, 8º e 9º anos.

Art. 148 - Os anos finais do ensino fundamental compreendem os 6º, 7º, 8º e 9º anos e têm como objetivo retomar e aprofundar conhecimentos de as aprendizagens do ensino fundamental – anos iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes e fortalecendo a sua autonomia, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

SEÇÃO II
DO ENSINO MÉDIO

Art. 149 - O ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional, será orientado pelos seguintes princípios específicos:

I. formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

II. projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;

III. pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;

IV. respeito aos direitos humanos como direito universal;

V. compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;

VI. sustentabilidade ambiental;

VII. diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;

VIII. indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;

IX. indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Art. 150 - O Ensino Médio, caracterizado como última etapa da Educação Básica, objetiva o atendimento das juventudes com diversas experiências escolares, de diferentes contextos sociais, familiares e culturais, com distintos interesses, aspirações e perspectivas presentes e futuras, moldadas pelas tecnologias e suas múltiplas dimensões e especificidades.

Art. 151 - O ensino médio, etapa final da educação básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, mediante diferentes formas de oferta e organização.

§1º - Organiza-se em tempos escolares no formato anual e semestral.

§2º - O ensino médio no formato anual tem duração mínima de 3 (três) anos.

§3º - O ensino médio no formato semestral tem duração mínima de três períodos letivos.

Art. 152 - O ensino médio terá, a duração mínima de 3 (três) anos com carga horária total de 3.000 (três mil) horas, sendo:

I. 1000 horas para o ensino médio observada a expansão para a implementação dos novos currículos no 1º, 2º e 3º ano/série do Ensino Médio;

II. carga horária mínima anual será ampliada, de forma progressiva para 1400 (mil e quatrocentos) horas de acordo com o previsto na legislação em vigor.

Parágrafo único - Na integração curricular do Ensino Médio, devem ser garantidas 1.800 (mil e oitocentas) horas para a Formação Geral Básica, orientada pela Base Nacional Comum Curricular e, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas para os itinerários.

Art. 153 - O Ensino Médio Diurno terá carga horária diária de 6 (seis) módulos-aula de 50 (cinquenta) minutos, totalizando 30 (trinta) módulos-aula semanais e seguirá a matriz curricular, conforme legislação vigente.

Parágrafo Único - Em situações excepcionais, autorizadas pela Secretaria de Estado de Educação, a carga horária correspondente ao 6° horário diário poderá ser cumprida em um único dia da semana no contraturno, em 5 (cinco) módulos aula de 50 (cinquenta) minutos, para as escolas que atendam modalidades especiais e atendimento específicos.

Art. 154 - O Ensino Médio Noturno terá carga horária diária de 4 (quatro) módulos-aula de 50 (cinquenta) minutos, tendo em um dia da semana a oferta de 5 (cinco) módulos-aula de 50 (minutos), conforme legislação específica.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 155 - A carga horária diária da Educação de Jovens e Adultos será de 4 (quatro) módulos-aula de 50 (cinquenta) minutos, distribuída em 20 (vinte) semanas letivas e 100 (cem) dias letivos semestrais.

Art. 156 - A educação de jovens e adultos será oferecida por meio de curso presencial;

Art. 157 - A oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA será organizada da seguinte forma:

I. Educação de Jovens e Adultos -EJA Anos Finais: 04 períodos semestrais com carga horária de 400:00 (quatrocentas horas);

II. Educação de Jovens e Adultos -EJA Ensino Médio: 03 períodos semestrais com carga horária total de 1.200 (um mil e duzentas) horas sendo 960 (novecentos e sessenta) horas, destinadas à Formação Geral Básica e no mínimo de 240 (duzentos e quarenta) horas destinados ao Itinerário Formativo escolhido pelo estudante.

Art. 158 - As turmas que funcionam no sistema prisional seguirão as matrizes da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

SEÇÃO II
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 159 - A educação especial nesta escola ocorrerá transversalmente em todos os níveis, anos de escolaridade, modalidades de ensino, oferecida aos estudantes com Deficiência, TEA - Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação, viabilizando as condições de acesso, percurso, permanência com qualidade e conclusão das etapas de ensino e aprendizagem, garantindo o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

Art. 160 - Considera-se público-alvo da educação especial estudantes com:

I. deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II. transtornos do espectro autista aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III. altas habilidades e superdotação. aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Art. 161 - A Educação Especial inclusiva deve garantir o direito de:

I. acesso ao conhecimento, desde o início de sua vida escolar, sem nenhuma forma de negligência, segregação, violência e discriminação;

II. à educação de qualidade, igualitária, equitativa, inclusiva e centrada no respeito e na valorização à diversidade humana;

III. acesso, permanência e percurso com qualidade de ensino e aprendizagem, bem como a continuidade e conclusão nos níveis mais elevados de ensino;

IV. atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e recursos de acessibilidade a fim de garantir o acesso ao currículo em condições de igualdade com os demais estudantes.

Art. 162 - Para a oferta da educação especial, compete a esta escola:

I. garantir a diversidade e oportunidades, privilegiando a colaboração e a cooperação de todos os estudantes na sala de aula;

II. elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI com a participação de todos os atores envolvidos no processo de escolarização dos estudantes, articulado com o Especialista da Educação Básica e com o Professor de Atendimento Educacional Especializado;

III. Utilizar a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Referência de Minas Gerais

e quando necessário adequar currículos, métodos, técnicas, recursos avaliativos e organização específicos para atender as necessidades dos estudantes;

IV. identificar e elaborar recursos pedagógicos, produzir e organizar serviços de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes;

V. elaborar e executar o Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

VI. organizar e definir o tipo e a frequência de atendimentos, acompanhando sua funcionalidade nas salas de aula e nas salas de recurso multifuncional;

VII. estabelecer parcerias com entidades afins para a elaboração de estratégias e disponibilização de recursos de acessibilidade;

VIII. garantir uma reunião semestral com os responsáveis pelos estudantes públicos da educação especial com a finalidade de apresentar os direitos e recursos pedagógicos que são disponibilizados aos mesmos;

IX. garantir o direito da família ter acesso ao Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, sempre que solicitado;

X. capacitar professores e orientar famílias sobre a utilização de recursos pedagógicos e de acessibilidade;

XI. orientar o uso de recursos de Tecnologias Assistivas como tecnologias da informação e comunicação, comunicação alternativa e aumentativa, informática acessível, soroban, recursos ópticos e não ópticos, softwares específicos, códigos e linguagens, sistema Braille, atividades de orientação e mobilidade, utilizando-os de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia, atividade e participação;

XII. estabelecer articulação entre os professores do ensino regular e do ensino especial visando a gestão eficiente e eficaz do processo pedagógico.

Parágrafo único - Esta instituição procederá a avaliação inicial e continuada dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA e Altas Habilidades/ Superdotação com a colaboração dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado - AEE e da família, de forma a orientar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI,

contendo as ações a serem desenvolvidas durante todo processo escolar.

Art. 163 - É direito do estudante com deficiência ter seu percurso escolar respeitado como todo estudante, sem retrocessos nos anos de escolaridade e níveis de ensino, garantindo a continuidade de estudos e conclusão.

Art. 164 - O Plano de Desenvolvimento Individual -PDI é documento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do estudante público da educação especial.

§1º - O Plano de Desenvolvimento Individual - PDI deve ser construído por todos os atores envolvidos no processo de escolarização do estudante, sendo o Especialista da Educação Básica o profissional responsável por articular e garantir a sua construção. Na ausência desse profissional na escola o gestor escolar deve indicar o professor responsável por essa articulação.

§2º - O Plano de Desenvolvimento Individual - PDI deve ser construído com base no histórico de vida do estudante, avaliação diagnóstica pedagógica, planejamento, acompanhamento e avaliação final.

§3º - O Plano de Desenvolvimento Individual- PDI deverá acompanhar o estudante nos casos de transferência, a fim de subsidiar a continuidade dos trabalhos pedagógicos na escola que receberá sua matrícula.

Art. 165 - É direito do estudante público da educação especial desta escola a flexibilização no tempo de estudo em até 50%, obedecendo-se aos seguintes critérios:

I. nos anos iniciais do Ensino Fundamental, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano no 2° ano e 1 ano no 5° ano;

II. nos anos finais do Ensino Fundamental, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano no 7° ano e 1 ano no 9° ano;

III. no Ensino Médio, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano no 2° ano e 1 ano no 3° ano.

§1º - No caso dos estudantes com deficiência matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, poderá ser flexibilizado até 50% do tempo de estudo de acordo com a necessidade pedagógica.

§2º – A flexibilização de tempo para o percurso escolar será comprovada por avaliação pedagógica e prevista na proposta político-pedagógica da escola.

Art. 166 - O estudante surdo e deficiente auditivo fará jus à oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como primeira língua e na modalidade escrita em Língua Portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

Art. 167 - O estudante que possui altas habilidades/superdotação fará jus a Atendimento Educacional Especializado - AEE - sala de recursos- organizado para favorecer o aprofundamento e o enriquecimento das atividades curriculares, de conformidade com a sua capacidade cognitiva, visando ao seu desenvolvimento global.

Parágrafo único - Para os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação é garantida a possibilidade de avanço/aceleração.

SEÇÃO II - A

DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Art. 168 - O Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 169 - O Atendimento Educacional Especializado - AEE consiste na utilização de métodos, técnicas, recursos e procedimentos didáticos desenvolvidos nas diferentes modalidades, anos de escolaridade e níveis de ensino para complementar ou suplementar a formação dos estudantes da educação especial garantindo o acesso ao currículo e qualidade no processo de ensino aprendizagem.

Art. 170 - São objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE):

I. promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II. garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III. fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as

barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV. assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, anos de escolaridade e modalidades de ensino;

V. construir recursos de acessibilidades educacionais.

Art. 171 - O Atendimento Educacional Especializado consiste em:

I. Sala de Recursos;

II. Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas -ACLTA;

III. Intérprete Educacional, sendo o professor na função de Tradutor e Intérprete de Libras;

IV. Guia-Intérprete.

Art. 172 - O AEE - Sala de Recurso será realizado no turno inverso ao da escolarização do aluno, ofertado exclusivamente para estudantes públicos da educação especial, matriculados nesta escola em quaisquer níveis de ensino, não sendo substitutivo às classes do ensino regular.

Art. 173 - A finalidade do Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recurso é o desenvolvimento da cognição e metacognição, atividades de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologias assistivas para estudante público da educação especial.

Art. 174 - A oferta da sala de recurso prevê na sua organização:

I. espaço físico;

II. mobiliário;

III. materiais didáticos;

IV. recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

V. matrícula no Atendimento Educacional Especializado - AEE de estudantes do ensino regular da própria escola ou de outra escola;

VI. cronograma de atendimento aos estudantes;

VII. plano de Atendimento Educacional Especializado - AEE, contendo a identificação das necessidades educacionais específicas dos educandos, através do Plano de Desenvolvimento Individual- PDI, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, acompanhadas do registro permanente do processo de atendimento do estudante, através do relatório circunstanciado;

VIII. professores para o exercício da docência em Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 175 - A matrícula em sala de recursos será ofertada, prioritariamente, na própria escola ou em outra escola de ensino comum, observando-se o acesso e conveniência pedagógica para o estudante.

Art. 176 - Poderão ser matriculados de 8 (oito) a 20 (vinte) estudantes a cada turma autorizada pela Superintendência Regional de Ensino, após comprovação da demanda e espaço físico.

Art. 177 - O atendimento na Sala de Recurso poderá ser individual ou em pequenos grupos, com duração mínima de 50 minutos, frequência determinada pelo professor de sala de recurso, articulado com o planejamento pedagógico do professor regente do estudante.

Art. 178 - É de competência dos professores que atuam nas salas de recursos a elaboração e execução do Plano de Atendimento Educacional Especializado -PAEE que identifique as necessidades educacionais do estudante e que define os recursos a serem utilizados, as atividades a serem desenvolvidas e o cronograma de atendimento.

Art. 179 - São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado - sala de recurso:

I. identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II. elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III. organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV. acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V. estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI. orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII. ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII. estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 180 - O Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas - ACLTA tem a função de apoiar o processo pedagógico de escolarização do estudante com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla ou Transtorno do Espectro Autista -TEA matriculado.

Art. 181 - Poderá ser autorizado 1 Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas -ACLTA para até 3 estudantes matriculados no mesmo ano de escolaridade e frequentes na mesma turma.

§1º - Nos casos em que houver na escola apenas uma turma para o ano de escolaridade, o Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas poderá atender mais de três estudantes.

§2º - É vedada a coexistência de mais de um Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas em uma mesma turma.

Art. 182 - A autorização do Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas - ACLTA se justifica quando o estudante apresentar necessidades de suporte na comunicação alternativa, aumentativa ou no uso de recursos de tecnologias assistivas.

Art. 183 - São atribuições do Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas:

I. atuar de forma colaborativa com os professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;

II. adaptar/flexibilizar material pedagógico relativo ao conteúdo estudado em sala de aula (atividades, exercícios, provas, avaliações, jogos, livros de histórias, dentre outros) com o uso de material concreto, figuras e simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e ampliação de vocabulário de símbolos gráficos;

III. preparar material específico para uso dos alunos na sala de aula;

IV. desenvolver formas de comunicação simbólica, estimulando o aprendizado da linguagem expressiva; e. prover recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa;

V. garantir a utilização de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicação e outros), que atendam à necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar;

VI. identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos alunos de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível;

VII. ampliar o repertório comunicativo do aluno por meio das atividades curriculares e de vida diária;

VIII. orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos na sala de aula;

IX. promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;

X. orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;

XI. indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade.

Art. 184 - O intérprete educacional é aquele que ocupa o cargo de professor na função de Tradutor e Intérprete de Libras na escola comum e tem a função de mediar a comunicação entre os usuários de Língua de Sinais e os de Língua Oral no contexto escolar, traduzindo/interpretando as aulas, com o objetivo de assegurar o acesso dos surdos à educação.

Art. 185 - Poderá ser autorizado 1 profissional para acompanhar até 15 estudantes surdos matriculados no mesmo ano de escolaridade e frequentes na mesma turma.

Art. 186 - O Tradutor e Intérprete de Libras trabalhará em conjunto com os regentes de turma e de aula no planejamento de suas aulas, orientando-os quanto às especificidades da Libras e do Português como segunda língua na modalidade escrita.

Art. 187 - São atribuições do Professor Intérprete de Libras:

I. ser fiel à interpretação, não omitindo nenhuma fala do diálogo estabelecido entre o ouvinte e o aluno surdo;

II. redirecionar ao professor regente os questionamentos, dúvidas, sugestões e observações dos alunos a respeito das aulas, pois aquele é a referência no processo de ensino-aprendizagem;

III. estimular a relação direta entre alunos surdos e professor regente, ou entre alunos surdos e outros participantes da comunidade escolar, nunca respondendo por nenhuma das partes;

IV. esclarecer e apoiar o professor regente no que diz respeito à escrita dos surdos, acompanhando o professor, caso necessário, e mediante solicitação, na correção das avaliações e na leitura dos textos dos alunos;

V. esclarecer aos alunos somente as questões pertinentes à língua e ao processo interpretativo, salvo em casos extraordinários em que a instituição o incumbir de algum aviso específico aos surdos;

VI. buscar, quando necessário, o auxílio do professor regente, antes, durante e após as aulas, com o objetivo de garantir a qualidade de sua atuação, bem como a qualidade do acesso dos surdos à educação;

VII. traduzir todas as questões da avaliação – do Português escrito para a Língua de Sinais – sem acréscimo de esclarecimentos, adendos, exemplificações ou demais auxílios, pois esses, quando necessários, dizem respeito somente ao professor;

VIII. auxiliar os alunos, durante a avaliação, no que se refere, exclusivamente, à Língua Portuguesa: significado, estrutura, léxico, contexto;

IX. oferecer ao professor regente, quando esse solicitar, informações do processo de ensino-aprendizagem decorrente de sua intermediação interpretativa sem, contudo, assumir qualquer tipo de tutoria dos alunos;

X. informar ao professor regente as particularidades dos surdos, com ele reconsiderando, sempre que necessário, a adequação da forma de exposição dos conteúdos a tais especificidades, com o intuito de garantir a qualidade do acesso dos surdos a esses conteúdos escolares;

XI. estar presente às reuniões pedagógicas e administrativas, limitando sua participação aos seus interesses profissionais, às questões de comunicação e acessibilidade dos surdos, bem como àqueles que se referem à sua função interpretativa e educativa;

XII. reunir-se com um representante da instituição escolar e com os demais intérpretes, sempre que surgir uma questão inusitada e complexa relacionada à sua atuação profissional e ética, para discuti-la e, só então, emitir um posicionamento.

SEÇÃO V

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Art. 188 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio abrange:

I. habilitação profissional técnica, relacionada ao curso técnico;

II. qualificação profissional técnica, como etapa com terminalidade de curso técnico;

§1º - Os cursos técnicos devem desenvolver competências profissionais, de nível tático e específico, relacionadas às áreas tecnológicas identificadas nos respectivos eixos tecnológicos.

§2°- Os cursos de Qualificação Profissional Técnica, como parte integrante do Itinerário da Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio, serão ofertados por meio de um ou mais cursos de Qualificação Profissional, nos termos das DCNEM, desde que articulados entre si e que compreendam saídas intermediárias, reconhecidas pelo mercado de trabalho.

Art. 189 - Os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante, concomitante intercomplementar e subsequente ao ensino médio, assim caracterizadas:

I. integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da educação básica;

II. concomitante, ofertada a quem ingressa no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em uma mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;

III. concomitante intercomplementar, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, realizado pela SEE, para a execução de projeto pedagógico unificado; e

IV. subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único - A habilitação profissional técnica, como uma das possibilidades de composição do Itinerário da Formação Técnica e Profissional no Ensino Médio, pode ser desenvolvida nas formas previstas nos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 190 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem como objetivo:

I. propiciar, ao estudante, oportunidades para apropriação de conhecimentos, de habilidades e de competências técnicas necessárias ao exercício profissional;

II. aproximar a formação de jovens e de adultos com os setores econômico, social, político e cultural;

III. democratizar o acesso a cursos técnicos de Nível Médio, públicos e gratuitos, de jovens e de adultos;

IV. promover a transição entre o Ensino Médio e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos para o exercício de atividades produtivas;

V. garantir a qualificação, a profissionalização e a atualização dos jovens e dos adultos, visando à formação não somente para atividades produtivas mas, também, para as relações interpessoais, existentes no mercado de trabalho;

VI. proporcionar oportunidades para que o jovem e o adulto se percebam integrantes, corresponsáveis e agentes transformadores;

VII. contribuir para o desenvolvimento de competências básicas, específicas e de gestão, que permitam, aos jovens e aos adultos, atuarem de maneira crítica, criativa, consciente e participativa na sociedade, exercendo um papel de agente de mudança.

Art. 191 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em suas formas de oferta,nos termos da Lei, inclusive nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação a Distância, baseia-se nos seguintes pressupostos:

I. formação integral do estudante;

II. trabalho como princípio educativo;

III. indissociabilidade entre formação geral e educação profissional; IV- indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

IV. integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular;

V. integração de conhecimentos gerais e profissionais, realizada na perspectiva da interdisciplinaridade, tendo a pesquisa como princípio pedagógico;

VI. indissociabilidade entre teoria (saber) e prática (fazer) no processo de ensino-aprendizagem;

VII. inclusão educacional e acessibilidade como base para acesso ao currículo.

Art. 192 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio poderá ser oferecida por meio de parcerias, de projetos e de programas ofertados por instituições governamentais e não governamentais, para formação inicial e continuada ou para qualificação profissional dos jovens e dos adultos.

Art. 193 - Os cursos de Educação Profissional Técnica, oferecidos de forma concomitante e/ou subsequente serão organizados em módulos, com carga horária mínima conforme legislação específica e de acordo com os documentos curriculares disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG, respeitadas as características locais dos territórios e suas comunidades, e cumprirão as seguintes diretrizes:

I. oportunizar a formação de jovens e adultos, facilitando sua relação com os contextos socioprodutivos, político e cultural.

II. ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos.

III. promover a aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, formando jovens e adultos com conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que corroborem para o exercício ético e responsável de atividades produtivas.

IV. qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos, visando o acesso e permanência em atividades produtivas com geração de renda, de modo empreendedor, autônomo e/ou como recursos humanos vinculados às diversas organizações do setor produtivo.

Art. 194 - São considerados público dos cursos técnicos profissionais de nível médio:

I. estudantes do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública;

II. estudantes do ensino médio da rede pública de ensino que estejam cursando estas modalidades (Ensino Médio e o Educação Profissional) na mesma escola ou escolas distintas;

III. jovens e adultos que já concluíram o Ensino Médio em qualquer rede de ensino.

Art. 195 - Os Cursos Técnicos e as Qualificações Profissionais Técnicas, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com esse Concomitante, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, garantindo-

se carga horária de 1.800 (mil e oitocentas) horas destinada à BNCC, nos termos das DCNEM.

Art. 196 - Os Cursos Técnicos e as Qualificações Profissionais Técnicas, na forma Articulada Integrada com o Ensino Médio, na modalidade EJA, devem assegurar o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à BNCC.

§1º - Os Cursos Técnicos, nas formas Subsequente e Concomitante, devem respeitar as cargas horárias mínimas correspondentes às habilitações profissionais.

§2º - A carga horária mínima para cada etapa com terminalidade de Qualificação Profissional Técnica, prevista em itinerário formativo de curso, é de 20% (vinte por cento) da duração mínima indicada para a habilitação profissional.

§3º - A carga horária mínima para a Especialização Profissional Técnica, prevista em um itinerário formativo de curso técnico, é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional, prevista no CNCT ou em instrumento correspondente que o venha substituir

Art. 197 - O currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio será estruturado em componentes curriculares agrupados em Módulos, de acordo com cada Plano Curricular.

Art. 198 - A estruturação modular garantirá a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho competente da ocupação.

Art. 199 - Os módulos constituem unidades pedagógicas autônomas e completas em si mesmas, são compostas de componentes curriculares estabelecidos de acordo com o perfil profissional de competências e habilidades, e que, no seu conjunto, levam a habilitação profissional em nível técnico, observando as orientações do catálogo nacional de cursos técnicos (CNCT) e dispostas em norma específica.

Art. 200 - As práticas profissionais de formação pedagógica ou técnica constituem-se momentos de situar o estudante em seu fazer profissional, promovendo a problematização da rotina, bem como a criação de novas possibilidades de práticas educativas, articuladas com os estudos dos componentes curriculares ofertados pelos cursos.

§1º - As práticas profissionais devem ser planejadas, pelo estudante, conjuntamente com o professor e/ou o instrutor responsável pela sua supervisão e pela sua avaliação.

§2º - A prática profissional supervisionada compreende diferentes situações de vivência profissional, de aprendizagem e de trabalho, como: experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, sobre projetos de pesquisa ou de intervenção, sobre visitas técnicas, sobre simulações e sobre observações.

§3º - A atividade de prática profissional supervisionada pode ser desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, em laboratórios ou em salas ambientes na própria instituição educacional ou em instituições parceiras.

Art. 201 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio em sua organização curricular contemplará estágio supervisionado somente nos cursos técnicos que compõem o Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

Parágrafo único - O estágio profissional supervisionado, quando previsto pela instituição educacional em função do perfil de formação ou exigido pela natureza da ocupação, deve ser incluído no Plano de Curso.

CAPÍTULO VI
DA ESTRATÉGIA DE CORREÇÃO DE FLUXO

Art. 202 - As turmas de Correção de Fluxo destinadas aos estudantes com pelo menos dois anos de distorção idade/ano de escolaridade.

§1º - A correção de fluxo nos anos iniciais do Ensino Fundamental terá duração de um ano, com carga horária de 800:00 (oitocentas horas), distribuídas em 40 semanas letivas.

§2º - A carga horária diária será de quatro módulos-aula de 60 minutos.

§3º - O professor regente de turma será responsável por ministrar todos os componentes curriculares.

Art. 203- A correção de fluxo nos anos finais do Ensino Fundamental será organizada em dois períodos anuais com carga horária de 833:20 (oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos), distribuídas em 40 semanas letivas anuais.

§1º - A carga horária diária será de cinco módulos-aula de 50 minutos.

§2º - Os professores regentes de aula ministrarão seus respectivos componentes curriculares.

§3º - O 1º período corresponderá ao 6º e 7º anos e o 2º período corresponderá ao 8º e 9º anos.

Art. 204 - A Correção de Fluxo no Ensino Médio será organizada em três períodos semestrais com carga horária de 600 (seiscentas horas) cada, distribuídas em 20 semanas letivas semestrais.

§1º - A carga horária diária será de seis (6) módulos-aula de 50 minutos, totalizando 30 (trinta) módulos-aula semanais.

§2º - Os professores regentes de aula ministrarão seus respectivos componentes curriculares.

TÍTULO VIII
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 205 - O currículo desta escola será constituído a partir das experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos. pautados no Currículo Referência de Minas Gerais- CRMG.

§1º - O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os estudantes.

§2º - As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar:

I. aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes;

II. Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio e pelas vivências proporcionadas pela escola.

§3º - Os conhecimentos escolares são aqueles que as diferentes instâncias produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de

que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do estudante.

Art. 206 - O Currículo Referência de Minas Gerais é um contemplador da educação como compromisso com o desenvolvimento das crianças, das juventudes, dos adultos e dos idosos, colocando-os no centro do processo de ensino e da aprendizagem, a partir de uma visão integral e que dialoga com os as múltiplas necessidades de formação dos estudantes para além dos conteúdos escolares.

Art. 207 - O Currículo Referência tem caráter normativo, estabelece a organização curricular, assegura a formação humana integral e prevê os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, ao longo de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Art. 208 - Os direitos e os objetivos de aprendizagem estão definidos no Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG como conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores, que contribuem para a formação integral dos estudantes, para que eles se mobilizem, se articulem e se integrem de forma a intervir, proativamente, nas demandas complexas da vida cotidiana, do território, do mundo do trabalho, exercendo, plenamente, sua cidadania.

Art. 209 - Esta escola adotará, como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I. Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II. Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os estudantes que apresentam diferentes necessidades;

III. Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Parágrafo único - Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

CAPÍTULO II
DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 210 - O currículo configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.

Art. 211 - O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

Art. 212 - Na organização curricular da educação básica, deve ser observado o conjunto de competências e habilidades estabelecidas no currículo referência de Minas Gerais a serem desenvolvidas e trabalhadas, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares da rede estadual de ensino.

Parágrafo único - Na perspectiva da formação integral dos estudantes para o desenvolvimento da cidadania, deverão ser incluídos, permeando todo o currículo, os temas Integradores.

Art. 213 - O Currículo referência de Minas Gerais - CREM caracteriza-se pela organização de percursos formativos articulados, que visam assegurar os direitos e os objetivos de aprendizagem, as competências e as habilidades, bem como o desenvolvimento humano e integral, dos estudantes dessa etapa da Educação Básica.

Art. 214 - O Currículo referência de Minas Gerais - CRMG aplica-se ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, alicerçado nos direitos e nos objetivos de aprendizagem e nas competências gerais a seguir, previstas nas legislações vigentes.

I. valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

II. exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

III. valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais e, também, participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;

IV. utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

V. compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significava, reflexiva e ética, nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

VI. valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

VII. argumentar, com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbitos local, regional e global, com posicionamento éco em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;

VIII. conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde sica e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;

IX. exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

X. agir pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Art. 215 - O Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG propõe uma educação de qualidade que garanta a isonomia e a equidade, nos preceitos estabelecidos no Plano Nacional de Educação - PNE, reconhecendo e valorizando os atores participantes do processo, bem como as múltiplas dimensões da formação humana.

Art. 216 - O Currículo Referência de Minas Gerais - CRMG está fundamentado nos seguintes eixos estruturadores:

I. Sujeitos e seus Tempos de Vivência;

II. Direito à Aprendizagem;

III. Currículo e Educação Integral;

IV. Escola Democrática e Participativa;

V. Equidade, Diversidade e Inclusão;

VI. Currículo e Formação Continuada dos profissionais da educação;

VII. Currículo e Avaliação das Aprendizagens.

Art. 217 - Os currículos do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§1º - Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§2º - O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica

§3º - A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I. que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II. maior de trinta anos de idade;

III. que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV. que tenha prole.

§4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§5º - No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa

§6º - A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 horas mensais.,

§7º - Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

Art. 218 - A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais

Art. 219 - Torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. no ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

§1º - O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e

dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§2º - Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

§3º - Os conteúdos de cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio atividades a que se refere o caput terão como objetivo promover a formação cidadã dos estudantes e prepará-los para atuar na construção de uma sociedade democrática, justa, solidária e sustentável.

§4º - A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, deverá ser trabalhada em todos os conteúdos, em todos os níveis e modalidades do ensino, considerando os aspectos físicos e biológicos, as formas de interação do homem com sua natureza, por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia.

§5º - Os Direitos das Crianças e Adolescentes será ministrado em todo o Currículo Escolar, de modo especial, nas áreas de Língua Portuguesa, História e Ensino Religioso, incluído na proposta pedagógica da Escola.

§6º - O Estudo das Drogas e Dependências Químicas deverá ser trabalhado em todos os conteúdos do currículo do ensino fundamental e médio.

§7º - A Educação Sexual deverá ser trabalhada em Ciências e Educação Física, proporcionando ao educando a ação crítica, reflexiva e educativa, enfocando não apenas o corpo biológico, mas também a dimensão da sexualidade e da saúde

§8º - O Estudo das Drogas e Dependências Químicas deverá ser trabalhado em todos os conteúdos do currículo do ensino fundamental e médio.

Art. 220 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I. a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II. consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III. orientação para o trabalho;

IV. promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 221 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III. adequação à natureza do trabalho na zona rural.

CAPÍTULO III
DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 222 - O currículo do Ensino Fundamental ministrado nesta escola está constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

§1º - O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

§2º - As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar: aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes.

§3º - Os conhecimentos escolares são aqueles que as diferentes instâncias que produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

Art. 223 - O Currículo Referência do Ensino Fundamental - CREF, prevê a progressão do conhecimento pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural dos estudantes, promovendo:

I. integração nos nove anos desta etapa da Educação Básica;

II. um trabalho educativo inclusivo e equitativo que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais;

III. um atendimento às diferenças e necessidades específicas de cada um, favorecendo, assim, uma cultura escolar respeitosa à diversidade de indivíduos e garantidora do direito a uma educação de qualidade.

Art. 224 - O CREF ressalta, nos Anos Iniciais, a necessária articulação com as experiências vividas na Educação Infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa e protagonista na construção de conhecimentos.

Art. 225 - Nos primeiros anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter, como foco, a alfabetização, a fim de garantir, aos estudantes, amplas oportunidades de apropriação do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita, assentindo, assim, seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos, bem como o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções e o significado e uso das quatro operações matemáticas.

Art. 226 - Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, é importante retomar e ressignificar as aprendizagens dos Anos Iniciais, no contexto dos Componentes Curriculares, visando superar as rupturas que ocorrem entre as fases dessa etapa e ampliar os repertórios dos estudantes.

Art. 227 - O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada.

Art. 228 - A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

§1º - A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

§2º - Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

§3º - Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e por esta escola, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Art. 229 - Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Art. 230 - O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Art. 231 - O CREF, em consonância com a BNCC, estrutura-se em Áreas do Conhecimento e seus respectivos Componentes Curriculares, a saber:

I. Linguagens:

a) Língua Portuguesa;

b) Língua Inglesa;

c) Arte;

d) Educação Física.

II. Matemática:

a) Matemática.

III. Ciências da Natureza:

a) Ciências

IV. Ciências Humanas:

a) Geografia;

b) História.

V. Ensino Religioso:

a) Ensino Religioso.

§1º - O Ensino Fundamental será ministrado em língua portuguesa.

§2º - O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§3º - A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação.

§4º - A música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

§5º - A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas

§6º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 232 - O Currículo Referência do Ensino Fundamental - CREF apresenta, para cada Área do Conhecimento e seus respectivos Componentes Curriculares, uma introdução teórico-metodológica, contendo as competências específicas, seguida pelos quadros denominados Organizador Curricular, que trazem as Habilidades, ano a ano, possibilitando a visualização da progressão das aprendizagens.

Art. 233 - O Currículo Referência do Ensino Fundamental - CREF prevê a progressão do conhecimento pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural dos estudantes, promovendo integração nos nove anos desta etapa da Educação Básica.

Art. 234 - O Currículo Referência do Ensino Fundamental - CREF ressalta, nos Anos Iniciais, a necessária articulação com as experiências vividas na Educação Infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa e protagonista na construção de conhecimentos.

Art. 235 - Nos primeiros anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter, como foco, a alfabetização, a fim de garantir, aos estudantes, amplas oportunidades de apropriação do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita, sendo, assim, seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos, bem como o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções e o significado e uso das quatro operações matemáticas.

Art. 236 - Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, é importante retomar e ressignificar as aprendizagens dos Anos Iniciais, no contexto dos Componentes Curriculares, visando superar as rupturas que ocorrem entre as fases dessa etapa e ampliar os repertórios dos estudantes.

Art. 237 - Esta escola fará a transição dos estudantes do ciclo complementar dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental garantindo a articulação sequencial necessária, em

face das demandas diversificadas exigidas dos estudantes, pelos diferentes professores, em contraponto à unidocência dos anos iniciais.

SEÇÃO I

DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 238 - A Área de Linguagens é composta pelos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física, que tem como finalidade possibilitar, aos estudantes, conhecer, compreender, criar e utilizar-se de práticas diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas e de comunicação em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, num processo contínuo às experiências vividas na Educação Infantil.

Art. 239 - A área de Matemática é composta pelo Componente Curricular Matemática e tem como finalidade o desenvolvimento das competências gerais de investigação, de compreensão de fenômenos, de construção de representações significativas e de argumentações consistentes, nos mais variados contextos.

Art. 240 - A Área de Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, é composta por 01 (um) único Componente Curricular – Ciências, cuja finalidade é abordar o conhecimento científico, nos aspectos físicos, químicos e biológicos, por meio da investigação da natureza, para interpretar, de forma crítica e analítica, os fenômenos naturais observados, resultantes das relações históricas, sociais e econômicas, visando à formação de sujeitos que atuem como agentes questionadores e transformadores, conscientes de sua responsabilidade frente aos fenômenos naturais.

Art. 241 - A Área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental, é integrada pelos Componentes Curriculares de Geografia e História e contribui para o desenvolvimento da cognição ancorada na contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço.

Art. 242 - O Ensino Religioso, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, deve ser de oferta obrigatória, nas instituições de ensino públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa aos estudantes.

CAPÍTULO IV
DO ENSINO MÉDIO

Art. 243 - O currículo do Ensino Médio conceituado como a proposta de ação educativa constituir-se-á pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais.

§1º - O currículo contemplará tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§2º - As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho.

§3º - Esta escola, em consonância com o sistema de ensino, estabelecerá critérios próprios no seu projeto político pedagógico, para que a organização curricular ofertada possibilite o desenvolvimento das respectivas competências e habilidades.

§4º - A organização curricular possibilitará contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências pessoais, sociais e do trabalho.

Art. 244 - O Currículo Referência do Ensino Médio - CREM orienta-se pelo princípio da educação integral, pelas necessidades do mundo do trabalho e da convivência cidadã.

Art. 245 - O Currículo Referência do Ensino Médio - CREM organiza-se em continuidade às aprendizagens propostas para o Ensino Fundamental, com o objetivo de retomar e ressignificar o desenvolvimento de competências e de habilidades, superando eventuais rupturas que ocorram entre as fases dessa etapa, ampliando os repertórios dos estudantes.

Art. 246 - O primeiro ano do ensino médio deve assegurar a transição harmoniosa dos estudantes provenientes do ensino fundamental com estratégias para garantir a integração e a continuidade dos processos de aprendizagens, observando a progressão de habilidades e competências previstas para cada etapa, bem como a articulação entre as áreas do conhecimento.

Art. 247 - O planejamento pedagógico desta escola garantirá que, ao final do ensino médio, o estudante demonstre:

I. competências e habilidades na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos;

II. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que estão presentes na produção moderna;

III. práticas sociais e produtivas determinando novas reflexões para a aprendizagem;

IV. domínio das formas contemporâneas de linguagem.

Art. 248 - As propostas curriculares do ensino médio devem:

I. garantir o desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base Nacional Comum Curricular;

II. garantir ações que promovam:

a) a integração curricular como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento que dialogue com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva da formação integral do estudante;

b) cultura e linguagens digitais, pensamento computacional, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, das tecnologias da informação, da matemática, bem como a possibilidade de protagonismo dos estudantes para a autoria e produção de inovação;

c) o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;

d) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; III - adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que potencializam o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na Base Nacional Comum Curricular -

BNCC e estimulem o protagonismo dos estudantes;

III. organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades online, autoria, resolução de problemas, diagnósticos em sala de aula, projetos de aprendizagem inovadores e atividades orientadas, de tal forma que ao final do ensino médio o estudante demonstre:

a) competências e habilidades na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos;

b) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que estão presentes na produção moderna;

c) práticas sociais e produtivas determinando novas reflexões para a aprendizagem;

d) domínio das formas contemporâneas de linguagem;

IV. considerar a formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

V. considerar que a educação integral ocorre em múltiplos espaços de aprendizagem e extrapola a ampliação do tempo de permanência na escola.

Art. 249 - O currículo do ensino médio é composto pela formação geral básica e por itinerários formativos, de forma indissociável:

Art. 250 - A formação geral básica tem a Base Nacional Comum Curricular - BNCC-EM como referência obrigatória, sendo composta pelas competências e habilidades previstas , articuladas como um todo indissociável, e enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, sendo organizada por Áreas do Conhecimento:

I. Formação Geral Básica e suas 4 (quatro) áreas do conhecimento:

1) Linguagens e suas Tecnologias:

1.1 - Língua Portuguesa;

1.2 - Língua Inglesa;

1.3 - Arte;

1.4 - Educação Física.

2) Matemática e suas Tecnologias:

2.1 - Matemática.

3) Ciências da Natureza e suas Tecnologias:

3.1 - Biologia;

3.2 - Física;

3.3 - Química.

4) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

4.1 - Geografia;

4.2 - História;

4.3 - Filosofia;

4.4 - Sociologia.

II. Itinerários Formativos:

1)trilhas de aprofundamento das 4 (quatro) áreas do conhecimento ou pelo Itinerário de Formação Técnica e Profissional;

2) unidades Eletivas; e

3) Projeto de Vida.

Parágrafo único - Os Itinerários Formativos terão no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas, considerando as possibilidades estruturais, os recursos e os interesses dos estudantes.

Art. 251 - O ensino médio noturno atenderá com qualidade a sua singularidade, com uma organização curricular e metodológica diferenciada, para garantir a permanência e o êxito dos estudantes.

Art. 252 - Devem ser incluídos os temas contemporâneos transversais exigidos por legislação e normas específicas, de forma integradora, tais como:

I. Ciência e tecnologia;

II. Meio ambiente (educação ambiental e educação para o consumo);

III. Economia (trabalho, educação financeira e educação fiscal);

IV. Saúde (saúde, educação alimentar e nutricional);

V. Cidadania e civismo (vida familiar e social, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, direitos da criança e dos adolescentes, processo de envelhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa);

VI. Multiculturalismo (diversidade cultural, educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras).

Art. 253 - Os estudos e as práticas a serem realizados na Formação Geral Básica serão tratados de forma interdisciplinar.

Art. 254 - O Projeto de Vida é unidade curricular obrigatória, com carga horária específica, faz parte dos Itinerários Formativos, e será ofertado em cada um dos 3 (três) anos do Ensino Médio.

SEÇÃO I
DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO

Art. 255 - A Área de Linguagens e suas Tecnologias, composta pelos Componentes Curriculares Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física tem, como objetivos, propiciar, aos estudantes, condições para que se tornem capazes de: dialogar e criar entendimento mútuo; compreender o outro; expressar-se; debater ideias de maneira crítica, baseando-se no respeito e na ética, com consideração de diferentes perspectivas e valores culturais; valer-se de diferentes linguagens e mídias, em diferentes processos de interação, com uso crítico de ferramentas digitais.

Art. 256 - A Área de Matemática e suas Tecnologias, composta pelo componente curricular Matemática tem, como objetivo, propor a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, aplicada à realidade e às vivências dos estudantes do Ensino Médio, propiciando o desenvolvimento de habilidades cognitivas,

socioemocionais, de atitudes ou de valores, com ênfase em situações do cotidiano, com espírito de investigação e de argumentação e visando à resolução de problemas.

Parágrafo único - Para o desenvolvimento das habilidades descritas no caput, os estudantes devem mobilizar seu modo próprio de raciocinar, de representar, de comunicar, de argumentar e, com base em discussões e em validações conjuntas, aprender conceitos e desenvolver representações e procedimentos.

Art. 257 - A Área de Ciências da Natureza propõe-se a apresentar uma visão de ensino interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares de Biologia, Física e Química com os objetivos de contextualizar a aprendizagem de Ciências na realidade histórica, social, ambiental e econômica dos estudantes e descrever a importância do desenvolvimento da investigação científica, em seus processos e em suas práticas, tendo como princípio o estudo dos fenômenos naturais e suas tecnologias, desde seus aspectos mais singulares até os mais complexos, importante para o desenvolvimento político, social e econômico de um país e para o desenvolvimento pessoal de cada cidadão.

Art. 258 - A Área do Conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – constituída pelos componentes curriculares Filosofia, Geografia, História e Sociologia – tem, como foco principal, propiciar, aos estudantes, a compreensão de si, enquanto sujeitos autônomos e protagonistas de sua formação escolar, fomentando uma dinâmica educacional voltada para a apreensão e o desenvolvimento de competências e habilidades indispensáveis à formação intelectual, ética e cidadã do sujeito.

Art. 259 - O CRMG apresenta, para cada Área do Conhecimento e seus respectivos Componentes Curriculares, uma introdução teórico-metodológica, contendo as competências específicas, seguida pelos quadros denominados Organizador Curricular, que trazem as Habilidades, ano a ano, possibilitando a visualização da progressão das aprendizagens.

Art. 260 - As competências específicas de cada Área do Conhecimento do Ensino Médio devem ser pressupostos orientadores à proposição e ao detalhamento dos Itinerários Formativos, em consonância com as competências e às aprendizagens a serem desenvolvidas, ao longo da etapa, além das específicas de Língua Portuguesa e de Matemática.

§1º - Os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática são obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio.

§2º - O componente curricular da Língua Inglesa é obrigatório ao longo do Ensino Médio.

Parágrafo único - A oferta de outras línguas estrangeiras, preferencialmente a Língua Espanhola, poderá ser feita, em caráter optativo, de acordo com a disponibilidade de oferta, de locais e de horários definidos por esta instituição de ensino.

SEÇÃO II
DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Art. 261 - Os Itinerários Formativos são a parte flexível, diversificada e dinâmica do currículo, constituídos por um conjunto de unidades curriculares que permitem, ao estudante, criar caminhos ou percursos distintos, que irão compor a sua formação, a partir de suas escolhas, de acordo com seus interesses, suas aptidões, seus objetivos e seu projeto de vida.

Art. 262 - Os Itinerários Formativos têm, como características essenciais, a interdisciplinaridade e a interconexão com a realidade das juventudes matriculadas no Ensino Médio.

Art. 263 - Os Itinerários Formativos são construídos com base em quatro Eixos Estruturantes, responsáveis por integrar as possíveis combinações dos Itinerários, promovendo conexão entre as experiências educativas e a realidade na qual os estudantes estão inseridos, a saber:

I. Investigação Científica, com foco em ampliar a capacidade dos estudantes de investigar a realidade, compreendendo, valorizando e aplicando o conhecimento sistematizado, por meio da realização de práticas e de produções científicas relativas a uma ou mais Áreas do Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temáticas de seu interesse;

II. Processos Criativos, com ênfase em expandir a capacidade dos estudantes de idealizar e de realizar projetos criativos associados a uma ou mais Áreas do Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temáticas de seu interesse;

III. Mediação e Intervenção Sociocultural, com foco em ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos relacionados a uma ou mais Áreas do Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temas de seu interesse para realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente;

IV. Empreendedorismo, com foco em expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu Projeto de Vida.

Art. 264 - Os Itinerários Formativos visam à promoção de abordagens práticas e contextualizadas que favoreçam um diálogo entre as realidades vividas pelos estudantes e os saberes traduzidos pelas Áreas do Conhecimento.

Art. 265 - Os Itinerários Formativos podem ser ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem o aprofundamento de uma ou mais Áreas do Conhecimento ou da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPT.

Art. 266 - Os Itinerários Formativos abordam três unidades curriculares, a saber:

I. Aprofundamento da Área do Conhecimento e/ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT);

II. Projeto de Vida;

III. Eletivas.

Art. 267 - Os Aprofundamentos da Área do Conhecimento buscam expandir os aprendizados promovidos pela Formação Geral Básica em articulação com temáticas contemporâneas, sintonizadas com o contexto e o interesse dos estudantes.

Art. 268 - Os Aprofundamentos de Educação Profissional e Técnica buscam ampliar os conhecimentos em conjunto com o desenvolvimento de habilidades básicas requeridas pelo mundo do trabalho e pelas habilidades específicas relacionadas aos Cursos Técnicos, aos Cursos de Qualificação Profissional (FICs) ou ao Programa de Aprendizagem Profissional escolhidos pelos estudantes.

Art. 269 - O componente curricular projeto de vida priorizará a formação integral do estudante, de maneira a desenvolver um trabalho voltado para as dimensões pessoal, social ou cidadã e profissional.

Art. 270 - O Projeto de Vida é componente curricular obrigatório, oferecido em cada um dos três anos do Ensino Médio, que visa proporcionar o desenvolvimento da capacidade de autoconhecimento, de potencialidades, de aspirações, de interesses e de objetivos de vida.

Art. 271 - O Projeto de Vida pode ser trabalhado desde os anos finais do Ensino Fundamental, quando, então, será, progressivamente, aprofundado e consolidado no Ensino Médio.

Art. 272 - As Eletivas são unidades curriculares que devem ter duração de 1 (um) semestre ou 1 (um) ano cada, ampliando o leque de ofertas e permitindo que os estudantes diversifiquem e ampliem seus conhecimentos para além da Área do Conhecimento por eles escolhida.

Art. 273 - As Eletivas devem ser elaboradas e propostas pelos professores, considerando as capacidades e os interesses dos discentes, em diálogo com todo o corpo docente e com as necessidades e as preferências dos estudantes, com foco nos seus projetos de vida, oportunizando-lhes processos de escolha.

Art. 274 - Esta escola garantirá a oferta de, pelo menos, dois itinerários, para que o estudante possa exercer a escolha de qual itinerário cursar, podendo, se houver vaga, cursar mais de um deles, de forma concomitante ou sequencial.

SEÇÃO III
ATIVIDADES EXTRAESCOLARES

Art. 275 - No ensino médio, as atividades extraescolares desenvolvidas pelos estudantes poderão ser lançadas como aproveitamento de estudos realizados e conhecimentos constituídos, integralizando a carga horária do itinerário formativo prevista na matriz curricular, conforme orientação específica.

Art. 276 - As atividades realizadas, pelos estudantes, consideradas parte da carga horária do Ensino Médio, será aulas, cursos, estágios, oficinas, trabalho supervisionado, atividades de extensão, pesquisa de campo, iniciação científica, aprendizagem profissional, participação em trabalhos voluntários e demais atividades com intencionalidade pedagógicas, orientadas pelos docentes desta escola.

Art. 277 - A carga horária específica das atividades citadas será previamente estabelecida por esta instituição educacional, observadas as normas definidas pelo Sistema de Ensino de Minas Gerais, podendo ser contabilizada como certificações complementares, e constar no histórico escolar do estudante.

CAPÍTULO VII

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Art. 278 - A organização curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida nesta escola de forma concomitante e subsequente, será estruturada observando as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional centradas no conceito de competências profissionais.

Art. 279 - Competência profissional é entendida como a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica, aos desafios do mundo do trabalho.

Art. 280 - Os Eixos Tecnológicos orientam a definição dos componentes essenciais e complementares do currículo, expressam a trajetória do itinerário formativo, direcionam a ação educativa a um conjunto de saberes e fazeres específicos e estabelecem as estratégias

Art. 281 - No desenvolvimento dos currículos a prática profissional e as atividades complementares integram, de modo transversal, o percurso formativo e se alinham às demandas e singularidades da comunidade atendida por esta escola

Art. 282 - A prática profissional, incluída na carga horária e desenvolvida ao longo do curso, tem por finalidade garantir diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho.

Art. 283 - Os planos de curso refletem a concepção de educando e da sociedade que se quer formar, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores e metodologia de trabalho, expressando a construção social do conhecimento e propondo uma sistematização de meios para que essa construção se efetive.

Art. 284 - Os planos de ensino serão estruturados buscando a concretização do perfil profissional proposto no Plano de Curso, atendendo às conveniências didático-pedagógicas referentes às características e singularidades dos territórios e sujeitos atendidos.

Art. 285 - Os professores devem posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva na sala de aula, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Art. 286 - O professor deve utilizar-se de diferentes estratégias pedagógicas como estudos de caso, pesquisas, proposição de problemas, contatos com empresas e especialistas de área, visitas técnicas, oficinas, simulados e de recursos de comunicação: verbal, visual, auditivo, matemática, gráfica plástica e corporal- como meio para produzir as condições de trabalho, estimular a participação ativa dos alunos, expressar e comunicar suas ideias à classe e assim produzir conhecimentos.

TÍTULO IX
DO REGIMENTO ESCOLAR
CAPÍTULO I
DO CALENDÁRIO ESCOLAR E DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Art. 287 - O ano letivo terá a duração de, no mínimo, 800 (oitocentas) horas e 200 (duzentos) dias letivos para a organização anual e 100 (cem) dias letivos para a organização semestral, com jornada escolar de forma a obedecer a carga horária anual ou semestral prevista para cada etapa ou modalidade da educação básica conforme matriz curricular vigente.

Art. 288 - O calendário escolar desta escola será elaborado de acordo com os parâmetros legais, discutido e aprovado pelo colegiado, amplamente divulgado na comunidade escolar.

Parágrafo único - Esta escola procederá às adaptações necessárias à sua realidade, desde que, assegure assegurando o mínimo de 200 dias letivos.

Art. 289 - Do Calendário Escolar constarão datas e programações, distribuídas ao longo das 40 semanas letivas para organização anual e das 20 semanas letivas para a organização semestral:

I. início e término do ano escolar e do ano letivo;

II. férias escolares e recessos;

III. os dias destinados a realização de assembleias da Comunidade Escolar;

IV. os dias escolares destinados ao planejamento escolar, reuniões pedagógicas, reuniões e assembleias do colegiado, conselhos de classe e demais atividades da escola;

V. os feriados nacionais;

VI. os feriados religiosos declarados em lei municipal, em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão;

VII. as programações culturais, cívicas e pedagógicas da escola e do município;

Art. 290 - Consideram-se dias letivos aqueles em que professores e estudantes desenvolvem atividades de ensino e aprendizagem, de caráter obrigatório, independentemente do local onde sejam realizadas.

Art. 291 - Consideram-se dias escolares aqueles em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e administrativo, com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo, podendo incluir a representação de pais e estudantes.

Art. 292 - Esta escola estará aberta nos feriados, finais de semana e férias escolares, para atividades educativas e comunitárias, sendo garantido o funcionamento previsto, observadas as vedações da legislação.

Art. 293 - Os dias letivos previstos no calendário escolar somente poderão ser alterados em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas a compensação com a carga horária correspondente, e imediata comunicação à SRE

Art. 294 - Em caso de interrupção do desenvolvimento das atividades letivas programadas no calendário escolar, independentemente do motivo,será providenciada a imediata reposição dos dias letivos e da carga horária, quando for o caso.

CAPÍTULO II
DA MATRÍCULA
SEÇÃO I
DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

Art. 295 - A matrícula dos alunos será realizada nesta escola observado o calendário escolar e de acordo com o encaminhamento realizado pelo Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula - SUCEN. conforme cronograma previamente estabelecido em legislação específica.;

Art. 296 - É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

Parágrafo único - As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil, na etapa da pré-escola.

Art. 297 - A idade mínima para matrícula na EJA e nos exames especiais é de 15 (quinze) anos completos para o Ensino Fundamental e 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio.

Art. 298 - Esta escola acolherá e matriculará todos os estudantes, quaisquer que sejam suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, dentre outras, devendo a matrícula ser feita prioritariamente em classes do ensino regular, em todos os níveis e modalidades de ensino ou em escolas de educação especial, quando essa alternativa for considerada a mais apropriada para o educando, respeitada a decisão da família, sendo vedada a possibilidade de negativa da vaga..

Art. 299 - Esta escola não reserva vagas a estudantes que, matriculados no período anterior, não cumprirem as determinações próprias para sua renovação.

Art. 300 - No caso de matrícula feita com documento falso ou adulterado, será passível o responsável de arcar com as sanções que a legislação em vigor determinar.

Art. 301 - Ao assinar o requerimento de matrícula, o estudante ou seu responsável, aceita e obriga-se a respeitar as determinações deste Regimento, que está à disposição para dele tomar conhecimento por inteiro, bem como da legislação aplicável.

Art. 302 - No ato de efetivação e de renovação da matrícula dos estudantes é vedada qualquer forma de discriminação, em especial aquelas decorrentes de idade, gênero, orientação sexual, origem, etnia, cor e deficiência.

Art. 303 - A matrícula dos estudantes poderá ocorrer em qualquer época do ano.

Art. 304 - A matrícula do estudante público da educação especial é compulsória, deve ser realizada preferencialmente em escola regular, sendo vedada a possibilidade de negativa de vaga, conforme legislação vigente.

Art. 305 - É vedado à escola:

I. cobrar taxas, contribuições ou exigir pagamentos a qualquer título;

II. exigir das famílias a compra de material escolar mediante lista estabelecida pela escola;

III. impedir a frequência às aulas o estudante que não estiver usando uniforme ou não dispuser do material escolar;

IV. vender uniformes.

Art. 306 - No ato da matrícula, a escola dará ciência ao estudante ou a seu responsável legal sobre os principais aspectos da organização, funcionamento da instituição e apresentará o calendário escolar, o projeto político pedagógico, o regimento escolar e disponibilizará cópia das vedações.

Art. 307 - O estudante, se maior, ou seu responsável, realizará a matrícula no conjunto das disciplinas relativas ao ano letivo, à exceção das facultativas.

Parágrafo único - Será ofertado atividades complementares para os estudantes que, no ato da matrícula, não tiverem optado por cursar o componente curricular ensino religioso, de oferta obrigatória e matrícula facultativa, para cumprimento da sua carga horária obrigatória.

Art. 308 - Terá sua matrícula cancelada o estudante que, sem justificativa, deixar de comparecer à escola, por um período de 25 dias letivos consecutivos em qualquer época do ano letivo, configurando, assim, o abandono escolar.

Art. 309 - Terá sua matrícula cancelada o estudante dos cursos semestrais da educação profissional e tecnológica que, sem justificativa, deixar de comparecer à escola, por um período de 15 dias letivos consecutivos em qualquer época do semestre letivo, configurando, assim, o abandono escolar.

§1º - Antes de efetuar o cancelamento da matrícula, a direção desta escola esgotará todas as alternativas de busca ativa e entrará em contato, por escrito, com o estudante ou seu responsável legal, quando menor, alertando-o sobre a obrigatoriedade da frequência e do seu direito à educação.

§2º - Constatado o abandono do estudante, esta escola informará o fato, por escrito, ao Conselho Tutelar, ao Juiz competente da comarca e ao representante do Ministério Público do município.

§3º - Quando se tratar de estudante cuja família é beneficiada por programas de assistência vinculados à frequência escolar, a direção desta escola encaminhará a relação dos estudantes infrequentes ao órgão competente.

§4º - O estudante que teve a sua matrícula cancelada poderá retornar a qualquer tempo para esta escola, se houver vaga, ou para outra escola pública estadual, excetuando-se os estudantes dos cursos semestrais da educação profissional e tecnológica, que devem se atentar às orientações específicas.

Art. 310 - A matrícula na modalidade de Educação de Jovens e Adultos destina-se aos estudantes que queiram retomar os estudos, observando a idade mínima de 15 e 18 anos, respectivamente, no Ensino Fundamental e Médio.

Parágrafo único - A matrícula descrita no caput aplica-se à educação de jovens e adultos por meio do curso presencial, curso semipresencial em CESEC, exames especiais para certificação de conclusão por meio das bancas permanentes de avaliação e exames nacionais de certificação.

Art. 311 - Considerando a organização curricular do curso presencial de EJA em períodos semestrais, o aluno, ao se matricular, deve-se considerar os seguintes posicionamentos:

I. No Ensino Fundamental (EF):

a) Concluído o 1º Período EJA: deve matricular-se no 7º ano do EF;

b) Concluído o 2º período EJA: deve matricular-se no 8º ano do EF;

c) Concluído o 3º período EJA: deve matricular-se no 9º ano do EF;

II. No Ensino Médio (EM):

a) Concluído o 1º Período EJA: deve matricular-se no 2º ano do EM;

b) Concluído o 2º período EJA: deve matricular-se no 3º ano do EM;

Art. 312 - O estudante em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Pública Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas no(s) tema(s) ou tópico(s) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es)

Art. 313 - Esta escola receberá matrícula de estudante, no segundo semestre do ano letivo, face ao não cumprimento da frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação.

§1º - O estudante será submetido ao recurso de classificação por avaliação que tem por objetivo definir o grau de desenvolvimento e experiência do candidato, permitindo sua matrícula no ano de escolaridade adequado.

§2º - A apuração da frequência, nesse caso, será procedida a partir da matrícula do estudante, assim como os dias letivos.

§3º - A ausência de registro no primeiro semestre estará amparada pela classificação por avaliação a que o estudante se submeteu.

§4º - O estudante com desempenho satisfatório nas avaliações referentes ao processo de classificação e ao final do ano letivo, estará apto a prosseguir seus estudos.

Art. 314 - No ato da matrícula, será exigida a seguinte documentação:

I. cópia e apresentação do original da conta de luz da residência do candidato, em conformidade com o endereço atestado no ato da inscrição;

II. cópia e apresentação do original da certidão de nascimento ou carteira de identidade e se menor de idade é necessária, ainda, a apresentação de documento de identidade e do CPF, originais e cópias, de um dos pais/responsáveis.

III. comprovante de escolaridade, quando for o caso de transferência de outros municípios, da rede particular de ensino ou retorno aos estudos:

   a. Histórico Escolar ou Declaração de Transferência, com indicação do ano de escolaridade que o estudante está habilitado a cursar no ano subsequente, ficando o documento original na escola;

   b. Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio ou Parecer da Secretaria de Estado de Educação e publicação de Equivalência de Estudos, concluídos no exterior, ao Ensino Médio brasileiro, para o candidato/estudante que for ingressar no curso técnico na forma subsequente; ou

c. Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade, comprovando matrícula no Ensino Médio, para o estudante que for ingressar no curso técnico na forma concomitante.

IV. O estudante declarado público alvo da Educação Especial terá a sua matrícula compulsória, sendo necessária a apresentação de documento médico, original e cópia

§1º - São considerados comprovantes de endereço válidos, preferencialmente, as contas de água, energia ou telefone, e, na ausência destes, contrato de aluguel ou outro documento que conste o nome e endereço dos pais/responsáveis ou do candidato/estudante se for maior de idade.

§2º - Caso o comprovante de endereço não seja conta de água, energia ou telefone e houver dúvidas quanto à validade do documento apresentado, o gestor escolar poderá solicitar outro documento.

Art. 315 - Excepcionalmente, para as crianças e/ou adolescentes que tiverem algum impedimento para apresentação do Documento de identidade ou Certidão de Nascimento, os pais/responsáveis deverão entrar em contato com o Conselho Tutelar para manifestação das dificuldades e regularização da documentação, devendo ser assegurada a matrícula mediante apresentação de autorização expedida pelo Conselho, até que seja viabilizada a documentação legal.

Art. 316 - A matrícula de estudantes estrangeiros na condição de refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio deverá ser facilitada na acolhida e na exigência documental, considerando-se a situação de vulnerabilidade.

§1º - O estudante na condição de refugiado que não comprove essa condição, será orientado a procurar a Delegacia da Polícia Federal, órgão do governo encarregado de receber os pedidos e emitir documentos para os solicitantes de refúgio e refugiados.

§2º - O protocolo expedido pela Polícia Federal será o documento provisório de identidade no Brasil, até que seja concedido o Registro Nacional Migratório (RNM).

§3º - Fica dispensada a apresentação da legalização consular ou aposição da Apostila de Haia nos documentos escolares ao estudante com comprovação de refúgio ou com protocolo de solicitação de refúgio.

§4º - Na ausência de documentação escolar que comprove escolarização anterior, estudantes estrangeiros na condição de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação/classificação, permitindo-se a matrícula em qualquer ano, série, etapa ou outra forma de organização da Educação Básica, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária.

§5º - O processo de avaliação/classificação deverá ser feito na língua materna do estudante, cabendo aos sistemas de ensino garantir esse atendimento.

Art. 317 - As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância terão garantido o direito à matrícula nesta escola, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único - São considerados crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Art. 318 - Esta escola assegurará a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante autodeclaração ou declaração do responsável.

§1º - No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a autodeclaração.

§2º - Ao receber a matrícula de estudante em situação de itinerância será comunicado o fato à Superintendência Regional de Ensino de imediato.

Art. 319 - Caso o estudante itinerante não disponha, no ato da matrícula, de certificado, memorial e/ou relatório da instituição de educação anterior, este deverá ser inserido no grupamento correspondente aos seus pares de idade, mediante diagnóstico de suas necessidades de aprendizagem, realizado pela instituição de ensino que o recebe.

Art. 320 - Por determinação legal dos órgãos competentes, ou ainda, em razão de conveniência administrativa ou pedagógica, esta escola poderá exigir outros documentos ou autenticidade dos mesmos, para a aceitação da matrícula.

Art. 321 - É vedada a matrícula sem apresentação da documentação de transferência.

§1º - Excepcionalmente esta escola poderá aceitar a matrícula, em caráter condicional, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante apresentação de declaração provisória de transferência, expedida pela escola de origem.

§2º - Esgotado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a matrícula condicional será tornada sem efeito, salvo se a expedição do documento estiver pendente de decisão de autoridade superior do ensino.

Art. 322 - Não haverá matrícula de estudante ouvinte, nem matrícula condicional, salvo nos casos previstos na legislação de ensino em vigor.

Art. 323 - No ato da matrícula, o estudante transgênero interessado que seu nome social conste em diários de classe, cadastros, fichas, listagens, formulários e demais documentos internos, poderá fazer a solicitação, por escrito, conforme legislação específica.

§1º - Em se tratando de estudantes menores, é necessária a manifestação, por escrito, do responsável legal.

§2º - O nome civil deverá ser usado em declarações, transferências, certificados, histórico escolar, diplomas e outros documentos que resguardem a vida escolar do estudante. (

Art. 324 - É vedada qualquer forma de discriminação, em especial aquelas decorrentes de idade, gênero, orientação sexual, origem, etnia, cor e deficiência, no ato de efetivação e de renovação da matrícula dos estudantes.

§1º - A matrícula do estudante público da educação especial é compulsória, deve ser realizada preferencialmente em escola regular, sendo vedada a possibilidade de negativa de vaga, conforme legislação vigente.

Art. 325 - No ato da matrícula, os recursos pedagógicos da classificação e da reclassificação poderão ser utilizados pela escola, para fins de posicionamento e/ou reposicionamento do estudante, em consonância com a legislação vigente.

Art. 326 - A escola deve oferecer atividades complementares para os estudantes que, no ato da matrícula, não tiverem optado por cursar o componente curricular ensino religioso, de oferta obrigatória e matrícula facultativa, para cumprimento da carga horária obrigatória.

Art. 327 - No ato da matrícula, o estudante transgênero interessado que seu nome social conste em diários de classe, cadastros, fichas, listagens, formulários e demais documentos internos, poderá fazer a solicitação, por escrito, conforme legislação específica.

§1º - Em se tratando de estudantes menores, é necessária a manifestação, por escrito, do responsável legal.

§2º - O nome civil deverá ser usado em declarações, transferências, certificados, histórico escolar, diplomas e outros documentos que resguardem a vida escolar do estudante.

§3º No ato da matrícula, a direção da escola deverá informar ao estudante ou a seu responsável legal sobre os principais aspectos da organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, apresentar o projeto político pedagógico, o regimento escolar e disponibilizar cópia das vedações previstas.

Art. 328 - Obedecida a legislação aplicável, os candidatos à matrícula no 1º módulo de curso técnico nível médio devem reunir os seguintes

I. Para aqueles que estão cursando o ensino médio apresentar:

   a. Declaração de que está matriculado no 2ª ou 3ª ano do Ensino Médio OU

   b. Declaração que está matriculado, a partir do 2º semestre do EJA OU

   c. 2 (dois) certificados de aprovação em áreas de estudos do EJA II.

II. Para candidato que concluiu o Ensino Médio nos contextos Regular ou na Educação de Jovens e Adultos - EJA ou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA apresentar:

   a. Certificado de Conclusão do Ensino Médio OU

   b. Boletim de aprovação do ENCCEJA enviado pelo MEC. III.

III. Para candidato que tenha realizado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM até a edição de 2016:

IV. apresentar Certificado ou Declaração de conclusão do Ensino Médio expedido por órgão competente.

V. O aluno que cursa a Educação Profissional e o Ensino Médio (concomitante) deve comprovar, a cada semestre ou módulo, sua matrícula ou permanência nesta etapa de ensino, com vistas a obter o diploma técnico profissional ao final do curso e mediante a conclusão da etapa do Ensino Médio, uma vez que a normativa indica esta exigência.

VI. Para ingresso no primeiro módulo dos cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Agente Comunitário de Saúde o aluno deverá possuir no ato da matrícula a idade mínima de 17 anos e 06 meses, obrigatoriamente.

Art. 329 - A Direção desta escola deverá planejar as medidas necessárias para atender a demanda escolar, incentivar a matrícula e a frequência dos estudantes.

Art. 330 - A diretoria desta escola adotará as medidas necessárias para atender à demanda escolar, bem como incentivar a matrícula e a frequência dos estudantes.

SEÇÃO I
DA RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 331 - A renovação de matrícula é o ato que confirma o direito do aluno à continuidade dos estudos,,na unidade escolar onde se encontra matriculado no ano subsequente.

Art. 332 - O estudante que já se encontra matriculado nesta escola e que dará continuidade aos estudos terá assegurado o direito de permanência, desde que haja turmas previstas para o ano de escolaridade subsequente ou, nos casos de retenção, para o mesmo ano de escolaridade que cursou.

Parágrafo único - Caso não seja ofertado pela escola o ano de escolaridade que será cursado pelo estudante no ano letivo subsequente, este deverá se submeter ao processo de cadastramento escolar no Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula - SUCEM.

Art. 333 - A renovação de matrícula para os estudantes que já estão na rede estadual de ensino será formalizada pelos pais/responsáveis ou pelo próprio aluno, quando maior de idade, nos moldes especificados em resolução publicada anualmente pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Art. 334 - Terá assegurado o direito à continuidade dos estudos na mesma escola, somente o

estudante que realizar a renovação de sua matrícula no prazo estabelecido na legislação em vigor.

Parágrafo único - O estudante que não renovar a sua matrícula deverá se inscrever no processo de cadastramento do SUCEM em época oportuna, caso tenha interesse em permanecer na rede pública de ensino, submetendo-se aos critérios estabelecidos em resolução própria, sem garantia de permanência na mesma escola em que esteve matriculado em 2021.

Art. 335 - Esta escola realizará a divulgação, orientação e acompanhamento do processo de renovação de matrícula junto à comunidade escolar.

CAPÍTULO III
DA TRANSFERÊNCIA

Art. 336 - A transferência de um estabelecimento para outro será obtida pelo interessado, em qualquer época, mediante requerimento à diretoria, devendo o mesmo ser subscrito pelo estudante, (quando maior) ou seu responsável (quando menor).

Parágrafo único - Excepcionalmente, esta escola terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias para proceder à expedição do Histórico Escolar, sendo este, entregue ao próprio estudante, se maior, ou ao pai ou responsável, se menor.

Art. 337 - Será permitida a transferência do regime semestral para o anual e vice-versa, observada a frequência, a carga horária e o número de dias letivos conforme legislação em vigor.

Art. 338 - Para concessão de transferência não se exigirá declaração da existência de vaga na escola de destino.

Art. 339 - A escola somente poderá aceitar transferência se houver vaga, salvo os casos previstos em lei.

Art. 340 - Caberá à direção solucionar os casos de transferências promovendo o ajustamento aos estudantes que revelarem deficiência de aprendizagem.

Art. 341 - Ao estudante transferido para a escola, excepcionalmente, será concedido o prazo máximo de até 30 (trinta dias) para que satisfaça as exigências legais relativas à

documentação.

Parágrafo único - A documentação necessária para transferência:

I. Histórico Escolar;

II. Ficha Individual;

III. Declaração Provisória de Transferência.

Art. 342 - O Histórico Escolar, de responsabilidade da Escola, compreende o registro de dados de identificação do estudante e de sua vida escolar na própria Escola.

Art. 343 - A ficha individual deverá conter dados com as respectivas notas e assiduidade do estudante.

Art. 344 - Constarão no histórico escolar do estudante informações sobre o processo de classificação e/ou reclassificação a que o estudante possa ter sido submetido na escola, incluindo aspectos descritivos do seu desempenho.

Art. 345 - Na transferência de estudantes aprovados em regime de progressão parcial, independentemente da escola de destino, a escola estadual de origem deve anexar ao histórico escolar um relatório descrevendo a situação escolar com o detalhamento das habilidades não consolidadas no(s) componente(s) curricular(es) em progressão.

Art. 346 - O nome civil deverá ser usado em declarações, transferências, certificados, histórico escolar, diplomas e outros documentos que resguardem a vida escolar do estudante.

Art. 347 - Fica assegurado a estudante da rede pública estadual de ensino, em caso de mudança de domicílio motivada por ocorrência de violência doméstica ou familiar contra si, sua mãe ou sua representante legal, o direito de transferir-se para unidade de ensino mais próxima da nova residência, nos termos da legislação pertinente.

Art. 348 - Para exercício do direito de que trata esta lei, a vaga na unidade de ensino mais próxima da nova residência estará disponível, a qualquer momento, por solicitação do estudante, se maior de idade, ou, se menor de idade, de sua mãe ou sua representante legal, mediante a apresentação de cópia dos seguintes documentos:

I. registro de ocorrência policial com a informação da data, do local e do autor da violência.

II. termo de decisão judicial que concedeu medida protetiva, se houver.

Art. 349 - Em caso de transferência do estudante entre instituições ou mudança de Itinerário Formativo, ao longo do percurso escolar, esta escola deverá:

I. analisar a ficha individual e o histórico escolar;

II. computar a carga horária cumprida, com êxito, pelo estudante, em seu percurso formativo anterior;

III. ofertar atividades de recuperação paralela das competências e das habilidades descritas na BNCC, não desenvolvidas, pelo estudante, na instituição ou no itinerário de origem;

IV. propor atividades complementares para os componentes curriculares, quando a carga horária cumprida, na instituição de origem referente à Formação Geral Básica, for inferior à carga horária da instituição de destino;

V. ofertar, na forma de atividades complementares, conteúdos e conceitos a fim de garantir o alinhamento do estudante em relação ao itinerário que cursará, caso ele passe a seguir um itinerário diferente do que cursava anteriormente, sem que haja prejuízo para o tempo de conclusão do Ensino Médio, por parte do estudante.

SEÇÃO I
DA ADAPTAÇÃO DO AJUSTAMENTO PEDAGÓGICO

Art. 350 - O estudante transferido para esta escola que não estudou conteúdo ou disciplina constante do plano curricular e que não tiver oportunidade de cursá-los no ano de escolaridade seguinte será submetido à adaptação do currículo, com o objetivo de adquirir os conhecimentos necessários para prosseguimento de estudos na forma da legislação vigente.

§1º - A adaptação ocorrerá no nível do ano de escolaridade, ano em que houver faltado o conteúdo curricular;

§2º - Não haverá adaptação se o conteúdo ou disciplina constar do currículo dos anos subsequentes;

§3º - No processo de adaptação o estudante deverá submeter-se aos estudos programados até que seja considerado adaptado;

§4º - Os estudos de adaptação ficarão a cargo do professor da disciplina ou conteúdo.

Art. 351 - A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo.

Art. 352 - Os estudos de adaptação ficarão a cargo do professor do componente curricular em que o aluno deverá ser adaptado, podendo utilizar a estratégia pedagógica que melhor se adapte a cada situação.

Art. 353- A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum.

Art. 354 - O ajustamento pedagógico visa colocar o estudante transferido no nível de desempenho da turma, tornando disponíveis os recursos pedagógicos para que ele supere o déficit de aprendizagem existente para prosseguimento dos estudos.

Art. 355 - Cabe a direção e a equipe pedagógica desta escola fazer o estudo do documento escolar do estudante e decidir sobre a necessidade de ajustamento e adaptação.

CAPÍTULO IV
DOS ESTUDOS REALIZADOS NO EXTERIOR

Art. 355 - A escola que receber alunos brasileiros que realizaram estudos no exterior deve solicitar dos responsáveis os seguintes documentos

I. Documento de identidade, comprovando sua naturalidade/nacionalidade;

II. Histórico Escolar, comprovando seus estudos no Brasil e, caso tenha interrompido alguma série/ano, ficha individual com registro de parte do ano letivo cursado;

III. Histórico Escolar e Diploma/Certificado (se houver) dos estudos realizados no exterior, sendo que:

a) caso o documento escolar seja procedente de país signatário da convenção de Haia, deverá constar a Apostila emitida pela autoridade competente do país no qual o documento é originado;

b) caso o documento escolar seja procedente de país que NÃO seja signatário da convenção de Haia, deverá ser devidamente legalizado por autoridade consular

brasileira no exterior, com pagamento de emolumentos.

IV. Tradução dos documentos escolares feita por tradutor juramentado, inclusive quando se tratar de língua espanhola. *Consultar a lista de tradutores no site da Junta Comercial de Minas Gerais: www.jucemg.mg.gov.br

V. Declaração de que realizou estudos apenas no exterior, se for o caso, quando seus documentos estrangeiros comprovarem apenas os estudos finais da Educação Básica.

CAPÍTULO V
DA FREQUÊNCIA
SEÇÃO I
DA OBRIGATORIEDADE

Art. 356 - É exigida do estudante a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária letiva ofertada para aprovação.

Parágrafo único - A frequência global será conferida com base no registro feito pelo professor e arquivada nos assentamentos individuais do estudante, para apuração no final de cada ano letivo, período e módulo curricular.

Art. 357 - O controle de frequência diária dos estudantes é de responsabilidade do professor, sob monitoramento do especialista da educação básica, e deverá ser registrada no diário escolar digital.

§1º - Em casos excepcionais o registro de frequência diária dos estudantes poderá ser realizado por meio de diários físicos, conforme orientação da SEEMG.

SEÇÃO II
DA APURAÇÃO DA FREQUÊNCIA

Art. 358 - A frequência do estudante será apurada pelo total das horas letivas e não mais sobre a carga horária de cada componente curricular.

Art. 359 - A observância pelo professor de eventuais faltas dos estudantes deverá ser comunicada à direção da escola, para as providências cabíveis.

Art. 360 - Esta escola, após apurar a frequência do estudante e constatar faltas não justificadas superior a 5 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias letivos alternados,

entrará em contato, por escrito, com os pais ou o responsável legal pelo estudante faltoso, com vistas a promover o seu imediato retorno às aulas e a regularização da frequência escolar.

Parágrafo único - Será notificado ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei

Art. 361 - É assegurado ao estudante, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de aula ou de atividade avaliativa marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição, uma das seguintes alternativas:

I. aula de reposição ou atividade avaliativa, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do estudante ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II. trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§1º - A alternativa definida pela escola deverá observar o plano de aula do dia da ausência do estudante.

§2º - O cumprimento de qualquer das alternativas de que trata esse artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

§3º - O estudante de que trata o caput não terá sua falta abonada, mas justificada.

Art. 362 - O descumprimento dos dispositivos que obrigam a comunicação da infrequência e do abandono escolar ao responsável, à família e às autoridades competentes, implicará responsabilização administrativa à gestão da escola.

Art. 363 - A equipe pedagógica desta escola elaborará plano de ação com busca ativa, a ser executado ao longo do ano, contendo ações que serão desenvolvidas com a comunidade escolar sobre a temática da evasão, dentro dos seus aspectos legais e educacionais e a maneira de evitá-la.

Art. 364 - O descumprimento dos dispositivos que obrigam a comunicação da infrequência e do abandono escolar ao responsável, à família e às autoridades competentes, implicará responsabilização administrativa à gestão da escola.

Art. 365 - Esta Escola adotará providências internas capazes de estimular a frequência dos estudantes em suas atividades, para cumprimento da carga horária

TÍTULO X

DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO ESPECIAL

Art. 366 - São considerados merecedores de tratamento excepcional, nos termos da lei, os estudantes de qualquer nível de ensino:

I. Portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinados distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

   1. Incapacidade física relativa incompatível com a frequência aos trabalhos escolares desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

   2. Ocorrência isolada ou esporádica;

   3. Duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em caso de síndromes hemorrágicas (tais como: hemofilia, asma, cardites, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas).

II. Convocados temporariamente para o serviço militar, desde que suas faltas se deem em virtude de obrigações decorrentes dessa situação.

III. As estudantes em estado de gestação, serão assistidas em domicílio e/ou leito hospitalar e terão os registros escolares de atendimento especial, conforme cada caso, realizados pelos gestores das escolas, de acordo com as determinações legais.

   1. A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares.

2. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

3. Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

4. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais como compensação da ausência às aulas

5. Deverão ser atribuídos a estas alunas exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, sempre que compatível com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 367 - Não haverá abono de faltas, mas compensação das ausências mediante atendimento pedagógico, na forma excepcional, assegurada pela escola, garantindo exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 368 - O estudante que estiver em tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado terá assegurado o atendimento educacional conforme orientação específica.

TÍTULO XI
DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR
CAPÍTULO I
DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 369 - A verificação do desempenho escolar transcende a simples concepção da mera aplicação de provas e testes para assumir uma práxis diagnóstica, processual e formativa com destaque aos aspectos qualitativos, buscando avaliar o grau de desenvolvimento do aluno, levantar as dificuldades a fim de programar ações educacionais necessárias.

Art. 370 - A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

Art. 371 - A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de

caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas.

Art. 372 - A avaliação da aprendizagem dos estudantes, realizada pelos professores em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, é parte integrante da proposta curricular e é redimensionadora da ação pedagógica.

Art. 373 - A avaliação da aprendizagem, de caráter processual, formativo e participativo, deve:

I. ser contínua, cumulativa e diagnóstica;

II. utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos do aprendizado do estudante;

III. fazer prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

IV. assegurar tempos e espaços diversos para que os estudantes com menor rendimento tenham condições de serem devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V. prover obrigatoriamente intervenções pedagógicas ao longo do ano letivo para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VI. possibilitar a aceleração de estudos para estudantes com distorção idade – ano de escolaridade.

VII. considerar as habilidades desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Art. 374 - A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo de modo a possibilitar:

I. as adequações do plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;

II. o atendimento diferenciado aos estudantes;

III. o registro de informações acerca do desempenho escolar do estudante no Diário Escolar Digital (DED);

IV. estudos de recuperação;

V. aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar;

VI. avanço nos cursos e anos de escolaridade mediante verificação de aprendizagem.

Art. 375 - Cabe a esta escola, criar estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de estudantes com dificuldades de aprendizagem no tempo em que elas surgirem.

Art. 376 - A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem, realizada nesta escola, os resultados das avaliações diagnósticas promovidas pela SEE/MG, resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica – PROEB e pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA e Sistema de Avaliação de Educação Básica - SAEB devem ter como objetivo diagnosticar o nível de aprendizagem dos estudantes e ser considerados para a elaboração, anualmente, do Plano de Intervenção Pedagógica.

Art. 377 - As características da avaliação devem significar para o professor:

I. um processo para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do estudante, ou seja, da aquisição de competências e habilidades necessárias a sua formação;

II. um processo para verificar a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca de uma adequação às características dos estudantes;

III. ser entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global do estudante.

Art. 378 - Para o estudante a avaliação apresenta um momento de aprendizagem, na medida em que propicia a tomada de consciência dos seus progressos e dificuldades.

Art. 379 - A avaliação nesta escola incorporará, além da dimensão cognitiva, outras dimensões como cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo de formação integral do educando.

Art. 380 - Participarão da avaliação todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem dos estudantes.

Art. 381 - Na avaliação da aprendizagem a escola utilizará procedimentos, recursos de

acessibilidade e instrumentos diversos, tais como: observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, auto avaliação, adequando-os à faixa etária e às características do desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos estudantes como diagnóstico para intervenções pedagógicas necessárias, realizando devolutiva para o estudante.

Parágrafo único - As formas de procedimentos utilizados por esta escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos estudantes, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando com relação à sua aprendizagem, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

Art. 382 - A escola oferecerá condições adequadas para realização das avaliações, de acordo com suas necessidades, aos estudantes diagnosticados com transtornos que alterem a atenção, o comportamento, provocam a hiperatividade, distúrbios de linguagem, escrita, leitura, cálculo e outras percepções e organizações cotidianas, de modo a proporcionar a eliminação de barreiras no processo avaliativo e formativo destes estudantes.

Art. 383 - Para a avaliação dos estudantes público da educação especial a escola utilizará recursos pedagógicos alternativos, tais como: extensão do tempo da prova, adaptações no formato das avaliações, teste oral, utilização de recursos tecnológicos, materiais concretos, recursos humanos de apoio, dentre outras modificações que se fizerem necessárias, sempre norteado pelo PDI.

Art. 384 - Esta escola realizará, no início do ano letivo, avaliações diagnósticas, elaboradas pelos professores, com o objetivo de identificar as competências e as habilidades já adquiridas pelos estudantes, para subsidiar o planejamento e as ações pedagógicas a serem desenvolvidas pela escola.

Art. 385 - A Esta escola garantirá, no ano em curso, estratégias de intervenção pedagógica, para atendimento aos estudantes que ainda apresentam defasagens na(s) habilidade(s) do(s) componente(s) curricular(es) do ano anterior.

Art. 386 - No processo de avaliação da aprendizagem, a escola distribuirá, obrigatoriamente, de 0 a 100 pontos ao longo do período letivo para todos os componentes curriculares.

§1º - O ano letivo será organizado em quatro bimestres, sendo distribuídos 25 pontos em cada bimestre por componente curricular.

§2º - Para os cursos semestrais, as escolas estaduais organizarão o semestre letivo em dois bimestres, sendo distribuídos 50 pontos por componente curricular em cada bimestre;

Art. 387 - Os componentes curriculares, cujos objetivos educacionais colocam ênfase nos aspecto afetivo, social, psicomotor e desenvolvimento do protagonismo estudantil, não poderão influir na classificação e promoção dos estudantes, a saber:

I. arte, ensino religioso e educação física;

II. os componentes das seguintes unidades curriculares do itinerário formativo do ensino médio, do Ensino Médio Tempo Integral e Ensino Médio Tempo Integral Profissional: projeto de vida; eletivas; preparação para o mundo do trabalho; aprofundamento nas áreas do conhecimento; atividades integradoras; e, formação técnica e profissional - preparação básica para o trabalho e empreendedorismo;

III. todos os componentes das atividades integradoras do EFTI.

Parágrafo único - Os componentes curriculares supracitados deverão ter notas computadas, variando entre 60 e 100 pontos anuais e ter a frequência do estudante computada para fins de registro de vida escolar, como os demais componentes da matriz curricular.

Art. 388 - Após o encerramento de cada um dos 4(quatro) bimestres, deverão ser comunicados, por escrito, em até 10 dias úteis, aos estudantes e aos seus responsáveis legais, quando menor, os resultados da avaliação da aprendizagem.

Parágrafo único - A escola informará, também, as estratégias de intervenção pedagógica que foram utilizadas e que serão oferecidas ao estudante que ainda não desenvolveu as habilidades previstas.

SEÇÃO I
PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 389 - A avaliação do estudante da educação especial deverá levar em consideração as especificidades e potencialidades de cada estudante, utilizando-se o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Parágrafo único - Na avaliação dever-se-ão utilizar recursos pedagógicos alternativos, tais como: extensão do tempo da prova, adaptações no formato das provas, prova oral, utilização de recursos tecnológicos, materiais concretos, recursos humanos de apoio, dentre outras modificações que se fizerem necessárias.

Art. 390 - É garantido ao estudante público da educação especial o direito à conclusão dos níveis de ensino por meio do percurso e, nos casos de Altas Habilidades/Superdotação, aceleração.

CAPÍTULO II
DA PROMOÇÃO

Art. 391 - A promoção dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio deve ser decidida, coletivamente, pelos professores no conselho de classe, levando-se em conta o desempenho global do estudante, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu componente curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do estudante e da interdisciplinaridade.

Art. 392 - Para conclusão do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, serão considerados:

I. Avaliação do aproveitamento;

II. Apuração da assiduidade.

Art. 393 - Será considerado aprovado o estudante que obtiver 60% (sessenta por cento) ou mais pontos no total distribuído em cada componente curricular e 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da frequência na carga horária anual ou semestral, conforme o caso.

CAPÍTULO III
DOS ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

Art. 394 - Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, representam nova oportunidade de aprendizagem, sendo uma consequência do processo de avaliação contínua.

Parágrafo único - Os estudos de recuperação ocorrerão concomitantemente com o processo educativo para garantir ao estudante a superação de dificuldades no seu percurso escolar.

Art. 395 - Os estudos de recuperação nesta escola destinam-se aos estudantes que não conseguiram consolidar as habilidades de aprendizagem, com o objetivo de proporcionar

novas oportunidades para superar as dificuldades apresentadas no seu desempenho escolar detectadas através de avaliações contínuas considerando os objetivos estabelecidos no plano curricular e a organização didática adotada pela escola.

Art. 396 - A escola oferecerá aos estudantes diferentes oportunidades de aprendizagem, com atividades de intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, a saber:

I. Estudos contínuos de recuperação: ao longo do processo de ensino-aprendizagem, em sala de aula, constituídos de atividades específicas para o atendimento ao estudante ou grupo de estudante que não desenvolveram as habilidades trabalhadas;

II. estudos periódicos de recuperação, aplicados ao final de cada bimestre, antes da realização do Conselho de Classe, para o estudante ou grupo de estudantes que não desenvolveram as habilidades previstas para o bimestre;

III. estudos independentes de recuperação, realizados após o último conselho de classe, com atividades avaliativas a serem aplicadas antes do encerramento do ano escolar, quando as estratégias de intervenção pedagógica previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do estudante.

Parágrafo único - Para os estudos independentes de recuperação, será elaborado, pelo professor responsável pelo componente curricular, um plano de estudos, com orientações e atividades que contemplem o(s) objeto(s) do conhecimento e a(s) habilidade(s) que não foram consolidadas pelo estudante.

Art. 397 - Os instrumentos de avaliação, a serem utilizados para verificação da aprendizagem do estudante após estudo independente, serão variados, deverão refletir sobre as habilidades fundamentais das disciplinas e definidos em equipe pelos professores da escola.

Art. 398 - A escola deve utilizar-se de todos os recursos pedagógicos disponíveis e mobilizar pais e educadores, para que sejam oferecidas aos estudantes do 3º ano/período do ensino médio condições para que possam ser vencidas as dificuldades ainda existentes, considerando que o estudante só concluirá a educação básica quando tiver obtido aprovação em todos os componentes curriculares.

Art. 399 - No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a escola comunicará, por escrito, aos pais ou responsáveis, o resultado final de avaliação da

aprendizagem dos estudantes, informando a situação de progressão parcial quando for o caso.

CAPÍTULO IV
DA PROGRESSÃO CONTINUADA

Art. 400 - A progressão continuada, com aprendizagem e sem interrupção, adotada nos Ciclos da Alfabetização e Complementar está vinculada à avaliação contínua e processual, que permite ao professor acompanhar o desenvolvimento e detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo estudante, no momento em que elas surgem, intervindo de imediato, com estratégias adequadas, para garantir as aprendizagens básicas.

Parágrafo único - A progressão continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve estar apoiada em ações de intervenções pedagógicas significativas para garantir a consolidação das habilidades previstas para o ano em curso.

Art. 401 - Esta escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, deve envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos estudantes no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, fazendo o uso de todos os recursos disponíveis, e ainda:

I. criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os estudantes que apresentem baixo desempenho escolar;

II. organizando agrupamento temporário para estudantes de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;

III. adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como "promoção automática" de estudantes de um ano ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO V
DA PROGRESSÃO PARCIAL

Art. 402 - A Progressão Parcial é o procedimento que permite ao estudante avançar em sua trajetória escolar possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos no ano letivo seguinte naqueles aspectos dos componentes curriculares nos quais necessita, ainda, consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas.

§1º - A progressão parcial é prevista do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e no 1º e 2º ano do ensino médio, incluindo Educação de Jovens e Adultos.

§2º - O disposto no caput aplica-se também na transição do 9º ano do ensino fundamental para o 1º ano do ensino médio.

Art. 403 - O estudante poderá beneficiar-se da progressão parcial em até 3 (três) componentes curriculares no ano letivo subsequente.

Parágrafo único - O estudante promovido em progressão parcial tem sua matrícula garantida no ano de escolaridade subsequente apenas nas escolas da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais.

Art. 404 - Ao estudante em progressão parcial, será assegurados estudos orientados, conforme plano de intervenção pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) componente(s) curricular(es) do ano anterior e do ano em curso, com a finalidade de proporcionar a superação das defasagens e dificuldades no(s) objeto(s) do conhecimento, habilidade(s) identificadas pelo professor e discutidas no conselho de classe.

Art. 405 - Na transferência de estudantes aprovados em regime de progressão parcial, independentemente da escola de destino, a escola estadual de origem deve anexar ao histórico escolar um relatório descrevendo a situação escolar com o detalhamento das habilidades não consolidadas no(s) componente(s) curricular(es) em progressão.

Parágrafo único - A escola de destino realizará um plano de estudos orientado com base no relatório enviado pela escola de origem, com o objetivo de superar a progressão parcial e garantir ao estudante o seu percurso escolar.

Art. 406 - As ações do plano de estudo orientado serão desenvolvidas por meio de diferentes estratégias, obrigatoriamente, pelo(s) professor(es) do(s) componente(s) curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial.

Parágrafo único - As ações referentes ao cumprimento da progressão parcial serão realizadas com vistas à recuperação da aprendizagem do estudante e o resultado registrado no SIMADE.

Art. 407 - O aluno da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em regime de Progressão Parcial será matriculado no Módulo subsequente e realizará, concomitantemente,

às atividades de recuperação referentes aos componentes curriculares em que não obteve êxito no Módulo anterior.

Art. 408 - O Professor Coordenador da Educação Profissional é responsável por indicar os professores que acompanharão os estudantes na realização das atividades propostas, garantindo que a Progressão Parcial cumpra critério de brevidade e especificidade, ou seja, resolver as dificuldades pontuais persistentes no menor tempo possível.

Art. 409 - A progressão parcial não se aplica ao último módulo do curso e o aluno será considerado reprovado.

Parágrafo único - O aluno considerado reprovado no último Módulo poderá cursar somente os componentes curriculares que motivaram sua retenção, desde que haja disponibilidade de horário e oferta.

Art. 410 - A conclusão do curso ficará condicionada à aprovação integral em todos os componentes curriculares apresentados na matriz.

CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS
SEÇÃO I
DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 411 - A classificação é um recurso pedagógico para efeito de posicionamento do aluno no curso, especialmente para aquele que não apresenta documento de escolaridade na matrícula. Mediante avaliação realizada pela escola, verificam-se os conhecimentos e habilidades correspondentes ao ano/período no qual será posicionado, preferencialmente compatibilizando idade/ano de escolaridade

Art. 412 - O recurso da classificação tem por objetivo posicionar o estudante no ano de escolaridade compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou conhecimento nas seguintes situações:

I. Por promoção – para estudantes que cursaram com aproveitamento, o ano anterior, na própria Escola;

II. Por transferência – para estudantes procedentes de outras escolas situadas no país e no exterior, considerando a idade e desempenho;

III. Por avaliação – independente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento considerando a idade do estudante, exceto no 1º Ano do Ensino Fundamental.

Parágrafo único - Os documentos que fundamentarem e comprovarem a classificação do estudante serão arquivados em sua pasta individual.

Art. 413 - A decisão de classificação será decorrente de manifestação de uma comissão designada pela Direção formada de Docentes e Especialistas em Educação Básica, presidida pelo Diretor(a) da Escola e deverá ser realizada a partir de diagnóstico realizado pela equipe pedagógica.

Art. 414 - As avaliações do processo de classificação devem acontecer em todos os componentes curriculares, verificando as habilidades e competências do ano anterior ao posicionamento, previstas no Currículo Básico Comum do Ensino, sendo que los componentes Arte, Ensino Religioso e Educação Física não podem influir na decisão dos resultados finais dos alunos.

SEÇÃO II
DA RECLASSIFICAÇÃO

Art. 415 - A reclassificação é o reposicionamento do estudante no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação do seu desempenho podendo ocorrer nas seguintes situações:

I. avanço: propicia condições para conclusão de anos da Educação Básica, em menos tempo, ao estudante de altas habilidades comprovadas por avaliações diagnósticas em todos componentes curriculares e relatórios complementares de profissionais competentes;

II. aceleração: é a forma de reposicionar o estudante com atraso escolar em relação à sua idade, durante o ano letivo;

III. transferência: o estudante proveniente de Escola situada no País ou exterior poderá ser avaliado e posicionado, em ano diferente ao indicado no seu histórico escolar da Escola de origem, desde que comprovados conhecimentos e habilidades;

IV. frequência: para o estudante com frequência inferior a 75% da carga horária mínima exigida e que apresentar desempenho satisfatório em todos os componentes curriculares.

§1º - os recursos da reclassificação dispostos nesse artigo poderão ser aplicados em todas as modalidades de ensino, exceto na educação profissional e tecnológica e curso normal de nível médio.

§2º - Os documentos que fundamentarem e comprovarem a classificação e reclassificação serão arquivados na pasta individual do estudante, a saber:

I. Atas de reuniões da comissão;

II. Atas de registro do processo;

III. Provas exigidas no processo de classificação e reclassificação.

§3º - A reclassificação terá um caráter de excepcionalidade, pois implica em um posicionamento do aluno, para fins de prosseguimento de seus estudos, tendo em vista comprovada aprendizagem

Art. 416 - A decisão de reclassificação será decorrente de manifestação de uma comissão designada pela Direção formada de Docentes e Especialistas em Educação Básica, presidida pelo Diretor(a) da Escola e deverá ser realizada a partir de diagnóstico realizado pela equipe pedagógica.

Art. 417 - As avaliações do processo de reclassificação devem acontecer em todos os componentes curriculares, verificando as habilidades e competências do ano anterior ao posicionamento, previstas no Currículo Básico Comum do Ensino, sendo que los componentes Arte, Ensino Religioso e Educação Física não podem influir na decisão dos resultados finais dos alunos.

Art. 418 - Constarão do Histórico Escolar do estudante por ocasião de transferência ou conclusão de curso informações sobre o processo de classificação e reclassificação do estudante.

CAPÍTULO V

DA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS E DO AVANÇO ESCOLAR

Art. 419 - A aceleração de estudos propiciará ao aluno com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade.

§1º - Alunos com atraso escolar são aqueles que se encontram com idade superior à que corresponde a série, período ou ciclo que esteja cursando.

§2º - Constará do Projeto Político Pedagógico desta escola as estratégias de estudo com os alunos com distorção idade/ano de escolaridade.

Art. 420 - O avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresenta nível de desenvolvimento acima de sua idade conclusão de anos da Educação Básica, em menos tempo, ao aluno portador de altas habilidades comprovadas por instituição competente o que só poderá alcançar por meio de programas especiais.

§1º - Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência.

§2º - Por se tratar de formas especiais de avaliação e progressão, é indispensável que a designação de uma comissão, para diagnosticar a necessidade de aplicação desses recursos, como também para proceder a avaliação que cada situação requer.

CAPÍTULO VI

DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Art. 421 - Aproveitamento de estudos é a faculdade legal concedida à esta escola para que aproveite, em seus cursos e atividades, conhecimentos, experiências anteriores, estudos realizados com êxito na própria escola ou em outras instituições.

Parágrafo único - O aproveitamento de estudos pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, períodos, ciclos, etapas ou componentes curriculares nos quais o aluno obteve aprovação; ou por deliberação de uma comissão designada pela Direção formada de Docentes e Especialistas em Educação Básica, presidida pelo Diretor(a) da Escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho, no caso de estudos não formais.

Art. 422 - No caso de recebimento de transferência após encerramento de ano letivo, a escola deverá proceder ao aproveitamento dos estudos anteriores, comprovados através de documento oficial.

Art. 423 - No caso de recebimento de transferência com o ano letivo em curso: a escola deverá proceder ao aproveitamento dos estudos realizados pelo aluno na escola de origem, comprovados por documento oficial emitido por aquela instituição de ensino, referentes ao (s) bimestre (s) cursado(s) no ano corrente, bem como em anos anteriores.

Art. 424 - No ensino médio, as atividades extraescolares desenvolvidas pelos estudantes poderão ser lançadas como aproveitamento de estudos realizados e conhecimentos constituídos, integralizando a carga horária do itinerário formativo prevista na matriz curricular, conforme orientação específica.

Art. 425 - Para efeito de Aproveitamento de Estudos, a equipe pedagógica da escola deverá proceder a análise criteriosa da documentação de vida escolar do aluno, para verificação do cumprimento da Base Nacional Comum e a real necessidade de adaptação curricular.

CAPÍTULO VII
DA EMISSÃO DE COMPROVANTE DE CONCLUSÃO DO 5º ANO DE ESCOLARIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 426 - Esta escola, credenciada nos termos da legislação específica, procederá avaliação de candidato maior de 15 (quinze) anos, para fins de obtenção de comprovante de conclusão do 5º ano de escolaridade – Ciclo Complementar do Ensino Fundamental, quando necessário.

Art. 427 - Para fins de inscrição no processo avaliativo o candidato deverá solicitar a avaliação mediante requerimento próprio.

Art. 428 - O candidato será submetido às avaliações em todos os componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 429 - As avaliações devem ser elaboradas de acordo com as habilidades e competências previstas no currículo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental:

I. Linguagens: Língua Portuguesa; Arte; e Educação Física;

II. Matemática: Matemática;

III. Ciências da Natureza: Ciências;

IV. Ciências Humanas: Geografia e História;

V. Ensino Religioso: Ensino Religioso.

Art. 430 - O candidato que obtiver 50% (cinquenta por cento) ou mais, dos 100 pontos atribuídos em cada componente curricular, será considerado aprovado, considerando o caráter específico da referida certificação.

Art. 431 - A avaliação deverá ser elaborada, aplicada e corrigida pela equipe pedagógica da escola.

Art. 432 - O candidato será submetido a 03 (três) avaliações escritas cada qual no valor de 100 (cem) pontos, na seguinte forma:

I. 01 (uma) prova de Linguagens;

II. 01 (uma) prova de Matemática e Ciências da Natureza;

III. 01 (uma) prova Ciências Humanas.

Art. 433 - Os conteúdos a serem avaliados deverão ter como referência o currículo da escola, observados os objetivos do Ensino Fundamental referente aos anos iniciais.

Art. 434 - Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver o aproveitamento mínimo de 50 (cinquenta) pontos em cada prova.

Art. 435 - Esta escola deve fazer o registro do processo em livro próprio, bem como expedir o certificado ao candidato aprovado, conferindo-lhe o direito ao prosseguimento de estudos.

CAPÍTULO VIII
DOS CERTIFICADOS

Art. 436 - Esta escola expedir-se-á Certificado de conclusão da Educação Básica.

SEÇÃO I
DA CERTIFICAÇÃO ESPECIAL

Art. 437 - A certificação especial de conclusão de etapa ou curso de Educação Básica oferecida ao estudante com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento no que e

como couber, descreverá as habilidades e competências a partir de relatório circunstanciado e plano de desenvolvimento individual, de que constem ainda:

I. avaliação pedagógica alicerçada em programa de desenvolvimento educacional para o estudante;

II. tempo de permanência na etapa do curso;

III. processos de aprendizagem funcionais, da vida prática e da convivência social;

IV. nível de aprendizado da leitura, escrita e cálculo.

Parágrafo único - Esta escola deverá manter arquivo com a documentação que comprove a necessidade de emissão do certificado especial, incluindo o relatório circunstanciado e o plano de desenvolvimento individual do estudante, para garantia da regularidade da vida escolar do estudante.

TÍTULO XII
DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR
CAPÍTULO I
DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 438 - O quadro de pessoal deste estabelecimento de ensino será constituído de:

I. pessoal técnico e administrativo formado por especialista em educação básica, assistente técnico de educação básica, analista de educação básica, secretário e auxiliar de serviços de educação básica;

II. pessoal docente, devidamente habilitado na forma da lei, observada as disposições dela decorrentes.

SEÇÃO II
DAS FORMAS DE ADMISSÃO

Art. 439 - A admissão e o regime de trabalho do pessoal docente, técnico e administrativo ficarão sujeitos às exigências legais pertinentes.

SEÇÃO III
DOS DIREITOS

Art. 440 - O pessoal docente, técnico e administrativo terá seus direitos assegurados em conformidade com a legislação pertinente, de acordo com a admissão e o ato que a regulamentou.

Art. 441 - Como resultantes da conduta ética que deve imperar no ambiente de trabalho e em suas relações interpessoais, são direitos do servidor público:

I. igualdade de acesso a oportunidades de crescimento intelectual profissional;

II. liberdade de manifestação, observado o respeito à imagem da Instituição;

III. igualdade de oportunidade nos sistemas de aferição, avaliação e reconhecimento de desempenho;

IV. sigilo a informação de ordem pessoal;

V. atuação em defesa de interesse ou direito legítimo;

VI. manifestação sobre fatos que possam prejudicar seu desempenho ou sua reputação;

VII. ter ciência do teor da acusação e vista dos autos, quando estiver sendo investigado.

SEÇÃO IV
DOS DEVERES

Art. 442 - Constituem deveres do pessoal docente, técnico e administrativo o desempenho de todas as atividades que por sua natureza, são inerentes às funções que exercem, sendo as atribuições do pessoal as previstas na legislação específica.

Art. 443 - São deveres dos servidores da escola:

I. assiduidade;

II. pontualidade;

III. descrição;

IV. urbanidade;

V. lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir;

VI. observância das normas legais e regulamentares;

VII. obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VIII. levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo;

IX. zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

X. providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família;

XI. atender prontamente:

1. às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
2. à expedição das certidões requeridas para a defesa de direito.

XII. atender aos servidores, estudantes e comunidade escolar pronta e adequadamente;

XIII. agir com lealdade e boa fé;

XIV. ser justo e honesto no desempenho de suas funções e em suas relações com demais servidores, superiores hierárquicos e com os usuários do serviço;

XV. ser ágil na prestação de contas de suas atividades;

XVI. aperfeiçoar o processo de comunicação e contato com o público;

XVII. praticar a cortesia e a urbanidade nas relações do serviço público e respeitar a capacidade e as limitações individuais dos usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, preferência política, posição social e quaisquer outras formas de discriminação;

XVIII. respeitar hierarquia administrativa, e representar contra atos ilegais ou imorais;

XIX. resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas, em decorrência de ações ilegais ou imorais, denunciando sua prática;

XX. comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público exigindo as providências cabíveis;

XXI. manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho;

XXII. participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

XXIII. apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XXIV. manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

XXV. facilitar as atividades de fiscalização pelos órgãos de controle;

XXVI. exercer a função, o poder ou a autoridade de acordo com as exigências da administração pública, vedado o exercício contrário ao interesse público;

XXVII. assinar diariamente o ponto,

XXVIII. observar os princípios e valores da ética pública.

Art. 444 - São deveres e obrigações específicas de pessoal do magistério, além dos enumerados acima:

I. elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da escola;

II. zelar pela aprendizagem e frequência dos estudantes;

III. fornecer aos serviços de supervisão pedagógica, com regularidade, informações sobre seus estudantes;

IV. fornecer à secretaria os resultados das avaliações dentro dos prazos fixados;

V. estabelecer estratégias de recuperação da aprendizagem aos estudantes que demonstrarem desempenho insatisfatório;

VI. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VII. colaborar com as atividades de articulação da escola e com as famílias e a

comunidade;

VIII. manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela;

IX. zelar pelo bom nome da unidade de ensino;

X. ocupar-se com zelo, durante o horário de trabalho no desempenho das atribuições de seu cargo;

XI. comparecer às reuniões para as quais for convocado;

XII. participar das atividades escolares;

XIII. respeitar estudantes, colegas, autoridades do ensino e funcionários administrativos, de forma compatível com a missão de educador;

XIV. participar do processo que envolve planejamento, elaboração, execução, controle e avaliação do projeto político-pedagógico e do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola;

XV. atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos ou, como docente, em projeto de formação continuada de educadores, na forma do regulamento;

XVI. participar de cursos e programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado;

XVII. acompanhar e avaliar sistematicamente seus estudantes durante o processo de ensino-aprendizagem;

XVIII. promover e participar de atividades complementares ao processo da sua formação profissional;

XIX. colaborar e participar das atividades de articulação da escola com a família e a comunidade escolar;

XX. exercer outras atribuições integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola.

SEÇÃO V
DAS PROIBIÇÕES

Art. 445 - Aos servidores é vedado:

I. referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

II. atender, fazer chamada ou enviar mensagem telefônica na sala de aula;

III. retirar sem prévia autorização da autoridade competente qualquer documento ou objeto da repartição;

IV. fumar no espaço escolar;

V. comportar-se de modo incompatível com a condição de educador, contrariando os valores inerentes ao ensino e à educação ou apresentar-se e trajar-se com roupas inadequadas ou impróprias dentro do ambiente escolar;

VI. faltar com respeito à dignidade do estudante;

VII. estimular nos estudantes atos de indisciplina ou outras atitudes que comprometam a ordem, o funcionamento ou a organização;

VIII. usar palavras de "baixo calão" e "gírias", e expressar - se por meio de sinais pornográficos;

IX. promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição;

X. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função;

XI. coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária;

XII. participar da gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, salvo os casos expressos em lei;

XIII. exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, quotista ou comandatário;

XIV. praticar a usura em qualquer de suas formas;

XV. pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens, de parente até segundo grau;

XVI. receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão das atribuições;

XVII. contar a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XVIII. prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores, de superiores hierárquicos ou de cidadãos que deles dependam;

XIX. usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa;

XX. deixar de utilizar conhecimentos, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades;

XXI. permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

XXII. pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem, para si ou outra pessoa, visando ao cumprimento de sua atribuição, ou para influenciar outro servidor;

XXIII. aceitar presentes, benefícios ou vantagens de terceiros, salvo brindes que não tenham valor comercial ou que, sendo distribuídos a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas;

XXIV. alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

XXV. iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;

XXVI. desviar servidor público para atendimento a interesse particular;

XXVII. fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

XXVIII. apresentar-se embriagado ou drogado para prestar serviço;

XXIX. permitir ou contribuir para que a instituição que atente contra a moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana, tenha acesso a recursos públicos de qualquer natureza;

XXX. exercer atividade profissional antiética ou ligar o seu nome a empreendimentos que atentem contra a moral pública;

XXXI. permitir ou concorrer para que interesses particulares prevaleçam sobre o interesse público;

XXXII. quebrar sigilo das avaliações;

XXXIII. participar de qualquer outra atividade que possa significar conflito de interesse em relação à atividade pública que exerce;

XXXIV. ser conivente com erro ou infração a este Regimento Escolar.

Art. 446 - Ao pessoal do magistério, além das proibições acima descritas, é vedado:

I. usar linguagem inadequada em suas atividades de ensino e no convívio escolar, bem como assuntos que não sejam de acordo com aula;

II. privar o estudante da merenda como medida punitiva;

III. aplicar castigo corporal ou desmoralizante a qualquer estudante;

IV. exigir do estudante esforço físico ou mental incompatível com sua aptidão;

V. suspender o estudante de aula ou colocá-lo fora de sala sem o devido encaminhamento ao serviço competente;

VI. o ato que resulte em exemplo deseducativo para ao estudante;

VII. alterar quaisquer resultados da avaliação, após a entrega dos mesmos à secretaria da escola e/ou inseridos no Sistema, ressalvados os casos de erro manifesto, declarado ou reconhecido pelo professor;

VIII. a prática de discriminação por motivo de raça, condição social, nível intelectual, sexo, gênero, credo ou convicção política;

IX. utilizar horários para excursões, passeios, campeonatos e visitas que não estejam previstos na Proposta Política Pedagógica da escola.

SEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES SOFRIDAS PELOS SERVIDORES

Art. 447 - Em caso de violência contra profissional da educação ocorrido no âmbito da escola pública estadual, serão adotadas as medidas e os procedimentos previstos em lei.

Art. 448 - Considera-se violência contra o servidor profissional da educação qualquer ação ou omissão decorrente, direta ou indiretamente, do exercício de sua profissão, que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, dano psicológico ou psiquiátrico, incluída a ameaça a sua integridade física ou patrimonial.

Art. 449 - Na hipótese de prática de violência física contra o servidor, sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, adotará as seguintes providências:

I. acionará imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de boletim de ocorrência;

II. até três horas após a agressão:

a) encaminhará o servidor agredido ao atendimento de saúde;

b) acompanhará o servidor agredido ao estabelecimento de ensino, se necessário, para a retirada de seus pertences;

c) no caso de violência praticada por aluno menor de dezoito anos, comunicará o fato ocorrido aos pais ou ao responsável legal do agressor e acionará o Conselho Tutelar.

d) comunicará oficialmente, por escrito, à superintendência regional de ensino a agressão ocorrida;

e) informará ao servidor os direitos a ele conferidos previsto na legislação vigente

III. até trinta e seis horas após a agressão:

a) Procederá ao registro em ata do ocorrido, contendo o relato do servidor agredido;

b) Dará ciência à equipe multidisciplinar da superintendência regional de ensino para que esta promova o acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar;

c) Adotará as medidas necessárias para garantir o afastamento do servidor vítima de agressão do convívio com o agressor no ambiente escolar, possibilitando ao servidor, conforme o caso, o direito de mudar de turno ou de local de trabalho ou de se afastar de suas atividades, assegurada a percepção total de sua remuneração, observada a legislação pertinente;

d) Dará início aos procedimentos necessários para a caracterização de acidente de trabalho.

Parágrafo único: Caso o prazo previsto para o atendimento do disposto na alínea "c" do inciso III do caput não possa ser cumprido em razão de licença para tratamento de saúde da vítima, o direito de mudar de turno ou de local de trabalho será assegurado ao servidor imediatamente após o regresso às atividades.

Art. 450 - Na hipótese de violência verbal ou ameaça contra o servidor, sua chefia imediata adotará as medidas cabíveis para assegurar a integridade física e mental do servidor, observados os prazos estabelecidos nesse artigo para essas providências.

Art. 451 - Compete à chefia imediata do servidor requerer aos órgãos competentes a caracterização de acidente de trabalho nos casos de agressão sofrida por servidor no ambiente escolar, mediante encaminhamento da seguinte documentação, no prazo obrigatório de oito dias úteis a contar da ocorrência:

I. declaração preenchida em formulário próprio;

II. fotocópia da ata;

III. fotocópia legível do boletim de ocorrência policial.

SEÇÃO IV
DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 452 - O pessoal docente, técnico e administrativo se sujeita a regime disciplinar, tendo por finalidade assegurar tranquilidade ao ambiente escolar com vistas ao aprimoramento do ensino, formação do estudante, desenvolvimento das atividades e entrosamento dos serviços existentes à consecução dos objetivos propostos.

Art. 453 - As sanções a serem aplicadas ao pessoal docente, técnico e administrativo serão as previstas na legislação pertinente, de acordo com o regime de admissão a que esteja submetido.

CAPÍTULO II
DO PESSOAL DISCENTE

Art. 454 - O pessoal discente desta Escola compreende todos os estudantes matriculados e frequentes nos diversos níveis e modalidades de ensino.

SEÇÃO I
DOS DIREITOS

Art. 455 - Constituem direitos do pessoal discente:

I. ser tratado com urbanidade e respeito por todo o pessoal da escola;

II. merecer assistência educacional de acordo com suas necessidades, através de todos os serviços instituídos neste Estabelecimento de Ensino;

III. utilizar os livros da Biblioteca, de acordo com os regulamentos e normas próprias;

IV. recorrer às autoridades escolares quando julgar prejudicados os seus direitos;

V. ser avaliado conforme seu grau de competência e de acordo com o currículo previsto para o seu ano de escolaridade;

VI. ser informado, com antecedência, sobre qualquer atividade escolar ou mudança de sua atividade normal;

VII. tomar conhecimento, através de boletim e/ou Diário Escolar Digital, da frequência e rendimento escolar;

VIII. receber em igualdade de condições, orientações para realizar suas atividades escolares, bem como usufruir de todos os benefícios de caráter educativo, social e recreativo proporcionados pela Escola;

IX. organizar liderança estudantil, representativa dos estudantes, por meio de Grêmio;

X. afastar-se das atividades escolares, devidamente justificado, para representar a Escola em eventos a nível municipal, regional, estadual, etc;

XI. apresentar sugestões às instâncias hierárquicas da Escola;

XII. defender-se junto ao órgão do Colegiado, quando se sentir punido injustamente;

XIII. ter sua vida escolar (aproveitamento, frequência e disciplina) acompanhada pelos pais ou responsáveis;

XIV. utilizar-se do nome social no registro do Diário de Classe, Boletim, Crachá ou Carteirinha de Estudante, e lista ou qualquer outro instrumento necessário para a identificação da(o) estudante na Escola ou em ações desta em espaço externo;

XV. utilizar-se das instalações e dependências do estabelecimento que lhes forem necessárias, na forma e nos horários a eles reservados.

SEÇÃO II

DOS DEVERES

Art. 456 - São deveres do discente:

I. obedecer às normas regimentais da Escola;

II. frequentar as aulas e outras atividades escolares com assiduidade, pontualidade e respeito;

III. apresentar-se devidamente uniformizado de acordo com as normas estabelecidas pela Comunidade Escolar e referendadas pelo Colegiado Escolar;

IV. executar exercícios e tarefas nos prazos determinados pelos professores;

V. comparecer e participar das atividades cívicas, sociais, artísticas, desportivas e outras ações promovidas pela escola;

VI. apresentar aos pais e/ou responsáveis as informações enviadas pela Escola;

VII. comunicar à Escola seu afastamento temporário por motivo de doença ou outros;

VIII. ausentar-se das salas de aula, somente com autorização do professor;

IX. apresentar solicitação, por escrito, e assinada pelo responsável, para fins de saídas antecipadas da Escola;

X. contribuir, no que lhe couber, para o prestígio da Escola;

XI. abster-se de atos que perturbem a ordem, ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, às autoridades escolares, professores ou servidores e colegas;

XII. zelar pelo patrimônio moral e material da escola, colaborando para a conservação do prédio, instalações, equipamentos e materiais escolares;

XIII. portar-se no recreio e nas dependências da escola com respeito e educação, observando-se as normas estabelecidas.

SEÇÃO III
DAS RESTRIÇÕES AOS DISCENTES

Art. 457 - É vedado ao corpo discente:

I. utilizar-se, sem autorização, de qualquer material escolar de propriedade da Escola, professores/ servidores ou de seus colegas;

II. impedir a entrada dos colegas na Escola ou estimulá-los à ausência coletiva;

III. promover festas sem antes comunicar à Direção;

IV. perturbar a ordem nas dependências da Escola;

V. praticar atos que atentem contra a moral e aos bons costumes;

VI. consumir, portar, comercializar, oferecer ou obrigar o uso de cigarros, bebidas alcoólicas ou outras drogas nas dependências da Escola;

VII. pichar ou praticar atos de vandalismo contra o patrimônio da Escola ou de qualquer membro da comunidade escolar;

VIII. namorar nas dependências da Escola;

IX. sair da Escola, sem permissão, no horário de aula;

X. fazer uso de telefone celular e similares ou qualquer dispositivo sonoro em sala de aula que não seja para fins pedagógicos e sem autorização do professor;

XI. tecer críticas não construtivas, apelidar ou censurar as autoridades escolares, professores, servidores e colegas;

XII. valer-se de meios fraudulentos para lograr proveitos em benefício próprio ou de terceiros;

XIII. portar armas e/ou objetos cortantes nas dependências da Escola;

XIV. entrar em atrito físico e/ou verbal no ambiente da Escola;

XV. afixar cartazes, recortes, impressos ou propagandas nas dependências da Escola sem a devida autorização da Direção;

XVI. usar boné, gorros ou quaisquer outros acessórios que dificultem ou impossibilitem a identificação visual do estudante;

XVII. usar roupas e quaisquer outros acessórios que façam apologia à discriminação de gênero, classe social e raça;

XVIII. usar roupas e quaisquer outros acessórios que façam apologia ao uso de drogas, bebidas, porte de arma e qualquer outro tipo de violência.

SEÇÃO IV

DAS MEDIDAS DISCIPLINARES DO CORPO DISCENTE

Art. 458 - O estudante deverá estabelecer, segundo orientações do corpo técnico e docente, os preceitos da boa educação nos seus hábitos, atitudes e palavras e estruturar normas de conduta para se manter a ordem e a disciplina necessárias à construção do processo educacional, observando rigorosamente os deveres e restrições estabelecidos neste Regimento Escolar.

Art. 459 - Considera-se ato de indisciplina a violação pelo estudante de quaisquer dos deveres e proibições previstos neste Regimento Escolar, o que pode resultar na aplicação de medida disciplinar.

Art. 460 - A conduta prevista em lei como crime ou contravenção penal será considerada ato infracional, na hipótese de envolver estudante com idade entre 12 anos completos e 18 anos incompletos.

§1º - Podem ser considerados atos infracionais: dano – caracterizado, entre outras formas, pela pichação ou depredação das instalações –, lesão corporal, tráfico de entorpecentes, porte de arma ou explosivos, ameaça, rixa, furto, roubo, latrocínio, homicídio etc.

§2º - No caso de ato infracional praticado por criança, a escola comunicará ao Conselho Tutelar, que, após análise do caso, aplicará as medidas protetivas previstas em lei.

Art. 461 - Medida disciplinar é o procedimento aplicado pelo não cumprimento dos deveres e/ou execução das proibições estabelecidos neste Regimento, visando prevenir a repetição de transgressões e preservar a harmonia no ambiente escolar.

Parágrafo único - As medidas disciplinares somente serão aplicadas após esgotados os recursos sociopedagógicos à disposição do educador, conforme descrito abaixo:

I. discutir os valores sociais com o estudante, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;

II. estimular a autoavaliação do estudante acerca de seu comportamento;

III. prestar esclarecimentos ao estudante sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;

IV. promover orientação ao estudante quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

Art. 462 - As medidas disciplinares a serem aplicadas ao pessoal discente, quando necessárias para restabelecimento da disciplina, guardarão estrita correspondência com as causas do comportamento do estudante e suas condições psicológicas, não devendo em nenhuma hipótese, assumir caráter punitivo.

Parágrafo único - As medidas disciplinares serão aplicadas de acordo com a maior ou menor gravidade da falta, após sindicância disciplinar que deverá resguardar o direito de ampla defesa ao estudante, com ciência dos pais ou responsáveis, se menor de idade.

Art. 463 - Se necessário, aos estudantes poderão ser aplicadas gradativamente e sem se acumularem, as seguintes medidas disciplinares, conforme a gravidade e reincidência das transgressões cometidas:

I. advertência oral pelo professor, que consistirá em censura verbal ao estudante com vista a conscientizá-lo quanto à necessidade do cumprimento dos seus deveres;

II. retirada do estudante de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento à diretoria para orientação, como forma de se garantir o prosseguimento das atividades escolares para os demais estudantes;

III. comunicação da ocorrência, por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente;

IV. convocação, por escrito, dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, para comparecerem à escola e tomar ciência dos fatos, sendo que o não atendimento à convocação importará na comunicação ao Conselho Tutelar para as providências cabíveis;

V. remanejamento de turma pelo Diretor, Vice-diretor ou Especialista em Educação Básica, com ciência e assinatura dos pais ou responsável, quando criança ou adolescente;

VI. mudança de turno pelo Diretor, ouvido o Colegiado Escolar, desde que não contrarie as disposições da Constituição Federal e da Lei Federal 8069/90 e com a concordância de seus pais ou responsáveis, se menor;

VII. advertência escrita cientificando o estudante, se maior, ou pais ou responsável, se menor, que a repetição do ato transgressor poderá implicar em medida disciplinar mais grave, inclusive encaminhamento ao Ministério Público para ciência e providências eventualmente cabíveis em desfavor do estudante, pais ou responsável;

VIII. acionar intervenção da polícia militar para lavratura de boletim de ocorrência e encaminhamento aos órgãos competentes, em se tratando de ato infracional cometido

por menores, a partir dos 12 anos de idade, e crime ou contravenção penal cometido por maiores;

IX. acionar intervenção do Conselho Tutelar, em se tratando de ato infracional cometido por menores, até os 12 anos de idade;

X. a obrigação de reparação do dano será feita pelo estudante maior ou pelos pais ou responsável, se menor, que consiste na restauração do bem afetado ou na restituição da coisa ou, ainda, quando isso não for possível, na indenização do valor correspondente, seja em favor da escola, da vítima ou do terceiro prejudicado;

XI. encaminhamento da situação ao Conselho Tutelar e/ou Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, quando já tiverem sido utilizados todos os recursos viáveis para a solução dos problemas;

§1° - As medidas disciplinares deverão ser aplicadas ao estudante em função da gravidade da falta, idade do estudante, grau de maturidade e histórico disciplinar, grau de ofensa, valor e utilidade de bens atingidos, comunicando-se aos pais ou responsáveis.

§2° - É vedada a suspensão de estudante e a aplicação de penalidades físicas ou medidas que não estiverem estabelecidas neste Regimento Escolar;

§3° - Em nenhuma hipótese os pais ou responsáveis devem ser coagidos para assinarem a transferência do estudante.

§4° - A aplicação das demais medidas disciplinares dependerá de Procedimento Disciplinar em que será assegurada ampla defesa e contraditório.

§5° - Em casos de manifesta urgência, o Diretor poderá adotar medidas disciplinares, de forma cautelar, justificadamente, antes mesmo da instauração de Processo Disciplinar em face da gravidade do ato praticado ou de possíveis riscos para a comunidade escolar.

§6° - O Procedimento Disciplinar será conduzido por Comissão Disciplinar Permanente composta por um membro da diretoria da escola e por dois profissionais da educação, prioritariamente efetivos, que integram seus quadros, sendo ao menos um deles, necessariamente, professor regente de turmas/aulas.

§7° - É vedada a expulsão de estudante e a aplicação de penalidades ou medidas que não estejam estabelecidas neste Regimento Escolar;

§8º - Todas as ocorrências que envolvam atos disciplinares deverão ser registradas em livro próprio e arquivadas na pasta individual do estudante;

Art. 464 - A medida disciplinar de advertência será verbal quando se tratar de transgressões leves.

Art. 465 - A medida disciplinar de advertência escrita será imposta por reincidência nas situações constantes do artigo anterior;

Art. 466 - As medidas disciplinares previstas podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, podendo vir acompanhadas, sempre que necessário para a manutenção do regular desenvolvimento das atividades pedagógicas, do recolhimento de objetos ou da proibição de acesso a determinados espaços escolares.

§1º - Os objetos eventualmente recolhidos permanecerão em poder do responsável pela adoção da medida e serão devolvidos ao final da aula ou atividade;

§2º - no caso de reincidência, o responsável poderá optar por encaminhá-los à diretoria, para que sejam devolvidos após o término de todas as aulas ou do procedimento disciplinar, aos pais ou responsáveis, que serão formalmente comunicados sobre a conduta do estudante;

Art. 467 - São inaplicáveis medidas que atentem contra a dignidade pessoal, contra a saúde física e mental, ou prejudiquem o processo formativo do estudante.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE ATO DE INDISCIPLINA PRATICADO POR DISCENTE

Art. 468 - A ação disciplinar é uma medida aplicada sempre que o estudante incorrer na prática de ato definido como transgressão às normas escolares, sendo passíveis de aplicação de ação disciplinar as transgressões previstas neste Regimento.

Art. 469 - Não haverá aplicação de ação disciplinar sem que sejam garantidos ao estudante a apuração do fato a ele atribuído e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo único - O procedimento para apuração e aplicação da ação disciplinar será orientado pelo disposto neste Regimento, observados os princípios da celeridade, informalidade e da oralidade, sendo obrigatória a redução a termo, de forma resumida, dos principais atos realizados.

Art. 470 - A admissão voluntária da autoria, prestada perante a Comissão Disciplinar e com a assistência dos pais ou responsável, tratando-se de criança ou adolescente, pode dispensar a realização de outros atos instrutórios, autorizando que seja proferida decisão de imediato.

Art. 471 - Na aplicação da ação disciplinar deverá ser observada sua proporcionalidade em relação ao ato praticado, respeitando-se a individualização da conduta do estudante, observados o comportamento anterior, a capacidade de entendimento, as consequências do ato, as circunstâncias pessoais, bem como os objetivos precípuos da medida como ação educativa, sendo vedada a aplicação de medidas de caráter coletivo.

Art. 472 - Sempre que possível e suficiente para alcançar o objetivo visado, deve-se priorizar a aplicação de advertência e a reconciliação dos envolvidos, devendo ser adotadas, na condução do procedimento de apuração de ato de indisciplina, todas as cautelas possíveis para evitar a exposição desnecessária dos envolvidos.

Art. 473 - O cumprimento da ação não deverá prejudicar a escolarização do estudante e levará em conta, quando for o caso, a necessidade de preservação das suas atividades profissionais, da sua espiritualidade e das medidas de atenção à saúde a que esteja sujeito.

Art. 474 - A responsabilização pelo ato de indisciplina, regulamentada neste Regimento, é independente da responsabilidade civil, penal ou infracional que advenha do ato cometido.

CAPÍTULO V
DOS ÓRGÃOS DISCIPLINARES

Art. 475 - Será formada uma Comissão Disciplinar Permanente por turno de funcionamento da escola, com competência para atuar na apuração e julgamento dos atos de indisciplina praticados durante seu respectivo turno.

Art. 476 - Cada uma das Comissões Disciplinares será composta por um membro da diretoria da escola, que é seu integrante e a presidirá, e por dois profissionais da educação prioritariamente efetivos, sendo ao menos um deles, necessariamente, professor regente de turma/aulas.

§1º - Os integrantes das Comissões Disciplinares serão escolhidos pelo voto direto dos profissionais da educação de cada turno, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por igual período. Na mesma eleição serão escolhidos 3 (três) suplentes que assumirão no caso de vacância do cargo.

§2º - A eleição, a ser organizada pela direção da escola, será realizada na primeira quinzena de março, em reunião convocada para esta finalidade, sendo elegíveis todos os integrantes do quadro de profissionais da educação da escola, salvo se manifestarem expressamente sua renúncia até o início da reunião eletiva, com justificativa fundamentada.

§3º - Será lavrada ata da reunião, dispensando-se qualquer ato formal de transmissão de cargo ou de posse, que ocorrerá no 1º (primeiro) dia letivo da semana subsequente.

Art. 477 - A Comissão Disciplinar reunir-se-á mensalmente, em dia e hora designadas, conforme calendário previamente aprovado, salvo se inexistirem feitos pendentes de julgamento, ou, extraordinariamente, mediante convocação expedida por seu presidente, com antecedência mínima de 24 horas.

Art. 478 - Havendo renúncia no curso do mandato ou vacância por qualquer outro motivo, assumirá um dos três suplentes, observada a ordem em que foram eleitos, os quais serão convocados, ainda, nos casos de afastamento temporário, impedimento ou suspeição de qualquer dos membros.

Art. 479 - Nos casos de ausência justificada, afastamentos legais, impedimento ou suspeição do diretor, o vice-diretor o substituirá automaticamente, assumindo a presidência da Comissão Disciplinar.

Parágrafo único - Na escola onde não há Vice-diretor, assumirá a presidência da comissão disciplinar, o Especialista em Educação Básica.

Art. 480 - O integrante da Comissão Disciplinar está impedido de participar da apuração e da aplicação da ação disciplinar nos casos em que:

I. estiver envolvido nos fatos, podendo servir, se assim for definido pelo órgão responsável pela apuração, como testemunha;

II. for parte, marido e mulher, ascendente ou descendente, sogro, genro ou nora, irmão, cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado;

Art. 481 - O integrante da Comissão Disciplinar pode declarar-se suspeito para participar da apuração e da aplicação da ação disciplinar por razões de foro íntimo ou quando interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes, comunicando diretamente ao presidente,

que registrou no procedimento a comunicação, sem se referir aos motivos, convocando o suplente.

CAPÍTULO XX
DA COMUNICAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA OU ADOLESCENTES

Art. 482 - Nos casos de suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente, o professor ou qualquer outro servidor da escola deverá intervir, abordando-o em espaço reservado, na tentativa de buscar informações sobre o ocorrido, tais como o tipo de agressão, suas causas, a forma como aconteceu, se o fato é de conhecimento de outras pessoas e a identificação do possível agressor.

Art. 483 - De posse das informações colhidas ou sem elas, nas hipóteses em que o aluno se negar a prestá-las, o servidor responsável pelo atendimento deverá comunicar o fato imediatamente, por escrito, à direção da escola, que no prazo máximo de 2 (dois) dias encaminhará comunicação a respeito para o Conselho Tutelar e ao Ministério Público.

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 484 - São direitos dos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes matriculados nesta escola:

I. conhecer e acompanhar o Projeto Político-Pedagógico desenvolvido na escola;

II. ter acesso a informações básicas sobre a escola e seu funcionamento;

III. obter informações sobre o comportamento e o desenvolvimento do estudante que possam influenciar seu desempenho escolar e seu relacionamento no ambiente da escola;

IV. encaminhar ao colegiado ou conselho escolar questões pertinentes aos interesses da comunidade atendida pela escola.

§1º - Para o cumprimento dos direitos a que se refere o caput, serão adotados pelos estabelecimentos de ensino os seguintes procedimentos:

I. disponibilização de acesso aos seguintes documentos e informações atualizados:

a. nome e endereço do estabelecimento de ensino, nome dos integrantes de sua direção e dados de contato para comunicação;

b. Projeto Político-pedagógico da escola;

c. Regimento Escolar;

d. calendário escolar, incluindo-se as reuniões do colegiado escolar e as reuniões pedagógicas entre pais ou responsáveis, educadores e estudantes;

e. telefone e endereço eletrônico para comunicação com a Superintendência Regional de Ensino e com a Ouvidoria Educacional da Ouvidoria-Geral do Estado;

f. dados gerais de matrícula e indicadores de rendimento e desempenho relativos à escola, compreendendo:

1. Número de estudantes matriculados por série, ciclo ou ano;

2. Número de estudantes por turma;

3. Resultados obtidos pela escola em avaliações educacionais oficiais realizadas nos níveis federal e estadual;

4. Número e percentual de estudantes aprovados e reprovados por ano;

II. oferta de horários alternativos para reuniões com pais ou responsáveis.

§2º - As informações a que se refere o inciso I e os horários alternativos para reuniões com pais ou responsáveis a que se refere o inciso II serão divulgadas nos meios de comunicação disponíveis.

§3º - Os pais ou responsáveis por estudantes com baixo desempenho escolar ou com problemas comportamentais deverão ser comunicados do agendamento de reuniões por meio que garanta que dele tenham ciência.

Art. 485 - O não comparecimento de pais ou responsáveis por estudantes com baixo desempenho escolar ou com problemas comportamentais às reuniões escolares será

comunicada pela direção da escola ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público da Infância e da Juventude para apuração do descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar e, eventualmente, da ocorrência de crime de abandono intelectual.

Parágrafo único - Para fins deste artigo, compreende-se por:

I. estudante com baixo desempenho escolar aquele assim considerado em avaliação própria da equipe pedagógica responsável;

II. estudante com problemas comportamentais aquele envolvido em ocorrências disciplinares ou que tenha praticado atos infracionais relacionados com a escola.

Art. 486 - Compete aos pais:

I. participar das reuniões constantes do calendário da escola;

II. acompanhar a frequência, disciplina e o aproveitamento escolar de seu filho;

III. comparecer à escola quando solicitado;

IV. cuidar do uniforme escolar de seu filho;

V. prover os materiais escolares necessários às atividades do discente;

VI. atender às solicitações da escola no encaminhamento de seus filhos às instituições de saúde física e mental, quando se fizer necessário.

TÍTULO XIII
DO DESEMPENHO NA ESCOLA

Art. 487 - Esta escola fica obrigada a informar publicamente à comunidade durante todo o ano escolar, dados relevantes de seu desempenho, afixando-os em lugar de fácil acesso, junto à secretaria do estabelecimento:

I. medidas, projetos, propostas e ações desenvolvidas e previstas pela Escola para melhorar sua atuação e seus resultados educacionais;

II. indicadores e estatísticas do desempenho escolar dos estudantes e resultados obtidos pela Escola nas avaliações externas.

Parágrafo único - Considera-se relevante para o cumprimento do que estabelece o caput deste artigo, informar:

I. número de estudantes matriculados por ciclo ou ano escolar;

II. resultado do desempenho dos estudantes de acordo com a etapa e modalidades da Educação Básica;

III. medidas adotadas no sentido de melhorar o processo pedagógico e garantir o sucesso escolar;

IV. percentual de estudantes em abandono por ano e as medidas para evitar a evasão escolar;

V. taxas de distorção idade/ano de escolaridade e as medidas adotadas para reduzir esta distorção.

Art. 488 - Caberá ao Colegiado da escola analisar tais indicadores com o objetivo de propor o planejamento das atividades pedagógicas do estabelecimento.

Art. 489 - Para identificar o nível de desempenho dos estudantes, a escola fará avaliação diagnóstica/sistêmica, de acordo com normas legais.

TÍTULO XIII
DOS REGISTROS, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVOS ESCOLARES
CAPÍTULO I
DA RESPONSABILIDADE E AUTENTICIDADE

Art. 490 - Ao diretor e secretário, cabe a responsabilidade por toda a escrituração e expedição de documentos escolares, bem como conferir-lhes a autenticidade e suas devidas assinaturas.

Art. 491 - Todos os servidores serão responsáveis, na respectiva órbita de sua competência, pela guarda e inviolabilidade dos arquivos, documentos e escrituração escolar.

Art. 492 - A responsabilidade do arquivo é do secretário da escola, sob a supervisão direta do Diretor, devendo ser mantido em lugar de total e absoluta segurança e manuseado tão somente por pessoal vinculado à secretaria.

Art. 493 - Cabe à direção escolar as providências para franquear as consultas dos arquivos da

escola para os possíveis interessados.

Art. 494 - A eliminação de documentos escolares será realizada com a autorização do Arquivo Público Mineiro, nos termos da legislação vigente.

Art. 495 - A destruição ou a adulteração de documento de valor permanente sujeitam o responsável a penalidades administrativas, civis e criminais, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II
DAS FORMAS E REGISTROS

Art. 496 - Escrituração escolar é o registro sistemático dos fatos relativos ao estabelecimento de ensino e a cada estudante, tendo por finalidade assegurar a verificação da identidade e a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Art. 497 - O arquivo deverá assegurar a verificação da vida escolar dos discentes, como também da vida funcional de todo o pessoal da escola e dos fatos relativos ao estabelecimento, conforme se acha expresso na legislação.

Art. 498 - O acompanhamento da vida escolar do estudante deve ter pelo menos 04 (quatro) registros por ano letivo, no Diário Escolar e em ficha própria, conforme o caso.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DE REGISTRO E ESCRITURAÇÃO ESCOLAR

Art. 499 - Os atos escolares relativos a cada estudante, para efeito de registro, comunicação de resultado e arquivamento, serão escriturados em fichas, diários escolares, boletins e livros, observando as disposições legais vigentes.

Art. 500 - Constarão do arquivo da escola os seguintes livros, impressos e instrumentos básicos na escrituração escolar:

I. Livro de Registro de Matrícula;

II. Livro de Transferência Recebida e Expedida;

III. Livro de Ponto do Professor e demais Funcionários;

IV. Livro de Ata de Progressão Parcial;

V. Livro de Ata de Resultados Finais;

VI. Livro de Termo de Visita do Inspetor;

VII. Livro de Ata de Reuniões do Conselho de Classe;

VIII. Livro de Ata de Reuniões do Colegiado;

IX. Livro de Ata de Exames Especiais;

X. Livro de Ata de Incineração de Documentos;

XI. Livro de Termo de Exercício e Posse dos servidores;

XII. Livro de Ata de Convocação e Contratação;

XIII. Livro de Ocorrência para estudantes;

XIV. Livro de Ata da Caixa Escolar;

XV. Livro de Ocorrência para Servidores;

XVI. Livro de Registro de Expedição de Diplomas;

XVII. Livro de Atas para Comissão Disciplinar;

XVIII. Pasta de Legislação;

XIX. Pasta de Pareceres de Regularização de Vida Escolar;

XX. Pasta Individual do estudante;

XXI. Pasta Funcional dos Servidores;

XXII. Diários Escolares;

XXIII. Livros de Atos Autorizativos da Instituição Escolar.

CAPÍTULO IV

DOS REGISTROS E DOCUMENTOS ESCOLARES DO ESTUDANTE

Art. 501 - A pasta individual do estudante deverá conter os seguintes documentos:

I. Histórico Escolar destinado a certificar toda a vida escolar do estudante, para fins de arquivamento, transferência, comprovação de estudos e cursos concluídos;

II. Declaração provisória de transferência destinada a substituir provisoriamente o histórico escolar, nos casos em que sua expedição não ocorra no ato da transferência;

III. Ficha individual por ano escolar, destinada ao registro da vida escolar do estudante no período letivo em curso a qual deve acompanhar a transferência, caso ocorra, durante o ano letivo;

IV. Ficha de matrícula, assinada pelo diretor e pelo responsável legal do aluno, destinada ao registro do ingresso do estudante na unidade escolar;

V. cópia de certidão de nascimento e ou casamento;

VI. cópia dos documentos pessoais;

VII. atestados médicos, quando necessários;

VIII. processos de avaliações referentes a classificação e reclassificação, caso tenham ocorrido;

IX. documento comprobatório de dispensa de Educação Física;

X. Ficha de Avaliação da Progressão Parcial;

XI. comprovante de Residência - conta de energia elétrica;

XII. portfólio de atividades extraclasse nos casos que se fizerem necessários.

Art. 502 - Serão instrumentos de registro e comunicação de resultado de avaliação:

I. Pelo professor: o diário de classe;

II. Pela secretaria: a ficha individual, o boletim escolar, o histórico escolar;

Parágrafo Único. A ficha individual do estudante deve conter observações relativas aos estudos orientados e independentes, dispensa de educação física e outras situações relacionadas à vida escolar do estudante.

Art. 503 - Esta instituição é responsável pela emissão dos documentos escolares dos estudantes do Ensino Médio, bem como pela ficha individual do estudante, considerando os estudos complementares, os enriquecimentos curriculares, os aproveitamentos de estudos realizados e o Projeto de Vida.

Parágrafo único - É responsabilidade do estudante do Ensino Médio, apresentar, à esta escola, toda a documentação comprobatória das atividades escolares realizadas em outras instituições.

Art. 504 - Esta Escola emitirá certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do Ensino Médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do Ensino Médio seja etapa obrigatória.

§1º- O estudante concluinte do Ensino Médio que realizar itinerário de aprofundamento de estudos em uma das quatro áreas do conhecimento ou em itinerário integrado receberá certificado de conclusão do Ensino Médio, sendo opcional constar, no certificado, a informação de qual itinerário foi cursado, pelo estudante.

§2º- O histórico escolar do estudante deverá indicar os componentes curriculares cursados, na Formação Geral Básica e no Itinerário Formativo, incluindo informações sobre o Projeto de Vida, as Eletivas e os eventuais aproveitamentos de estudos realizados, a partir de conhecimentos constituídos tanto no ensino formal como no informal e na experiência extraescolar, contendo as respectivas cargas horárias, a frequência e o rendimento escolar do concluinte.

§3º- Os estudantes que realizarem o Itinerário de Formação Técnica e Profissional estão subordinados às normas específicas de regulação do curso, inclusive quanto à diplomação.

Art. 505 - A certificação compreende a emissão de certificados e diplomas de cursos de Educação Profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento e conclusão de estudos.

Art. 506 - Ao estudante que concluir o módulo de curso técnico com previsão de certificação intermediária considerada qualificação profissional técnica para o exercício no mundo do trabalho será conferido certificado de qualificação profissional explicitando o título obtido e a carga horária da formação conforme apresentado na identificação da oferta.

Art. 507 - Ao estudante que concluir todos os módulos e obtiverem frequência e desempenho necessários nos componentes curriculares apresentados na matriz será conferido diploma técnico na respectiva habilitação profissional, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula.

Art. 508 - Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas devem

explicitar o perfil profissional de conclusão, as unidades curriculares cursadas, registrando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento de estudos e, quando for o caso, as horas de realização de estágio profissional supervisionado e atividades complementares, conforme descrito no Projeto Político Pedagógico e demais documentos da instituição escolar.

CAPÍTULO V
DO DIÁRIO ESCOLAR DIGITAL - DED

Art. 509 - O Diário Escolar Digital - DED é um ambiente vinculado ao Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE WEB no qual serão registrados os conteúdos ministrados, a frequência dos estudantes, as atividades avaliativas e as oportunidades de aprendizagem em conformidade com o Regimento Escolar e normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, tendo como objetivo:

I. permitir a visualização da frequência diária dos estudantes;

II. permitir o acompanhamento parcial do rendimento escolar;

III. possibilitar o registro dos dados do cotidiano escolar, especialmente pelo professor, de forma simples, rápida e prática;

IV. propiciar a identificação tempestiva de problemas eventuais que estejam contribuindo para a infrequência, o abandono e a evasão escolar;

V. possibilitar o planejamento e a execução de ações estratégicas que visem a intervenção pedagógica e a continuidade dos estudos.

§1º - As informações registradas no DED, competem ao:

I. Professor de Educação Básica - PEB;

II. Especialista em Educação Básica - EEB.

§2º - O Diário Escolar Digital - DED é um instrumento formal de escrituração nas escolas estaduais de Minas Gerais.

CAPÍTULO VI
INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS

Art. 510 - A eliminação de documentos públicos depende da aprovação das instituições arquivísticas públicas.

Parágrafo único - A eliminação de documentos elaborados pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo será realizada com autorização do Arquivo Público Mineiro.

Art. 511 - Serão publicados no órgão oficial do Estado os editais de eliminação de documentos, com a divulgação dos prazos decorrentes da aplicação das tabelas de temporalidade dos órgãos a que os documentos pertencem.

TÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 512 - Em nenhuma hipótese o estudante será impedido de frequentar as aulas por não estar uniformizado, por ter chegado atrasado sem justificativa ou não dispuser do material escolar.

Parágrafo Único. O uso do uniforme escolar será estimulado junto aos estudantes e suas famílias.

Art. 513 - O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.

§1º - O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§2º - Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento específico, quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de um dos pais ou responsável legal.

Art. 514 - É proibido a comercialização de qualquer produto no interior desta escola, exceto com a autorização expressa da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 515 - Esta escola observará o que determina a legislação quanto à proteção e privacidade de dados pessoais de crianças, adolescentes e servidores.

§1º - O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal.

§2º - Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento específico, quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, nos termos da legislação em vigor.

Art. 516 - O hasteamento da Bandeira e execução do Hino Nacional deverão ocorrer em caráter solene em um dia útil da semana conforme legislação.

Art. 517 - Os projetos e ações propostos pela escola devem ser desenvolvidos de maneira integrada ao projeto político pedagógico e estar alinhados com as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação. Parágrafo único.

Parágrafo único - Esta escola buscará parcerias para o desenvolvimento de suas ações e projetos junto a associações diversas, instituições filantrópicas, iniciativa privada, instituições públicas e comunidade em geral, propondo às Superintendências Regionais de Ensino, quando for o caso, a assinatura de convênios ou instrumentos jurídicos equivalentes para viabilizar as referidas parcerias.

Art. 518 - Das decisões do estabelecimento caberá recurso para os Órgãos Superiores.

Art. 519 - Os casos omissos neste Regimento Escolar serão resolvidos pela Direção, pelo Colegiado Escolar e pelos órgãos competentes, salvo, no que contrariar expressamente a norma legal.

Art. 520 - Este Regimento será aprovado pelo Colegiado da Escola e homologado pela SRE – Diamantina, através do Serviço de Inspeção Escolar.

Art. 521 - Este Regimento será alterado sempre que as conveniências didáticas pedagógicas ou administrativas indicarem suas necessidades e de acordo com as novas legislações, submetendo-se as alterações aos órgãos competentes.

Art. 522 - Este Regimento será apresentado a todo estudante ou seu responsável no ato da matrícula e a todos os funcionários que ingressaram neste estabelecimento.

VALIDAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR

Este Regimento Escolar, da Escola Estadual Teodomiro Caldeira Leão, elaborado em 16/09/2022, possui um total de 523 artigos e 172 páginas, incluindo esta.

Tem validade, conforme o artigo 523, deste Regimento, a saber:

"Revogadas as disposições ao contrário, este Regimento entrará em vigor no período letivo posterior à sua aprovação, pelos membros do Colegiado Escolar e referendado pelo Serviço de Inspeção Escolar."

DIRETOR DA ESCOLAR
Nome: Célio Maurício da Costa Masp: 10009884 Data: 26/09/2022 Assinatura/Carimbo

Célio Maurício da Costa
Diretor Escolar
Masp: 1.000.9884
Designado MG: 31/12/2015

APROVAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR		
Nome	Segmento	Assinatura
Edilamar do Carmo Moreira	Magistério	Edilamar do Carmo Moreira
Geraldo Wailson Carvalho	Magistério	Geraldo Wailson Carvalho
Márcio José Freitas Carvalho	Administrativo	Márcio José Freitas Carvalho
Renato Wagner Ferreira Santos	Pai ou Responsável	Renato Wagner F. Santos
Gabriela Pereira de Castro	Aluno	Gabriela Pereira de Castro
Áurea Monteiro Santos	Aluno	Áurea Monteiro Santos
Ata de Reunião de Aprovação nº 98/2022	Data: 26/09/2022	

HOMOLOGAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESCOLAR
Nome: Maria Paula da Silva Masp: 10013452 Data: 27/09/2022 Assinatura/Carimbo

Maria Paula da Silva
Masp: 1081846-2/ME-Inspetor Escolar
SRE - Diamantina